

GPS
c.c.



INTRODUÇÃO

353.0313
P223
1970
MFN 1661

Senhores Deputados :

Pela quarta vez, na oportunidade da instalação de uma nova legislatura, compareço perante este Poder para dar contas da situação geral do Estado.

E faço na dupla condição de quem, no exercício da chefia do Poder Executivo, tem, por disposição expressa da Constituição, a atribuição privativa e honrosa de representar o Estado e de prover em geral as necessidades de sua administração.

Dêsde logo, quero ressaltar a cooperação recebida tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Judiciário, cujas relações de independência e harmonia têm permitido que o Paraná se apresente como uma unidade federativa tranquila e pujante, voltada para o trabalho e para o progresso, solidária e confiante nos rumos que a Revolução imprime aos destinos da Nação.

Estamos sob a vigência de uma nova Constituição estadual promulgada pela unanimidade dos membros desta Casa e ajustada à realidade da estrutura política e jurídica do País. Perante ela renovo o compromisso de defendê-la e cumpri-la, desempenhando com lealdade e patriotismo, como até aqui, as funções de meu cargo.

Nêsse campo, cumpre destacar a perfeita consciência das pesadas responsabilidades que estão sobre os ombros de todos nós, detentores de parcelas de poder, com o compromisso e o dever de propor as leis, fazê-las, executá-las e vê-las respeitadas, para que o Estado possa alcançar sua elevada e precípua

missão de servir ao povo, mandante, beneficiário e juiz último de nossos atos.

Agora, na fase final do mandato recebido do povo, permito-me dizer aos seus representantes nesta Assembléia que o chefe do Poder Executivo tem a satisfação de afirmar que cumpriu e vem cumprindo o seu dever, para se fazer digno do julgamento de seus contemporâneos e de sua própria consciência.

Mesmo os que de nós podem divergir, certamente nos farão justiça quanto à isenção no uso do poder político, que jamais foi posto a serviço de perseguições de qualquer natureza nem de privilégios e favores a quem quer que seja.

* * *

Estamos executando um programa de Governo que não se preocupa com pedras fundamentais, mas com a execução, a continuidade e a conclusão de obras fundamentais, sem indagar a quem se deve sua iniciativa, senão a que elevado objetivo se destina.

Não tivemos apenas a sorte de concluir as obras que prometemos e iniciamos; estamos concluindo também as que estavam em fase irreversível e respondiam a irrecusáveis exigências do bem comum.

E se podemos talvez afirmar, sem vaidade, que fizemos muito ou mais que nossos antecessores, não é como crítica aos que passaram, senão como desafio aos que nos sucederão — um desafio que não é nosso, porém do Paraná inteiro, que outra coisa não espera de seus governantes, em troca do que deu e tem dado em trabalho, em tributos, em crédito de confiança e em sacrifícios.

Na verdade, os governos pouco fazem ou representam, se não contam com a capacidade do povo, com a compreensão das forças atuantes da sociedade e com o apoio dos demais poderes, com êles depositários das responsabilidades da ação pública.

O Estado arrecada pouco mais de 10% da renda global gerada pelo trabalho produtivo de sua população e tem o dever de aplicá-los naqueles setores es-

senciais que possibilitem a expansão de novas riquezas. Não pode iludir-se de que sem o concurso do setor privado seja capaz, isoladamente, de promover o progresso e o bem estar de sua gente. Mais de oitenta por cento da renda regional é livremente aplicada pelos que a produzem — e tanto mais reprodutivamente quanto se somem os esforços do Estado e de seu povo na conquista de objetivos comuns.

A filosofia do desenvolvimento integrado, que impregnou a plataforma do candidato e, desde o primeiro ano, preside a ação do Governo, tem exatamente o objetivo de integrar em seu processo tôdas as camadas da população, todos os setores de atividade, tôdas as regiões do Estado, pela elevação contínua dos padrões de vida, decorrente do aumento da produtividade. É uma filosofia que procura colocar a comunidade como o centro dinâmico do processo econômico.

* * *

Recebemos o Estado em janeiro de 1966 numa conjuntura nacional sabidamente desfavorável. O Governo da Revolução, no seu segundo ano, se empenhava em conter a espiral inflacionária, quando a expansão da taxa do crescimento econômico se situava abaixo da taxa do crescimento da população brasileira. A contenção dos créditos e dos preços, como forma heróica de deter a inflação, provocava a retração das vendas mercantis, acentuada pela redução do poder de compras em razão do congelamento dos salários.

O nível geral dos negócios caiu alguns pontos, até que a nova política econômica e financeira da União pudesse coordenar seus instrumentos de ação para retomada do crescimento, que hoje, felizmente, adquire nôvo impulso.

No contexto daquela conjuntura penosa a tradicional estrutura econômica do Paraná se evidenciou em tôda a sua fragilidade.

A demasiada dependência ao setor primário, baseado na cafeicultura, já com visível perda de dina-

mismo e então em regime de preços cadentes, indicava a necessidade urgente de acelerar o processo de diversificação econômica, inclusive como requisito essencial à industrialização.

Tanto a industrialização, como a diversificação das atividades produtivas, requerem um conjunto de obras prioritárias de infraestrutura básica, especialmente no campo da energia elétrica, dos transportes e das telecomunicações, sem o qual a capacidade empresarial da iniciativa privada esbarra em obstáculos insuperáveis.

Tal infraestrutura era indispensável, outrossim, para a valorização dos próprios produtos agrícolas, cujo custo, em regra, ficava onerado pelos fretes elevados, pela perda parcial das safras, em razão da precariedade dos sistemas de transportes, armazenagens e comercialização, e pela ausência de um mínimo razoável de transformação industrial.

Por outro lado, em razão da explosão demográfica e da explosão urbana, deficiências crescentes se constataavam nos setores da educação, da saúde pública e do saneamento.

Sobre êsse quadro de insuficiências se concentrou a atenção do atual governo.

Sua primeira providência consistiu na adoção de uma política seletiva de gastos, para comprimir, com rigor, onde fôsse possível, as despesas de custeio a fim de liberar recursos para investimentos.

Além disso, era preciso manter inabalável o crédito do Estado, mediante rigoroso cumprimento dos compromissos do Tesouro e partir, de imediato, para a captação de recursos externos, nacionais e internacionais, quer para execução das obras básicas do poder público, quer para possibilitar recursos ao setor privado, por financiamentos diretos, na ampliação e criação de indústrias.

O quadro da arrecadação nos últimos quatro anos acusa uma progressão constante, para o que o contribuiu a eficiência da máquina fazendária e certamente

os incentivos proporcionados ao setor privado pela política de desenvolvimento adotada pelo poder público.

Em 1966 a receita arrecadada totalizou, em números redondos, 272 milhões de cruzeiros novos, subindo, em 1967, para 320 milhões; em 1968 atingiu 492 milhões e, afinal em 1969, 652 milhões, ou exatamente NCr\$ 652.087.597,14.

A receita tributária representou, na receita geral, 89,27% sôbre a previsão, com uma diferença a menos de 9,33%.

A despesa, pelas principais unidades orçamentárias, foi a seguinte: Transportes, 26,69%; Educação e Cultura, 22,37%, Administração Geral, 16,67%; Segurança Pública, 8,53% e Obras Públicas, 5,18%, totalizando 79,44% das aplicações gerais.

Mesmo considerando os reajustamentos concedidos ao funcionalismo, a despesa com pessoal esteve aquém do limite fixado pela Constituição. Sua incidência sôbre o total da receita foi de 42,68%.

O Estado participa, pela tomada de capital, em empresas de economia mista e sociedades anônimas com vistas à promoção do desenvolvimento econômico. As importâncias já integralizados nessas empresas somam até 1969 quase 400 milhões de cruzeiros novos, assim discriminadas:

COPEL	196.067.117,81
BADEP	119.997.300,00
BANESTADO	28.163.682,00
TELEPAR	19.839.852,00
PETROBRÁS	9.306.360,00
COHAPAR	7.996.200,00
CAFÉ	5.226.508,00
B.R.D.E.	6.414.425,95
COPASA	2.040.332,00
CELEPAR	785.000,00
SANEPAR	243.750,00

O significado dessa participação societária se traduz na expansão dos órgãos da administração in-

direta e no dinamismo operacional com que atuam em setores estratégicos do desenvolvimento seja promovendo a implantação da infraestrutura básica, seja injetando recursos no setor privado.

* * *

Um exemplo é a expansão do Banco do Estado do Paraná. Seu capital social teve um crescimento da ordem de 80% em relação à posição em 31 de dezembro de 1968, colocando-o em 4.º na classificação dos Bancos Estaduais oficiais. Na rubrica Empréstimos alcançou um índice de crescimento da ordem de 90%.

Com a efetivação do controle acionário da Codepar Crédito diversificou os serviços e conseguiu movimento financeiro mais elevado. Foi instituída a Carteira Rural e, com a criação e funcionamento da Carteira de Câmbio, passou a servir ao comércio com maior intensidade, favorecendo principalmente as empresas importadoras e exportadoras, além de reter em nosso Estado o movimento cambial da praça.

O capital social passou de 6,7 milhões de cruzeiros novos em 1966, para 43,4 milhões; os depósitos subiram de 68,8 milhões, para 300 milhões; as aplicações se elevaram de 40,8 milhões, para 280 milhões e o número de agências, no mesmo período, aumentou de 63 para 134.

Progresso não menor se verificou com a transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento, cujo capital em torno de 120 milhões de cruzeiros novos faz dele o primeiro do país no seu gênero no âmbito regional.

Os resultados da execução do programa governamental nestes quatro anos talvez não possam ainda ser inteiramente avaliados, mesmo porque parte apreciável das obras estão sendo concluídas e entregues no curso do presente exercício, a maioria delas já com data prevista definida.

Para levá-las a termo estaremos à frente do Governo até o último dia de nosso mandato, quebrando, num ano essencialmente político e eleitoral como este,

a tradição das administrações inconclusas, cujos titulares a isso são levados para salvaguarda de sua vocação na vida pública.

E diga-se que não foi por falta de generoso apêlo das bases, que dão sustentação ao Governo, que tomamos essa decisão, senão para atender elevados imperativos, inclusive o de entendermos que a sobrevivência dos homens públicos está na obra que realizam, nunca no rodízio interminável em altas funções políticas.

Aguardaremos no pôsto, trabalhando, nosso sucessor, para a êle fazer entrega da obra realizada que, acreditamos, está respondendo a reclamos notórios do crescimento econômico do Paraná.

No campo da energia elétrica, consubstanciou-se a necessidade de ampliar a potência instalada, antes reduzida a pequenas hidrelétricas pioneiras, fornecimento à base de motores diesel de alcance local, que já não atendiam às exigências mínimas da demanda, em acelerada expansão

O Paraná estava praticamente à escuras, o que seria talvez compreensível nas regiões novas, de recente desbravamento, porém injustificável nos centros tradicionais, a começar pela Capital e por sua principal cidade portuária, obrigadas a apelar para usinas de emergência, sob pena de entrar em colapso, como aliás chegou a ocorrer.

O sistema energético não impulsionava o desenvolvimento: entravava-o.

Para que se possa avaliar o esforço realizado no setor, com a execução do II Programa Estadual de Eletrificação, bastaria recordar que, em 1966, a contribuição da COPEL era de 83.500 kW, sendo 35.500 oriundos de geração própria e 50.000 de energia adquirida de outros sistemas. Nêste ano de 1970, a contribuição subirá a 467.700 kW, dos quais 50.000 são adquiridos de terceiros. Somada esta potência a de outras concessionárias que operam no Estado, o Paraná aproxima-se de 700.000 kW, isto é, mais que duplicando sua disponibilidade energética, cumprindo-se,

assim, a meta prevista em nossa plataforma de Governo.

Para resumir, complementamos a Usina Mourão I, concluímos, na maior parte, a Usina do Salto Grande do Iguaçu, iniciamos e concluímos a Hidrelétrica «Julio de Mesquita Filho», na Foz do Chopim e, logo mais, vamos inaugurar a Central Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, com mais de 70% da obra executada neste período. Esta é a mais importante fonte geradora do Estado, destinada a beneficiar dois terços do território paranaense.

Outro aspecto importante do programa está sendo a implantação do Sistema Interligado Estadual para assegurar a gradativa integração do Paraná, para o que, a entrada em funcionamento da Usina «Julio de Mesquita Filho» representou grande passo, integrando o Sudoeste e grande parte do Oeste.

Igualmente, quanto à conexão com outros sistemas elétricos, concluímos a interligação com a SO-TELCA, em Santa Catarina e, no ano passado, com o sistema CESP, de São Paulo, mediante a linha Figueira-Xavantes. A COPEL já assinou contrato com a ANDE, para interligação com a Hidrelétrica do Acaray, no Paraguai, de sorte a fechar o círculo na região sul do país.

Mais de 5.000 quilômetros de linhas de transmissão, além de várias dezenas de novas estações transformadoras foram construídas e estão em funcionamento.

A Capital, principal centro industrial do Estado, tem seu suprimento assegurado de várias fontes, graças ao Anel Elétrico de Curitiba e à Subestação de Campo Comprido, modelar no seu gênero.

Em 1966, de um total então de 238 municípios, 92 não dispunham de energia elétrica; hoje, num total de 288, faltam somente 15 municípios a serem ligados, o que ocorrerá até o final do ano, cumprindo a promessa do candidato de não deixar nenhuma sede municipal sem energia. Dobramos, assim, o número de municípios atendidos.

Já agora, estamos partindo para a eletrificação rural, com a instalação pela COPEL, com a ajuda do INDA, da Cooperativa de Eletrificação de Witmarsun, da Cooperativa de Marechal Cândido Rondon, da Cooperativa de Campo Mourão, da Cooperativa de Entre Rios, em Guarapuava, e ainda das Cooperativas de Arapoti e Maripá, em Palotina, a cargo do Departamento de Aguas e Energia Elétrica.

Coroando tôdas essas realizações no campo energético deixaremos iniciada, em princípios de 1971, as obras da Usina Hidrelétrica do Salto Osório, a entrar em funcionamento em 1975, com potência em primeira etapa de 540.000 kW e capacidade final de 1.000.000 de kW.

Um dos motivos de sua realização imediata é o de poder contar, desde os trabalhos iniciais, com o canteiro de obras junto à Usina «Julio de Mesquita Filho», que dista 14 Km daquela futura central geradora.

Deverão ser aplicados na obra 110 milhões de dólares.

* * *

No setor de transportes, cerca de 1.300 quilômetros de estrada pavimentadas estão sendo adicionados, pelo atual Governo, à rede estadual, o que representa mais que o dôbro de tudo que se fez até aqui.

Esta nova rede viatória libertou-se, afinal, da dependência exclusiva ao sistema Norte-Sul, que fazia do Paraná uma área reflexa, mera servidão de passagem para a ligação extra-estadual de outras regiões brasileiras, escravizada à tradição dos caminhos históricos, que, a beira de «pousos» de tropeiros ou de «arraiais» de mineração, fizeram nascer nossas cidades tradicionais.

Hoje, o nosso sistema rodoviário se dirige basicamente no sentido de interligar regiões interiores dos três planaltos, carreando a riqueza para o mercado nacional e para os portos marítimos do Estado.

Tôdas as regiões paranaenses estão recebendo os benefícios de estradas a altura do seu desenvolvimen-

to, a começar pelo litoral. No primeiro ano de Governo concluímos a estrada das praias, ampliamos o serviço de «ferry-boat» melhorando o acesso a Guaratuba no litoral sul e, agora, estamos possibilitando a primeira ligação terrestre com Guaraqueçaba, no litoral norte, convertendo em realidade um sonho quase centenário.

Completamos a ligação asfáltica com São Mateus do Sul, onde a Petrobrás está concluindo a Usina Piloto para exploração industrial do Xisto, com vistas à produção de petróleo e sub-produtos, que dará origem à nossa indústria petroquímica. Ligamos, por asfalto, Maringá a Paranavaí e a Campo Mourão, multiplicando o fluxo do tráfego de duas regiões pujantes aos sistemas norte e centro-sul, através da Rodovia Jandaia do Sul-Ourinhos, ao mercado nacional, e da Rodovia do Café aos nossos terminais marítimos.

Foram concluídos e entregues os trechos São Luiz do Purunã-Palmeira, a ser completado com a ligação Irati-Relógio, encurtando a Rodovia Transversal Panamericana entre Paranaguá e Assunção, no Paraguai, bem como o de Rolândia-Pôrto Capivara, como alternativa para o escoamento da produção do setentrião ao centro e norte do país.

Pròximamente serão entregues os trechos Pato Branco-Três Pinheiros, ligando o Sudoeste à BR-277; Ponta Grossa-Itararé, opção no crescente congestionamento da BR-116; Maringá-Umuarama e Jacarèzinho-Ibaiti-Ventania, que deverá prosseguir até Alto do Amparo, na Rodovia do Café, trazendo por êsse meio o Norte Pioneiro para sua definitiva integração ao centro-Sul do Estado; Telêmaco Borba-Embaú, igualmente na Rodovia do Café, e a chamada estrada do cimento, entre Curitiba e Rio Branco do Sul. São cerca de 600 quilômetros, a se somarem a 646 já entregues, sem contar acessos a várias cidades e restauração de pavimentação, estimada em 200 quilômetros.

Em obras de arte especiais (pontes, viadutos, etc.) a extensão concluída até 1969 ascendeu a 5.520 metros. Com revestimento primário foram atendidos 536

quilômetros de estradas e com melhoramentos, 3.219.

Os investimentos realizados no setor rodoviário de 1966 a 1969 somaram 368,7 milhões de cruzeiros novos.

Pela primeira vez na história do Paraná o Estado constrói a sua ferrovia de integração e, o que é mais importante, espera concluí-la até o final do atual Governo, com a responsabilidade de 70% da obra, iniciada, como se sabe, há cerca de vinte anos e várias vezes interrompida.

Durante o período compreendido entre janeiro de 1961 e janeiro de 1969, as obras estiveram praticamente paralizadas. Na Frente Sul, entre Ponta Grossa e Ipiranga (83 Km) processaram-se alguns trabalhos de complementação de meio lastro; na Frente Norte entre Apucarana e Marilândia do Sul (34 Km) o tráfego foi explorado precariamente pela R.V.P.S.C., mas os trabalhos não prosseguiram.

Mediante operação de financiamento externo, com o aval do Banco do Brasil e o apoio do Ministério dos Transportes, as obras foram retomadas em janeiro de 1969. No final do ano, em serviços preliminares de desmatamento, destocamento e limpeza haviam sido movimentados cerca de 3 milhões de metros cúbicos; a terraplenagem ascendeu a cinco milhões e meio de metros cúbicos; o túnel n.º 2 concluído e dois outros estão em adiantada fase de execução; a via permanente avançou vários quilômetros nas duas frentes e foram adquiridos materiais para mais 60 quilômetros.

Desde o início do atual governo foram aplicados na obra 40,4 milhões de cruzeiros novos, dos quais só em 1969 o montante aplicado subiu a 37,9 milhões, o que dá idéia da magnitude dos serviços em execução no ano que passou.

* * *

Elevado ao nível de prioridade absoluta, o setor de telecomunicações registra realizações cuja importância o Paraná bem pode avaliar.

A Rêde de Emergência teve início em 1967 e nesse mesmo ano a TELEPAR interligava dezenas de cida-

des da região Oeste e Sudoeste, a partir da nova linha Guarapuava-Laranjeiras do Sul e tronco Guarapuava-Foz do Iguaçu. Em meados de 1968, exatamente 51 cidades daquelas duas regiões, antes inteiramente isoladas, ganharam telecomunicações de eficiência técnica razoável, através dos equipamentos UHF e VHF, de 24 canais de capacidade.

Além das cidades ligadas por sistema telefônico interurbano, foram instalados serviços urbanos em 14 sedes municipais e ampliados os serviços de oito cidades.

No momento, estão entrando em funcionamento as novas 20 mil linhas telefônicas no sistema urbano de Curitiba, interligadas à Central Interurbana da TELEPAR e à Estação de Trânsito da EMBRATEL possibilitando comunicações em discagem direta à distância no tráfego intermunicipal e interestadual.

Está em fase de conclusão a Rota Norte da Rêde de Microondas, ligando Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Maringá.

Na Rêde de Emergência estão previstas para este ano os seguintes enlaces: Mirassolva-Londrina, Londrina-Porecatu, Cascavel-Marechal Rondon, Laranjeiras do Sul-Pitanga, Maringá-Campo Mourão, Iporã-Umuarama, Cruzeiro do Oeste-Cianorte, Guarapuava-Entre Rios, Guaíra-Iporã e Maringá-Colorado.

Até aqui os investimentos, no setor de telecomunicações, andam ao redor de 56,4 milhões de cruzeiros novos, nos quais se inclui o edifício sede da Telepar, obra iniciada e concluída no atual Govêno, que se insere na paisagem arquitetônica de Curitiba como símbolo de nossa integração na era das avançadas conquistas da eletrônica.

* * *

No campo do saneamento básico, 35 novas cidades foram até aqui beneficiadas com sistemas de abastecimento d'água. Mais 19 projetos estão concluídos e 22 em fase de elaboração, elevando para 77 o número de novos municípios a serem servidos.

No ano passado, o Governo do Estado, através da SANEPAR, firmou convênio com o BNH no valor de 80 milhões de cruzeiros novos, destinados a oferecer, por meio de modernos sistemas de abastecimento, água potável a 70% da população urbana do Estado.

A mais importante realização em 1969 foi a conclusão da Estação de Tratamento de Água do Rio Iguaçu, inaugurada em março com a presença do saudoso Presidente Costa e Silva.

Essa obra assegura um fornecimento de 260.000 metros cúbicos por dia, representando um investimento de 6,5 milhões de cruzeiros novos. A ampliação da rede de água da Capital neste Governo está representada por 186 quilômetros e a de esgotos sanitários por 59 quilômetros. Neste ano será possível estender a rede a todos os bairros da Capital, graças ao substancial reforço proporcionado pela Estação de Tratamento do Rio Iguaçu e novas adutoras.

Ascendem já a 17 as cidades cujos serviços estão a cargo das respectivas prefeituras. Os municípios, que ainda não operam seus sistemas, são incentivados a constituírem sociedades de economia mista de caráter nitidamente municipal, sendo-lhe assegurada a assistência administrativa, técnica e financeira da SANEPAR.

* * *

Os dados rapidamente indicados revelam os esforços que estão sendo realizados para a implantação da infraestrutura econômica, na qual os investimentos são maciços, a execução relativamente demorada e os resultados quase sempre de longo prazo.

O mesmo igualmente se pode dizer do programa em execução para o fomento à agropecuária e à industrialização, a fim de que o setor privado da economia encontre novos campos de atividades, capazes de ampliar o mercado de trabalho, criando maiores oportunidades de empregos à crescente população jovem deste Estado.

A expansão da agropecuária se deve, basicamen-

te, ao esforço da iniciativa privada, que vem correspondendo, com sua compreensão e apoio, às campanhas lançadas pelo poder público.

O mais recente exemplo, no ano que passou, foi a campanha «Por um Paraná mais Verde». Lançada em agosto de 1968, com o objetivo de realizar um reflorestamento de 200 milhões de pés em quatro anos, já resultou no plantio de 100 milhões de árvores, o que equivale ao dobro da meta prevista. Em 1965 a produção de mudas nos parques florestais do Estado foi de 850 mil unidades; em 1969 essa produção subiu a oito milhões de unidades.

Especial destaque no ano que passou se deu à elaboração de um plano de incentivo à cafeicultura, para ser iniciado neste exercício, visando o replantio de 120 milhões de pés de café em três anos. Seu objetivo é suprir o «déficit» decorrente da erradicação indiscriminada de cafeeiros », conseqüente queda da produção, buscando assim, garantir ao Paraná a hegemonia no setor, já ameaçada se medidas acauteladoras não forem imediatamente postas em prática.

A produção de sementes básicas nas estações experimentais do Estado, para cultura do algodão, do trigo, do milho híbrido, da soja, do amendoim e do arroz, subiu em 1969 a um milhão de quilos, proporcionando uma produção global superior a um milhão de toneladas.

Graças a êsses incentivos, o Paraná é hoje o terceiro do país no valor de sua produção agrícola, somente ultrapassado por São Paulo e Minas Gerais.

Outrossim, a alta qualidade de seu rebanho bovino é atestada por quantos tem tido oportunidade de apreciar as exposições anualmente realizadas em Curitiba e em várias cidades do interior, como Londa, Clevelândia, Londrina, Guarapuava e Ponta Grossa.

* * *

No setor da industrialização, a política do Governo procura ajustar-se à nova realidade do quadro nacio-

nal. A antiga CODEPAR, transformada em Banco de Desenvolvimento, adotou até 1965 o critério de implantar um parque industrial voltado para o aproveitamento de matérias-primas de origem agropecuária, com preferência pela pequena e média empresa.

Essa tônica teve que encerrar seu ciclo, uma vez preenchidos os vazios existentes e no momento em que a indústria paranaense sentia os reflexos da competição do polo dinâmico do país.

Os preços desestimulantes ao café representaram rude golpe na geração da renda interna. Passada a fase inicial, o Paraná foi se ajustando às subsequentes modificações da política federal. No campo industrial, dirigiu os esforços para dotar o setor secundário de empresas de maior porte. Essas mudanças de comportamento culminaram na transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento e na adoção de nova política de incentivos.

Uma das preocupações se concentrou no sentido da obtenção de recursos externos, para complementar os estaduais. Com isso, além dos recursos do IBC/GERCA e FINAME, com os quais já vinha operando, o BADEP passou a agenciar o FIPEME, FUNDECE, FUNDEPRO, GECRI, REINVEST e FISANE, alguns já em fase final de entendimentos. Isto representa massa maior de recursos para os setores industrial, agropecuário e de infraestrutura.

No quadriênio, em créditos para indústria, as aplicações somaram 133,1 milhões de cruzeiros novos a preços de 1969, só no exercício em que os financiamentos subiram a 44,9 milhões de cruzeiros novos.

Para o corrente exercício as aplicações programadas estão previstas em 159 milhões de cruzeiros novos, dos quais 88 milhões se destinam a incentivos diretos à indústria.

* * *

A CREDIMPAR e a COHAPAR, cada uma atuando em faixa própria, entregaram, nos últimos quatro anos, 5.239 unidades residenciais, estando em andamento

para próxima entrega cêrca de 3.700 novas unidades, num total que poderá atingir 9.000 no quinquênio.

Não é muito se considerarmos o déficit crescente de habitações em decorrência de um fenômeno de «explosão urbana», que corre paralelo à «explosão demográfica». Mas é bastante onde nada se tinha feito para minorar um problema que no Paraná tende a se agravar se não fôr continuado com vigor e realismo.

* * *

A educação é uma de nossas metas básicas dentro da política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento.

O aperfeiçoamento da rêde do ensino primário se traduziu por uma série de medidas de caráter administrativo e pedagógico do maior alcance.

A introdução do calendário agrícola adaptado ao sistema estadual de ensino representou inovação revolucionária num Estado como o nosso, predominantemente agrícola, fazendo do Paraná vanguardeiro no setor, com vistas a reduzir o elevado índice de evasão escolar.

O Estatuto do Magistério entrou em vigôr com a lei que instituiu o Quadro Próprio do Magistério. Em consequência dessa exigência legal, foi estabelecida nova lei de classificação de cargos, inclusive fixando as diversas carreiras de pessoal técnico e docente. Seguiram-se os atos que estabelecem nôvo regime de concessão de licença especial e o que regulamenta o sistema de designação de diretores dos estabelecimentos de ensino primário e médio. Em outro decreto ficou disciplinado o processo de remoção do pessoal do magistério através de sistema de concurso.

Além da construção de novas salas de aula e da criação de novos Grupos Escolares, o Estado, através da Secretaria de Educação, firmou convênios com 212 municípios para pagamento de professôres da rêde

municipal e estadual do ensino primário, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação.

Medida que reputamos de grande significação foi a criação, o ano passado, das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, da Federação das Escolas Superiores Estaduais, em Curitiba, bem como a transformação da Superintendência do Ensino Superior em autarquia e a instituição do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa.

Foi instituída a Fundação Faculdade de Agronomia, em Apucarana, primeira escola a se enquadrar nas normas dos Conselhos Federal e Estadual de Educação e igualmente a primeira do interior para a formação de agrônomos.

Com o mesmo sentido de interiorização do ensino superior, foi criado o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá, também a primeira escola de engenharia operacional a funcionar fora da Capital.

* * *

Quanto à saúde pública bastará dizer que até 1965 existiam 120 unidades sanitárias no interior num total de 288 municípios; na maioria, portanto, não havia qualquer tipo de assistência oficial, sendo de notar que num quarto deles sequer havia um único médico, mesmo em caráter particular. Nêstes quatro anos foram implantadas nada menos de 122 Unidades Sanitárias. Em 1966 existiam nas Unidades Sanitárias apenas 13 Laboratórios de Análises Clínicas, com a finalidade de possibilitar melhores diagnósticos e naturalmente um atendimento clínico mais eficiente. Até 1969 o número dêsses Laboratórios subiu para 75. Até 1965 os consultórios odontológicos mantidos pelo Estado somavam 32. Foram instalados mais 146, elevando para 178 o número dos atualmente existentes.

* * *

Se considerarmos a média de 300 dias úteis para cada ano, o atual Governo está construindo, somente

no setor de edificações públicas, a cargo do D.E.O.E., a média de uma obra em cada 36 horas.

Nos quatro anos foram concluídas 995 obras, que representam uma área de 329.987 metros quadrados; estão em andamento para conclusão no corrente ano mais 51 obras, que elevarão a área edificada para 405.354 metros quadrados, totalizando 1.048 edificações.

Dêsse total, 687 foram destinadas ao setor da Educação, muitas delas de grande porte, como é o caso do novo Instituto de Educação de Curitiba, com área prevista de aproximadamente 24.000 m². Pela ordem de importância, o segundo setor em área edificada é o da Saúde Pública.

Algumas obras, paralizadas há mais de dez anos, foram concluídas ou estão em fase final de construção, de que é exemplo o notável Sanatório de Londrina, já em funcionamento, e o Grande Auditório do Teatro Guaíra, a ser inaugurado no segundo semestre do corrente ano.

Não pretendo, nem o tempo a isso me permitiria, passar em revista todos os setores nos quais o Governo procurou marcar a sua presença com zelo e eficiência. Do que até aqui se fez é testemunha a Assembléia Legislativa, à qual muito devemos pelo que foi possível realizar.

Seria injusto não mencionar o papel da União Federal, pelas relações de cooperação com os três Governos da Revolução, que procuraram definir e equacionar conosco obras e medidas do mais alto alcance para o Estado.

A instalação do Governo Federal em Curitiba, à época do Presidente Costa e Silva, não foi apenas um gesto protocolar de cordialidade e prestígio, ocasião em que o Presidente da República sentiu a sincera afeição e o reconhecimento do povo pela obra da Revolução. Foi também, e principalmente, uma visita de trabalho, consubstanciada numa programação prioritária aprovada e inserida no documento de «Ação Coordenada do Governo Federal do Paraná» que

abrangeu os setores de energia elétrica, industrialização do xisto, transportes ferroviários, rodoviários e portos, comunicações, agricultura, mineração, educação, saneamento, habitação, desenvolvimento regional e outros.

No campo político, os Governos da Revolução e em especial hoje, o do ilustre Presidente Emílio Garrastazu Médici, possibilitaram a organização definitiva dos partidos políticos, desde suas bases, nos Municípios, como requisito indispensável, até mesmo inédito, para estruturação de um gradual e autêntico regime representativo das correntes de opinião e das legítimas aspirações populares.

As recentes eleições municipais, a reabertura do Congresso no ano que passou, e agora, as demarches para encaminhamento do problema sucessório nos Estados e para as novas eleições legislativas, são indicadores significativos de distensão, de normalização institucional e de estabilidade interna, com vistas à recomposição da vida nacional em níveis mais altos.

Senhores Deputados:

No seu gênero, esta é a nossa última Mensagem, apresentada de viva voz aos ilustres integrantes do Poder Legislativo, que neste ano, por sinal, terminam os seus mandatos, embora nossas relações, independentes e harmônicas, ainda se prolonguem por algum tempo.

Temos pela frente um ano inteiro de intenso trabalho. Nenhuma obra nova foi autorizada, mas há diversas delas a concluir para cumprimento do programa que nos impusemos.

Estou certo de que para isso continuarei a contar, como até aqui, com a cooperação desta Casa, cuja nobre conduta tanto engrandece seus pares e o País aos olhos da Nação, numa fase de graves responsabilidades vividas pelo Brasil.

Estado sem fronteiras, aqui se constroi uma sociedade aberta e fraterna, que é o grande segredo,

sem dúvida, do seu progresso, rico de afirmações humanas e de promessas potenciais, na exuberante hora paranaense, carregada de futuro.

Curitiba, 31 de março de 1970.

PAULO PIMENTEL
Governador do Estado

I — A CONJUNTURA PARANAENSE

ECONOMIA E FINANÇAS

A receita geral do Estado no último quinquênio apresenta a seguinte evolução:

Anos	Valor em Cruzeiros
1965	191.698.405,57
1966	272.484.477,37
1967	320.870.977,41
1968	493.917.369,55
1969	652.087.597,14

É, sem dúvida, uma evolução progressiva, mas ainda não satisfatória se a considerarmos em preços constantes e, principalmente, em face de exigências inadiáveis do setor de investimentos para possibilitar melhores condições de desenvolvimento ao setor privado da economia regional.

De acôrdo com seus ingressos e sua incidência na formação da receita geral, a Receita Tributária se apresentou em 1969 como segue:

Impostos	Valor
Imposto de Renda na fonte	1.713.253,17
Causa Mortis	1.055.716,69
Inter-vivos	7.089.715,44
I.C.M.	554.157.118,51
Soma dos impostos	<hr/> 564.015.803,81

Taxas

Trânsito	11.445.575,91
Polícia	1.389.758,94
Rodoviária	4.151.207,17
Agrária	50.164,48
Saúde Pública	5.524,31
Demarcação de terras ..	8.294,87
Junta Comercial	770.338,11
Expediente	136.325,94
Emolumentos (Judic.) ..	156.131,19
<hr/>	
Soma das taxas	18.113.320,92
Soma Total	582.129.124,73

As cifras acima demonstram que a receita tributária arrecadada, proveniente de impostos, representou 84,96% da receita geral e que somente o I.V.C. pesou com 98% no total da receita tributária.

Enquanto isso, as taxas representaram apenas 2,78% sobre a receita geral, dentre as quais a de Trânsito participou com mais de 70% do total.

Imediatamente se verifica o peso do Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M. na arrecadação geral do Estado, como o grande tributo responsável pelo comportamento das finanças públicas.

A previsão orçamentária do I.C.M. para o exercício último findo foi de NCr\$ 616.003.000,00, mas o montante efetivamente arrecadado esteve aquém dessa importância, alcançando NCr\$ 554.157.118,51.

Isso, entretanto, não significa que o imposto citado não esteja reagindo de maneira favorável, com significativa progressão, em relação a anos anteriores. Se tomarmos por base o ano de 1965 podemos verificar um crescimento constante do I.C.M. (antes conhecido como I.V.C.). O quadro adiante demonstra essa afirmação:

Anos	Valor Arrecadado	Índice
1965	130.578.561,45	100
1966	250.121.261,05	191
1967	285.787.583,31	218
1968	404.973.877,27	310
1969	554.157.118,51	424

Esse expressivo incremento deve ser atribuído não só à elevação dos preços das utilidades e ao aumento no volume das vendas, mas também ao aprimoramento dos métodos de fiscalização.

A despesa autorizada pela Lei de Meios, acrescida pelas várias autorizações legislativas, somaram NCr\$ 816.825.147,00. Mas os gastos efetivamente realizados no exercício estiveram aquém do limite autorizado, alcançando NCr\$ 755.922.546,23 distribuídas pelas seguintes unidades orçamentárias:

Secretaria dos Transportes	201.733.351,96	26%
Secretaria de Educação	169.028.004,16	22%
Administração Geral	126.040.257,79	16%
Secretaria de Segurança	64.460.068,80	8%
Secretaria de Obras Públicas	39.180.717,41	5%
Secretaria de Saúde Pública	28.324.122,53	3%
Secretaria da Fazenda	26.783.217,33	3%
Poder Judiciário	23.965.101,54	3%
Secretaria da Agricultura	19.337.437,17	2%
Govêrno do Estado	17.953.815,54	2%
Secretaria do T. e Assistência	13.070.888,65	1%
Assembléia Legislativa	12.749.928,18	1%
Tribunal de Contas	5.917.536,80	0,7%
Secretaria do Govêrno	3.978.368,85	0,5%
Secretaria do Interior e Justiça	3.399.729,43	0,4%

A despesa com pessoal, no exercício de 1969, foi da ordem de NCr\$ 276.338.558,28 e sua incidência sôbre o total dos custeios foi de 85,02%. Mesmo considerando os reajustamentos concedidos ao funcionalismo, esta despesa manteve-se, percentualmente, em função das Receitas Correntes, muito aquém do índice fixado pelos dispositivos constitucionais, uma vez que

não foi além de 45,00% sôbre a despesa geral. A sua incidência sôbre o total da Receita foi de 42,68%.

No encerramento do exercício, os recursos disponíveis estavam assim representados:

Caixa	329.051,72
Bancos	28.245.177,14
Agências de Rendas	18.209.516,36
Pagadorias	215.512,62
Total	46.999.252,84

A evolução das disponibilidades financeiras, compreendendo Caixa, Bancos, Agências de Rendas, Pagadorias e Contas Vinculadas, no quinquênio 1965-69 apresentou-se como se segue:

Anos	Valor em Cruzeiros
1965	22.314.105,479
1966	21.434.298,733
1967	28.091.333,10
1968	61.663.386,15
1969	47.252.198,57

Participações da Fazenda Pública

No decorrer de 1969, a Fazenda Pública aplicou recursos da ordem de NCr\$ 107.156.126,17 pela tomada de capital em empresas de economia mista e sociedades anônimas, elevando o total das aplicações do Estado até 31 de dezembro de 1969 para NCr\$ 393.658.101,81 já integralizados. Permanece ainda um saldo de NCr\$ 43.067.533,19 de capital subscrito a integralizar. Discriminadamente por empresas os valores integralizados são os seguintes:

Empresas	Valor em Cruzeiros
COPEL	196.067.117,81
BADEP	119.997.300,00
BANESTADO	28.163.682,00

TELEPAR	—	19.839.852,00
PETROBRÁS	—	9.306.360,00
COHAPAR	—	7.996.200,00
CAFÉ PARANÁ	—	5.226.508,00
B. R. D. E.	—	6.414.425,95
COPASA	—	2.040.332,00
CELEPAR	—	785.000,00
SANEPAR	—	243.750,00

As participações acima indicadas revelam que o Estado teve duas preocupações básicas: a primeira prover de recursos as empresas que realizam obras públicas de infraestrutura básica indispensáveis à promoção do desenvolvimento, como a energia elétrica, por exemplo, e a segunda dotar as instituições oficiais de crédito, de âmbito regional, de recursos destinados à investimentos e financiamentos ao setor privado.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ

Um aumento significativo da ordem de 49% nos depósitos, com relação à posição de 31 de dezembro do ano passado, expressa com segurança a evolução do Banco do Estado do Paraná, a preferência dos clientes, a diversificação dos serviços prestados e o conceito que alcançou no mercado bancário nacional.

Com relação ao capital social, que evidentemente teria de aumentar em função do aumento dos depósitos, o crescimento foi de ordem de 80% com relação à posição de 31 de dezembro de 1968 e que o colocou em 4º lugar na classificação dos Bancos Estaduais Oficiais, conforme estudos levados a efeito recentemente. Tal como nos itens anteriores, na rubrica Empréstimos, alcançou um índice de crescimento verdadeiramente expressivo de 90%, o que indica que está atendendo, dentro de suas possibilidades, à demanda de crédito de nosso comércio, indústria e agricultura.

Devemos considerar que com a abertura de mais 5 agências em 1969, passou a servir em maior escala não só o Paraná mas também o Estado do Rio Grande do Sul. Se considerar a incorporação do Banco Alfomares S/A., verifica-se que com

isso, avançou 1/4 de século, com o aumento de 44 unidades, o que por vias normais conseguiria duas Cartas-Patentes por ano.

Com a efetivação do controle acionário da Codepar Crédito, diversificou os serviços e conseguiu movimento financeiro mais elevado. Também com a criação e funcionamento da Carteira de Câmbio, passou a servir ao comércio com mais intensidade, favorecendo principalmente as empresas importadoras e exportadoras, além de reter em nosso Estado todo o movimento Cambial. Com a criação e funcionamento da Carteira Rural, passou a servir com mais critério a agricultura e a pecuária.

A implantação do Sistema de Processamento de dados deu possibilidade de atender toda problemática de burocracia, com maior eficiência e rapidez. Foram realizados diversos cursos de treinamento do pessoal, à busca de um quadro realmente especializado e seguro em todos os setores de atividade do Banco, o que já está dando excelentes resultados.

Os planos para o próximo ano, além de continuar a mesma dinâmica administrativa, já se encontram em fase final de estudos para a abertura de 4 agências e modernização das atuais instalações, visando dar menor atendimento ao público e racionalização de métodos operacionais.

Capital

O capital social do Banestado, com relação à posição de 31 de dezembro do ano passado, alcançou um crescimento de 80%, aproximadamente, passando de NCr\$ 24.146 para NCr\$ 43.419 (em mil cruzeiros novos), colocando-se em 4º lugar na classificação dos Bancos Estaduais Oficiais. Este crescimento expressivo, está relacionado com o aumento dos depósitos, conforme veremos adiante.

Salientamos que tal aumento de Capital, não é isolado e sim paralelo ao crescimento conjugado do Banco, isto é, tanto na expansão física como na elevação patrimonial.

Depósitos

O que melhor retrata a situação do Banco é a preferência

dada pelos depositantes, o que vem indicar o bom atendimento a eles dispensado.

Nesse setor, com relação a 31 de dezembro do ano passado, segundo indicam as estimativas, foi obtido um percentual de crescimento da ordem de 50%, passando de NCr\$ 200.917 para NCr\$ 300.000 (em mil cruzeiros novos), aproximadamente, apresentando menor percentual em relação ao item anterior, em função de quantidade que é mais elevada. Nos depósitos, de acôrdo com os estudos já referidos, até 30 de junho do corrente ano, o Banestado estava em 4º lugar entre os Bancos Estaduais e em 19º entre os maiores Bancos do País, quando em 31 de dezembro de 1968, ocupava o 24º lugar.

Graças a preferência dada pelos clientes, foi possível desenvolver a dinâmica administrativa e crescer junto com o Estado o que lhe deu o primeiro lugar em crescimento relativo, no período já mencionado.

Aplicações

As aplicações no decorrer de 1969 apresentaram aumento significativo, demonstrando a criteriosa seleção na destinação dos recursos. Aumentaram as aplicações em relação ao ano passado, aproximadamente em 90%, nos diversos setores de crédito, sendo atendida a demanda de financiamento de tôdas as atividades do Estado e fora dêle.

A relação depósito/aplicações apresenta bom índice de reciprocidade evidenciando o reconhecimento do público, sem prejuízo do encaixe tènicamente aconselhável. Nos empréstimos, o Banco estava em 5º lugar entre os Bancos Estaduais, em 20º entre os maiores Bancos do País e em primeiro em crescimento relativo.

Abertura de Agências

Com a abertura de mais 5 agências em 1969, passou a prestar serviços aos mais longínquos recantos do Paraná, estendidos inclusive ao Rio Grande do Sul. Estas agências foram instaladas nas cidades de Santo Antônio do Caiuá, Planalto e Boa Esperança, no Estado do Paraná, Caxias do Sul e Nôvo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, através de trans-

ferência de Cartas patentes das seguintes praças, onde as agências eram deficitárias: Bofoete, Álvares Florence, Mendonça e Mogi-Mirim, no Estado de São Paulo e agência urbana de Maringá. Com essa providência foi cumprida à risca a política do Banco Central do Brasil.

Devemos observar que em dezembro do ano passado, contava o Banco com apenas 92 agências e no ultimo ano, subiu seu número para 137, das quais 4 serão instaladas no decorrer do ano de 1970, sendo uma em Curitiba e 3 no Estado de Santa Catarina. Esta grande expansão na rede de agências permitiu estender serviços por outros Estados da Federação, notadamente no interior do Estado de São Paulo.

Incorporação ao Alfomares

Com a incorporação de mais 44 agências do Banco Alfomares S/A., verificou-se um avanço de um quarto de século, uma vez que por vias normais, 22 anos seriam necessários de acôrdo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, de conceder apenas 2 cartas-patentes por ano. Com a efetivação dessa transação, não só se elevou o conceito, como se aumentou as disponibilidades, aplicações e toda natureza de prestação de serviços.

Contrôle Acionário da Codepar-Crédito

Pelo controle acionário da Empresa acima, além da diversificação dos serviços prestados pelo Banco êle penetrou em outro ramo de atividades, o mercado de capitais, que proporciona maiores recursos e também está contribuindo para o progresso desse ramo de negócio em franco desenvolvimento no País.

Criação da Carteira de Câmbio

A criação e funcionamento da Carteira de Câmbio permitirá atender melhor ao movimento importador e exportador não só de nosso Estado, como dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (GB), onde breve estará operando.

Com a criação desta Carteira, além da parte de assistência, se retêm parte do movimento financeiro que ficaria com outras organizações, principalmente em Curitiba e São Paulo.

Criação da Carteira Rural

Com a criação e funcionamento da Carteira Rural, em julho do ano findo, o Banco do Estado passou a atender a agricultura e pecuária do Paraná com mais critério e maiores recursos financeiros, dando assim sua parcela de cooperação para o desenvolvimento rural.

O BANESTADO é o pioneiro nesse ramo de atividade no Paraná e vem desempenhando papel com eficiência, tanto na distribuição do crédito como na fiscalização dêle.

Sistema de Computação

Em 1969 foram contratados os serviços da IBM do Brasil Ltda., para o processamento dos serviços, já em fase de implantação nas agências de Curitiba.

Na capital paulista e agências adjacentes já se encontra implantado o sistema de computação.

Espera-se para breve, com a instalação do centro eletrônico de processamento de dados atingir o objetivo que é prestar bons serviços com rapidez e eficiência.

Cursos de Treinamento

O Banco promoveu diversos cursos de treinamento de pessoal, com fito de formar um quadro de funcionários especializados nos diversos setores da parte técnico-contábil e de outros setores essencialmente técnicos, como o de programadores para computação eletrônica e outros que exigem alta especialização.

Planos para 1970

Consta da agenda para o próximo ano, além de seguir a mesma dinâmica desenvolvimentista, o melhor aproveitamento do quadro de pessoal, dinamizar ainda mais seus negócios

e expandir a rede de agências a outros recantos do Paraná e de outros Estados.

Está certa para o próximo ano a instalação de mais quatro agências, sendo uma metropolitana (em Curitiba) e três no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Blumenau, Florianópolis e Itajaí através do aproveitamento de Cartas-Partes das praças de Araraquara, Iracemápolis, Santos e Valinhos, tôdas do Estado de São Paulo, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Outras Considerações

Apresentamos aqui uma síntese do desenvolvimento do Banco a partir de 1º de janeiro de 1966, tomado como base para esta posição o índice 100, conforme quadro abaixo:

	1º/01/66	31/1/66	31/12/67	31/12/68	31/12/69
CAPITAL	6.768.225	16.376.990	16.151.554	24.146.278	43.419.000
DEPÓSITOS	68.851.824	72.129.772	98.478.255	200.971.069	300.000.000
APLICAÇÕES	40.885.269	56.710.6643	72.452.631	120.547.572	28.000.000
AGÊNCIAS	63	65	89	92	134

Conforme observamos pelo quadro acima, o Capital Social do Banco, teve um crescimento da ordem de 600%, crescimento êsse que se fez notar no decorrer de 1969, sendo que no transcurso de 1968 o crescimento foi de aproximadamente 50%. Com relação aos depósitos o crescimento foi da ordem de 440%, relativamente à posição de 1º de janeiro de 1966, ora tomado como base. Pelo quadro acima observa-se que nos últimos dois anos o crescimento foi extraordinário em todos os setores.

Nas aplicações, houve um incremento de 585%, no decorrer de todo período, isto é, de 1/66 a 12/69, em valores correntes. A partir de 1967 se alcançou excelente crescimento em todos os setores, em valores reais.

Em número de agências o incremento foi de 127%, com relação a 1º de janeiro de 1966. No decorrer de 66 para 67, o aumento do número de agências é decorrente da incorporação do Banco do Paraná S/A, com 18 unidades a mais; também o aumento de 1969, é efeito dessa incorporação com mais 44 agências.

II — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

ENERGIA ELÉTRICA

Aspectos Gerais

Foi significativamente intensa, em 1969, a atuação da COPEL, como entidade responsável pela execução do Programa Estadual de Eletrificação, formulado segundo diretrizes definidas pelo atual govêrno. O referido Programa, sem dúvida, tem sua maior validade por se inserir numa política governamental que objetiva, explicitamente, o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, e também na medida em que os diferentes empreendimentos se articulam entre si, como decorrência do empenho de se lograr uma solução global do problema de energia elétrica. Não se reveste de pleno significado, por conseguinte, a consideração desta ou daquela obra e mesmo de um ou de outro aspecto da programação.

Assinalando que, felizmente, o Paraná já começa a colher os frutos mais expressivos das metas concebidas a longo prazo, cinco acontecimentos podem ser destacados como os mais importantes dentre os registrados no exercício:

1) entrada em funcionamento experimental da Usina Hidrelétrica «Júlio de Mesquita Filho», denominação atribuída à central geradora localizada na foz do rio Chopim, constituída basicamente com o objetivo de atender às necessidades de energia elétrica de todo o Sudoeste e de grande parte do Oeste paranaense;

2) estabelecimento de nova conexão com o sistema elétrico da CESP (São Paulo), mediante a linha de transmissão entre a subestação construída pela COPEL junto à Usina de Figueira e a Hidrelétrica de Xavantes;

3) aprovação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, do pedido de financiamento de 11 milhões de

dólares para a interligação do sistema da COPEL com a Usina Hidrelétrica de Acaray, no Paraguai, o qual será completado pela ELETROBRÁS (5 milhões de dólares). Doutra parte, em dezembro foi assinado o contrato de fornecimento de energia elétrica entre a **Administración Nacional de Electricidad** — ANDE e a COPEL, o qual prevê o recebimento, pelo Paraná, de 23.000 kW daquela hidrelétrica, a partir de 1972. Esse compromisso é uma das condições para a liberação dos recursos do aludido financiamento, que beneficiará mais de 170 localidades, mediante a implantação de linhas de transmissão, subestações transformadoras e redes de distribuição;

4) atingimento da fase final de construção da Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, cuja entrada em operação está prevista para o primeiro semestre de 1970. Com 250.000 kW de potência, será a maior central geradora do Estado, abrindo novas e mais amplas perspectivas para a industrialização do Paraná.

5) para execução do plano trienal de eletrificação rural em 38 municípios da área de concessão da COPEL, foi aprovado, pelo BID, financiamento do projeto encaminhado através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA. Serão aplicados na obra recursos do BID, do Governo Federal e da COPEL.

Esses são os eventos que podem ser considerados como mais importantes, no tocante à execução do plano de investimentos do Governo do Estado, no setor de energia elétrica; do ponto de vista da operação do sistema de suprimento de eletricidade, pela COPEL, outros podem ser aduzidos.

Em agosto de 1969, por exemplo, o número de ligações industriais atendidas diretamente pela Empresa ultrapassou de 1.000, continuando a crescer aceleradamente, nos meses subsequentes. Doutra lado, o montante de energia gerada por usinas da COPEL e daquela adquirida em grosso para redistribuição alcançou o total acumulado de 2 bilhões de kWh, desde o início de suas atividades, em 1957. Deve-se assinalar que, desse total, nada menos de 1,9 bilhão de kWh foram produzidos no período de 1961/1969. Ademais, cabe também ressaltar que, em decorrência de negociações com a ELETROBRÁS, a COPEL incorporou a Usina Termelétrica de Figueira S/A. — UTEFLA,

cuja central geradora terá sua potência elevada em 50% (de 20.000 para 30.000 kW).

Recursos Aplicados

Cresceu notavelmente, em termos reais, em comparação com 1968, o montante dos recursos financeiros aplicados através da COPEL, da ELETROCAP e da UTEFPA (até a extinção desta última). A soma consolidada dos investimentos se elevou, em 1969, a NCr\$ 170,6 milhões. Descontados os efeitos da inflação monetária, verifica-se que houve efetivamente incremento real do esforço de inversão, no setor. Ajustando o valor referente a 1968 (NCr\$ 120 milhões), aos preços de 1969, o investimento daquele exercício seria da ordem de NCr\$ 143,5 milhões. A comparação desta cifra, relativamente a 1969, permite inferir que o crescimento em termos reais foi de 18,9 por cento.

Consumo no Paraná e na Área da Copel

O montante do consumo de energia elétrica no Paraná compreende, de um lado, a eletricidade consumida nas áreas atendidas por empresas concessionárias e, doutra parte, a quantidade utilizada por algumas indústrias que possuem unidades geradoras próprias.

A estimativa referente a 1969, em confronto com as estatísticas de 1968, revela que o consumo de energia elétrica nas áreas abastecidas por concessionárias aumentou em cerca de 15,4 por cento. Segundo se pode estimar, este total deve ter atingido a expressiva cifra de 982,9 milhões de quilowatts-hora; contra 851,4 milhões, em 1968.

A estimativa do consumo total de energia elétrica no Paraná, corresponde à adição do montante utilizado pelas indústrias auto-produtoras àquele do fornecimento efetuado pelas concessionárias. A falta de dados, pode-se inicialmente supor que o consumo das citadas indústrias teria permanecido inalterado em relação a 1968 (hipótese conservadora), cifrando-se em 410 milhões de kWh. Assim, o consumo total, no Estado, em 1969, teria alcançado 1,4 bilhão de kWh (contra 1,26 em 1968).

Dêsse modo, ter-se-á registrado incremento, pelo menos, de 11 por cento.

Consumo «per capita»

Em 1960 o consumo total do nosso Estado foi de 543,0 milhões de quilowatts-hora, correspondentes a 126 kWh por pessoa. Em 1969, estimando-se a população do Paraná em 6 milhões de habitantes (conforme estudo elaborado pelo IPEA, órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), o Estado deve ter alcançado o nível de 233 kWh/habitante. Impõe-se assinalar, ainda, o esforço que se faz necessário para aproximar o consumo **per-capita** de eletricidade do nosso Estado ao nacional, tendo em vista que o incremento demográfico paranaense vem registrando taxas anuais médias de 4,2 por cento, enquanto a população do País aumenta, em média, à razão de 2,0 por cento ao ano (segundo o estudo do referido órgão federal).

Fornecimento pela COPEL

A contribuição direta do Governo do Estado, através da COPEL, para o montante do consumo estadual foi da ordem de 283,0 milhões de quilowatts-hora, contra 226,6 milhões de 1968, registrando-se, pois, aumento de 25 por cento.

Ocorre, ademais, que a Empresa, além de efetuar a distribuição diretamente a consumidores, fornece eletricidade em grosso a outras concessionárias, que a redistribuem aos respectivos usuários. Assim, outros 148,4 milhões de quilowatts-hora foram propiciados, a este título, às seguintes empresas: Companhia Fôrça e Luz do Paraná (Curitiba), Companhia Prada de Eletricidade (Ponta Grossa), Empresa de Eletricidade «Alexandre Schlemm» S/A. (União da Vitória), Fôrça e Luz de Irati S/A. Companhia Fôrça e Luz do Oeste (Guarapuava) e Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema (Ibaiti).

O total de eletricidade fornecido pela COPEL diretamente aos seus usuários e em grosso a outras empresas, em 1969, elevou-se, pois, a 431,4 milhões de quilowatts-hora, representando acréscimo de 19 por cento relativamente a 1968 (362,3 milhões de kWh).

Além de situar-se como a principal empresa distribuidora de energia elétrica quanto ao número de localidades atendidas (duzentas e trinta e cinco) e a segunda no tocante à quantidade de quilowatts-hora fornecidos diretamente a consumidores a COPEL vem assegurando, através de suas usinas geradoras e da compra de energia de outros Estados, atendimento à crescente demanda das importantes regiões do Paraná, nas quais as citadas concessionárias efetuam a distribuição a consumidores.

Suprimento às Indústrias

O fornecimento de eletricidade para uso industrial, pela COPEL, em 1969, representou significativa parcela no total distribuído. Cerca de 64,5 milhões de quilowatts-hora foram ofertados às indústrias, contra 46,7 milhões no ano anterior, tendo crescido, pois, em cerca de 38 por cento. Do montante fornecido aos estabelecimentos industriais na sua área de concessão aproximadamente 23,5 milhões de quilowatts-hora foram distribuídos na região de Maringá e outros 15 milhões às demais áreas do sistema interligado do Norte.

Deve-se mencionar, ademais, que o consumo industrial de energia elétrica representava, em 1960, cerca de 7 por cento do total de eletricidade distribuída diretamente pela COPEL. Em 1969, elevou-se a pouco mais de 23 por cento.

Isto se tornou possível em face do consumo de energia para fins industriais, na área da COPEL, ter registrado, desde 1960, incremento médio anual acumulativo da ordem de 46 por cento. Tal incremento foi motivado pelo número de ligações (98 em 1960, para 1.563 em 1969) e, em grande parte, pelo acréscimo do consumo por estabelecimentos, que, em 1960, cifrou-se em 21,0 mil quilowatts-hora, elevando-se a 41,3 mil, em 1969.

Localidades Atendidas pela COPEL

Durante 1969, o número de ligações atendidas pela COPEL alcançou 116.375, contra 102.054, em 1968, tendo-se registrado, pois, aumento de 14 por cento.

Ao mesmo tempo, 31 novas localidades passaram a ser abastecidas mediante distribuição direta aos usuários, elevando

o respectivo total para 235. Dêste, 158 são sedes municipais. Assim, como outros 115 municípios são atendidos pelas demais empresas distribuidoras, o total das unidades político-administrativas que já contam com serviço público de energia elétrica se eleva a 273.

Usina «Júlio de Mesquita Filho» e Atendimento ao Oeste e Sudoeste

O programa de eletrificação do Estado alcançou significativa etapa com a entrada em funcionamento experimental, em dezembro de 1969, da Usina Hidrelétrica «Júlio de Mesquita Filho», na Foz do Rio Chopim, inaugurada em janeiro deste ano. A Usina, além de representar importante contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico das regiões Oeste e Sudoeste, propiciou substancial adição à potência instalada no Paraná: 44.000 kW.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional sua importância pode ser inferida mediante a avaliação das potencialidades das regiões sob sua influência. É de se notar, sob êsse aspecto, que as providências que vem sendo efetivadas com o objetivo de reforçar e melhorar o suprimento no Oeste e Sudoeste, permitiram a expansão do consumo de eletricidade em compasso com o dinamismo regional. Em 1961, o total de energia elétrica utilizada nas regiões fôra de 6,1 milhões de quilowatts-hora, tendo-se elevado a quase 50,0 milhões, em 1968. O fornecimento às indústrias também cresceu intensamente, passando de 2,0 para 10,0 milhões de kWh.

O aproveitamento do potencial hidráulico do rio Chopim se ofereceu como a opção mais recomendável, dos pontos de vista técnico e econômico, ao serem avaliados os recursos naturais das regiões Oeste e Sudoeste, visando ao suprimento de eletricidade.

Construção

A construção da Usina, próxima à foz do rio Chopim, desenvolveu-se consoante o respectivo cronograma. Nos últimos dias de 1969, restava concluir apenas o acabamento da Casa

de Fôrça (revestimento de pisos, paredes e forros) e o ajardinamento nos diversos setores da obra. Quanto aos equipamentos, quase todos foram produzidos no Brasil, excetuando-se apenas algumas peças componentes.

A Usina Hidrelétrica «Júlio de Mesquita Filho» e o respectivo sistema de transmissão representarão investimento total da ordem de Cr\$ 120 milhões, computando-se as obras concluídas, em andamento e a serem realizadas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE contribuiu com financiamento de Cr\$ 30 milhões e parte do sistema de subtransmissão também receberá recursos de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e da PETROBRAS.

Significado

Empreendimento básico para o atendimento à demanda regional, a usina beneficiará diretamente 49 sedes municipais e 15 distritos e povoados daquela área do Estado, onde está concentrado contingente populacional da ordem de 900 mil habitantes. Cêrca de 1.900 quilômetros de linhas de transmissão e diversas subestações transformadoras estão sendo gradativamente implantadas, garantindo maior segurança e outras melhorias das condições no abastecimento de eletricidade. Das 17 sedes urbanas de municípios paranaenses que não possuem serviço público de distribuição de energia elétrica, cinco estão situadas nessa área.

Entrada em funcionamento

A Usina «Júlio de Mesquita Filho» entrou em funcionamento conectada ao Sistema Interligado Estadual, através de linha que alcança Laranjeiras do Sul e Guarapuava (onde foi feita a citada ligação) e a Cascavel, através de outro tronco em 66 kV que também já havia sido previamente estendido a esta última cidade (prolongando-se até Toledo e Marechal Cândido Rondon). É importante assinalar que a interligação da central ao Sistema Básico da COPEL possibilita, em função das necessidades, o transporte da produção da Usina a outras regiões do Paraná. Reciprocamente, a regiões Oeste e Sudoeste

serão igualmente beneficiadas pela referida conexão, pois as disponibilidades energéticas localizadas em fontes geradoras de outras regiões poderão ser levadas àquelas áreas, permitindo maior segurança no abastecimento decorrente da diversificação de usinas abastecedoras.

A ligação a Cascavel também beneficiou, de imediato, as regiões de Foz do Iguaçu e Guaíra, tendo em vista que a primeira já estava conectada a Cascavel e a segunda a Marechal Cândido Rondon. Em Cascavel a COPEL instalou, na subestação existente, transformador de 10.000 kVA para receber energia da Usina «Júlio de Mesquita Filho» e distribuí-la não só naquela área como nas regiões de Foz do Iguaçu e Guaíra, num total de 30 localidades. Ao final do ano, esta unidade transformadora foi colocada em funcionamento experimental, devendo entrar em operação industrial no início de 1970, quando da inauguração da aludida usina.

Por outro lado, nas regiões de Francisco Beltrão e Pato Branco a alimentação será feita, inicialmente, através de linha de 33 mil volts, que já estava em funcionamento antes da entrada em operação da usina, pôsto que era utilizada para fornecer eletricidade para o canteiro de obras da hidrelétrica, proveniente de Chopim I e da Usina Diesel de Pato Branco. Ademais, encontram-se em andamento a construção da linha Cascavel - Ubitatã - Mamborê — que determinará a interligação, em 66 mil volts, do Sistema Sudoeste com a Hidrelétrica Mourão I —, assim como as providências para ligar as sedes dos municípios de Enéas Marques, Nova Esperança, Salto do Lontra, Realeza e Planalto.

Foi iniciada, igualmente, a construção de outra linha tronco, em 66 mil volts, do Sistema Sudoeste e Oeste, a saber: Foz do Chopim - Dois Vizinhos - Francisco Beltrão, assim como das linhas de 33 mil volts Francisco Beltrão - Salgado Filho, Francisco Beltrão - Santo Antônio do Sudoeste, Realeza - Ampère, Realeza - Planalto - Capanema, Planalto - Pérola do Oeste e Dois Vizinhos - Capitão Leônidas Marques.

Áreas Interligadas:

Ao lado do aumento progressivo da disponibilidade, constitui objetivo básico do programa de energia elétrica a im-

plantação do Sistema Interligado Estadual, que está assegurando a gradativa integração do Paraná, do ponto de vista do suprimento de eletricidade. A entrada em funcionamento da Hidrelétrica «Julio de Mesquita Filho» representa também passo no sentido dessa meta — integrando o Sudoeste e grande parte do Oeste.

Entre as diretrizes fundamentais do planejamento em execução incluem-se, igualmente, conexões com outros sistemas elétricos. Com êste escopo, foi concretizada em 1969 nova interligação do sistema elétrico do Paraná com o da CESP (São Paulo), mediante a linha Figueira - Xavantes. Ao final do ano também foi assinado contrato de fornecimento de energia elétrica, entre a COPEL e a ANDE, ao qual se vincula a interligação da Hidrelétrica do Acaray, no território paraguaio, com o sistema elétrico paranaense, para cujas obras o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e a ELETROBRÁS irão propiciar decisiva cooperação financeira.

A integração elétrica do Estado e as conexões com outros sistemas vem sendo progressivamente materializadas mediante múltiplos empreendimentos, concebidos segundo um pensamento orientador que objetiva reforçar a coesão estadual e estender a todo o território paranaense os benefícios do suprimento de energia elétrica em escala adquada e dentro de condições técnicas e econômicas satisfatórias.

Impõe-se frisar a importância dos recursos de financiamento recebidos pela COPEL, para a realização de tais obras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE contribuiu com Cr\$ 5 milhões, destinados aos seguintes empreendimentos: 1) ligação Uberaba - Morretes e respectivas subestações; 2) ampliação da subestação de Campo Comprido; 3) subestação abaixadora de Figueira. O empréstimo concedido pela **United States Agency for International Development — USAID**, no valor de US\$ 11,4 milhões e Cr\$ 4,0 milhões, consoante contrato assinado em 1965, também ensejou recursos para êsses mesmos empreendimentos, além de outros, entre os quais se destacam: 1) linha de transmissão Xavantes - Figueira; 2) linha de transmissão Capivari - Cachoeira - Campo Comprido; 3) ampliação da subestação de Ponta Grossa.

Subestação de Figueira e Nova Interligação com São Paulo

A linha de transmissão Figueira - Xavantes entrou em funcionamento experimental a 24 de novembro de 1969, estabelecendo nova conexão dos sistemas elétricos do Paraná e de São Paulo. A citada linha e a subestação de Figueira incluem-se entre os mais importantes empreendimentos concluídos no exercício pela COPEL, tendo ensejado ao Paraná disponibilidade da ordem de 40.000 kW.

A energia está sendo recebida na tensão de 220 kV, na subestação de Figueira, onde é rebaixada para 132 kV, tendo em vista que o Sistema Básico de Transmissão da COPEL inicialmente está operando nesta tensão. O funcionamento em 220 kV deverá ocorrer quando entrar em operação a Hidrelétrica de Capivari - Cachoeira.

Presentemente, através da linha proveniente de Ponta Grossa, também transmite para Apucarana na tensão de 132 kV, a Telêmaco Borba em 66 kV e a Sapopema, Ibaiti e Curiúva em 13,2 kV. Quando o sistema passar a funcionar em 220 kV, Apucarana deverá receber nesta tensão, Telêmaco Borba em 132 kV e Sapopema, Ibaiti e Curiúva em 33 kV.

O suprimento proveniente de São Paulo — antes do início do fornecimento pela Hidrelétrica de Xavantes — está sendo feito pela usina de Jurumirim.

Linha de Transmissão Capivari - Cachoeira - Campo Comprido

Em 1969, a COPEL iniciou a construção do último e mais importante segmento do Tronco Principal de Transmissão, que permitirá, já em 1970, o transporte da energia a ser gerada pela Hidrelétrica de Capivari - Cachoeira até a subestação de Campo Comprido. Através da linha de transmissão, em 220 volts, da Usina à referida subestação, Capivari - Cachoeira será integrada no Sistema Interligado Estadual. A linha Capivari - Campo Comprido, com 63 km, está implicando em investimento na ordem de Cr\$ 3,25 milhões, pela COPEL.

Ampliação de Campo Comprido

Por outro lado, a subestação de Campo Comprido começou

a ser ampliada, visando a aumentar a sua capacidade de recebimento e transformação de energia, de 100 mil para 200 mil kVA, e melhorar as condições operacionais, face à diversificação crescente de suas fontes alimentadoras. Um motor síncrono, já instalado, assegura satisfatório recebimento da energia proveniente da CESP e transportada pela linha Figueira - Xavantes. Ao entrar em funcionamento a Hidrelétrica Capivari - Cachoeira (250 mil kW), as áreas de influência da subestação de Campo Comprido estarão em condições de beneficiar-se com suprimento de eletricidade em escala correspondente à da nova central geradora.

Conclusão da Subestação de Uberaba

O suprimento à Capital do Estado, compatível com o incessante crescimento do consumo, tem sido assegurado mediante a construção gradativa, pela COPEL, do Anel Elétrico de Curitiba e da Subestação de Campo Comprido. Concluídos os dois primeiros trechos do Anel, foi possível energizar a subestação de Uberaba — cuja construção foi terminada em 1969 — mediante a instalação de dois transformadores de 25 mil kVA, totalizando 50 mil kVA. Foi iniciada, no exercício, a linha de transmissão da subestação de Uberaba a Morretes, visando a integrar definitivamente o litoral no Sistema Interligado Estadual.

Subestações de Apucarana e Maringá

No Norte do Estado, começou a ser ampliada a subestação de Apucarana, objetivando integrá-la no Tronco Principal de Transmissão, que deverá operar em 220 mil volts, com o funcionamento de Capivari - Cachoeira. Ao final de 1969, os serviços de implantação de estruturas metálicas já se encontravam bastante adiantados, bem como a instalação dos disjuntores, tendo sido iniciada a construção da casa de comando, permitindo prever para o final do primeiro semestre de 1970 sua conclusão.

Doutro lado, foram realizados estudos objetivando a ampliação da subestação de Maringá (20.000 kVA), que não

comporta outras saídas para novas linhas de transmissão. Tais estudos visam a que em 1970 seja aumentada a potência instalada naquela importante unidade transformadora. Está sendo estudada também a possibilidade de implantação de um Anel Elétrico naquela cidade, mediante o aproveitamento das linhas de 33 mil kV que partem para Mandaguacu e Marialva.

Linhas e Subestações Menores e Rêdes

Diversas outras obras, de menor porte, foram concluídas durante 1969, em diferentes regiões do Estado. Em termos sintéticos, foram implantados 300 km de linhas de transmissão de 33 e 13,2 mil volts, cinco subestações abaixadoras totalizando 4.550 kVA e 156 circuitos de rês de distribuição, sustentados por aproximadamente 6 mil postes. A seguir são discriminadas as citadas obras.

Linhas de Transmissão — No Norte: Pirapó - Caixa de São Pedro, no município de Apucarana; no Centro - Oeste: Nova Esperança - Arapuan e Cidade Gaúcha - Tapira; no Noroeste: Nova Londrina - Itáúna do Sul - Diamante do Norte, Loanda - São Pedro do Paraná - Pôrto Rico, Santa Inês - Imbiaçaba, Paranavaí - Graciosa; no Oeste e Sudoeste: Marechal Cândido Rondon - Terra Roxa do Oeste - Guaira, Usina de Melissa - Ubiratã, Dois Vizinhos - Enéas Marques - Nova Esperança, Foz do Iguacu - Aeroporto Internacional - Hotel das Cataratas, Cascavel - Santa Tereza, Céu Azul - Boa Vista, Marechal Cândido Rondon - Vila Mercedes.

Subestações — Norte: em Amaporã e Nova Londrina; no Sul: em São Mateus do Sul; no Oeste: em Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa do Oeste.

Rêdes — Norte: Amaporã, Caixa de São Pedro, Pirapó, Mendeslândia, Ivaitinga, Nova Bilac; Sul: General Carneiro, Paula Freitas, Lapa; Litoral: Praia das Gaivotas; Centro-Oeste: Iretama, Roncador; Noroeste: Porto Rico, São Pedro do Paraná, Planaltina do Paraná, Tapira; Oeste e Sudoeste: Salto do Lontra, Enéas Marques, Terra Rôxa do Oeste, Ubiratã, Santa Terezinha, Santa Tereza, Nova Mercedes.

Conexão com Acaray

Extensa faixa ocidental do Estado será beneficiada, em

futuro próximo, com a conexão do sistema da Usina Hidrelétrica «Júlio de Mesquita Filho» à Usina Hidrelétrica de Acaray, no Paraguai. Cota de 23.000 kW deverá ser destinada ao Paraná, a partir de 1972, consoante contrato assinado a 03.12.69, entre a COPEL e a empresa do País vizinho — **ANDE — Administración Nacional de Electricidad.**

O recebimento de energia de Acaray, previsto para iniciar-se em 1972, ensejou à COPEL obter importante financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e da ELETROBRÁS, para obras de linhas de transmissão, subestações transformadoras e rêsdes de distribuição que serão realizadas nas regiões Sudoeste, Oeste, Centro Oeste, Noroeste e Norte do Paraná. Tais empreendimentos permitirão adequada utilização da energia a ser recebida, beneficiando mais de 170 localidades, e a execução de novas etapas do Sistema Elétrico Interligado do Estado. Estas serão concretizadas mediante a implantação de linhas de 132 mil volts, a saber: Acaray - Foz do Iguaçu - Cascavel - Umuarama - Cianorte - Maringá e Planaltina do Paraná - Alto Paraná (esta última cidade já se encontra conectada a Maringá).

Os investimentos necessários para as obras programadas são estimados em 21 milhões de dólares, dos quais 11 milhões serão propiciados pelo BID e 5 milhões pela ELETROBRÁS, cabendo à COPEL aplicar recursos de capital próprio correspondentes aos restantes 5 milhões de dólares.

As citadas linhas básicas de 132 mil volts irão perfazer 481 km. O projeto compreenderá, ainda, a construção de 1.560 km de linhas de sub-transmissão (33 mil e 13,2 mil volts), sete subestações principais (de 132/33/13,2 mil volts) e 46 outras unidades transformadoras de menor porte, assim como 865 circuitos de rêsdes de distribuição em 75 localidades.

Capivari - Cachoeira

O aproveitamento hidrelétrico Capivari - Cachoeira se constitui na obra básica de geração do II Programa Estadual de Eletrificação. Com a potência de 250.000 kW, será a maior e mais importante fonte geradora do Estado. Deverá satisfazer à crescente demanda de energia até os primeiros anos da dé-

cada 1970/80, abrindo novas e mais amplas perspectivas para a industrialização estadual.

Os quatro geradores da Usina produzirão para o Estado cerca de 1,0 bilhão de kW/ano, beneficiando, através do Tronco Principal de Transmissão, pelo menos dois terços do território paraense: a área da Capital e importantes sistemas regionais. De acordo com o Programa que está sendo executado, quando a usina entrar em funcionamento já estará operando a maior parte do sistema estadual de transmissão, transformação e distribuição, de modo a possibilitar, de imediato, que a energia a ser gerada seja colocada em mercados consumidores de escala compatível com a capacidade geradora da Usina.

A Central Elétrica Capivari - Cachoeira S/A. — ELETROCAP, responsável direta pela construção da usina, conta com recursos do Governo do Estado (através da COPEL e do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná — BADEP, ex-CODEPAR) e do Governo Federal (por intermédio da ELETROBRÁS acionista da ELETROCAP e financiadora do empreendimento). Outro financiamento menor foi concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O represamento das águas do rio Capivari e seu desvio para a vertente oceânica da Serra do Mar, mediante túnel (canal de adução, conduto forçado e canal de descarga) de 17 km de comprimento e desnível de 760 metros, tornarão possível o funcionamento, a partir de meados de 1970, da grande central subterrânea de Capivari - Cachoeira.

Andamento das Obras

Durante 1969 os serviços das obras civis e de montagem dos equipamentos mecânicos e elétricos alcançaram significativas etapas, tendo-se desenvolvido consoante os cronogramas.

O canal adutor teve a sua construção completada, com o término da respectiva concretagem. Foram concluídas as obras civis e a montagem dos equipamentos da tomada d'água, importante elemento de captação das águas do rio Capivari. Na barragem, os serviços já haviam ultrapassado 60% do total, no final de 1969, tendo o avanço dos trabalhos possibilitado a montagem da comporta do descarregador de fundo. Outra im-

portante etapa da montagem dos equipamentos mecânicos foi atingida com a conclusão do conduto forçado.

Doutro lado, na Casa de Fôrça foi concluída a montagem da turbina e do gerador da primeira unidade. A turbina da segunda também foi montada em 1969, ao passo que se desenvolvia a instalação do respectivo gerador, prevendo-se a sua conclusão para fevereiro de 1970.

Quanto aos dois outros grupos, os trabalhos de montagem dos geradores estão sendo conduzidos de modo a colocá-los em operação dentro de poucos meses, desde que as turbinas, já estão em fase final de instalação.

No que diz respeito à transformação da energia a ser gerada, os dois transformadores já foram recebidos em Capivari, assim como os disjuntores e demais equipamentos da subestação. O primeiro deverá ser instalado na Sala de Transformadores, junto aos geradores da central, onde a eletricidade será elevada da tensão de geração de 13.800 volts para 220 mil volts e conduzida até a subestação externa, na qual se localizará o restante dos equipamentos já mencionados. Desta estação, cujo comando à distância será realizado internamente, na Casa de Fôrça, partirão as linhas de transmissão — em 66 mil volts, para o atendimento do litoral; em 220 mil volts, para a Subestação de Campo Comprido, interligando a usina com o resto do Estado.

Eletrificação Rural Cooperativa de Eletrificação Witmarsum Ltda.

Em 1969 foi dada continuidade ao programa de eletrificação rural, com a ligação da Cooperativa de Eletrificação Witmarsum Ltda., no Município de Palmeira, inaugurada no mês de março. Foram executados mais de 54 quilômetros de linhas rurais, com apoio em 866 postes de concreto protendido, alcançando cerca de 154 propriedades e somando uma potência em transformadores de 975 kVA.

Marechal Cândido Rondon

Em julho a COPEL firmou convênio com o INDA, no valor de Cr\$ 2,1 milhões, para o custeio da instalação da Coopera-

tiva de Marechal Cândido Rondon, onde, na primeira etapa, deverão ser beneficiadas 676 propriedades, com a implantação de mais de 300 quilômetros de linhas e instalação de 251 transformadores, com a potência total de 4.225 kVA. O início das obras encontra-se na dependência da liberação dos recursos respectivos.

Campo Mourão

Na Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão, instalada em 1968, mais 13 novos associados foram incorporados ao sistema de linhas rurais do município. A implantação de mais 5 km de linhas e a instalação de 11 transformadores permitiram aquêle atendimento. Desta forma, a aludida Cooperativa passou a contar com 124 km de linhas, sustentadas por 1.640 postes, beneficiando 110 propriedades rurais.

Entre Rios

A assinatura de convênio entre a Prefeitura de Guarapuava e a COPEL permitiu que esta última construísse a linha de transmissão, desde a subestação de Guarapuava até o Distrito de Entre Rios, onde se localiza a Cooperativa Central Agrária, para o atendimento de vários núcleos colonizadores.

Apesar daquela área estar incluída no Plano Trienal de Eletrificação Rural, recentemente aprovado pelo BID, a COPEL antecipou o seu atendimento, mediante a construção de uma linha de transmissão.

A referida linha, com 22 quilômetros de comprimento, ensejou o atendimento energético ao Distrito de Entre Rios e aos povoados de Samambaia, Cachoeira, Jordãozinho, Socorro e Vitória, onde se concentram quase 500 proprietários rurais. Está prevista, ainda, a extensão desta linha de 33.000 volts até a sede do município de Pinhão, situada a 25 quilômetros de Entre-Rios, e que se inclui entre os municípios que não possuem serviço público de energia elétrica.

A mencionada Cooperativa Agrária se constitui na principal área produtora de trigo do Estado, tendo a sua produção atingido em 1968/69 cêrca de 24 mil toneladas do produto, equivalentes a 30 por cento do total produzido no Paraná e a

saíra de 1969/70 deverá alcançar aproximadamente 40 mil toneladas, representando acréscimo de 66% de um ano para outro.

Financiamento do BID

Ao final do ano, foram aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID os projetos relativos ao Plano Trienal de Eletrificação Rural, encaminhados através do INDA e que visam a atender, no total, às áreas rurais de 38 municípios paranaenses.

No primeiro ano, 2.553 propriedades serão beneficiadas, ao longo de 1.288 quilômetros de linhas de transmissão, nos municípios de Apucarana, Astorga, Cambira, Califórnia, Castro, Guarapuava, Maringá, Paranaíba, Pato Branco, Sabáudia e Vitorino.

Para a execução de tal empreendimento, a COPEL deverá contar com recursos financeiros não só daquele órgão internacional de financiamento, como também com empréstimo complementar do Governo Federal.

Aproveitamento do Rio Iguaçu

Os trabalhos do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul, criado em 1966, foram concluídos em 1969. Realizados com a assistência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, compreenderam basicamente o levantamento dos recursos energéticos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o estudo do mercado de energia elétrica nos três Estados e a elaboração de um programa para a construção de usinas geradoras e linhas de transmissão, com a finalidade de atender à demanda prevista, até 1980.

O Comitê foi constituído por representantes do Ministério das Minas e Energia e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD (que atuava como Agente Executivo do referido programa da ONU), da ELETROBRÁS, CPCAN, COPEL, CELESC e CEEE (as três últimas como empresas dos governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sendo a ELETROBRÁS o agente executivo por parte do Go-

vérno brasileiro. Por delegação da ELETROBRÁS a COPEL administrou os serviços.

Para atender à expansão do mercado regional de energia elétrica, o programa elaborado pelo Comitê prevê a entrada em funcionamento, em 1975, da Usina Hidrelétrica do Salto Osório, no rio Iguaçu, com potência instalada em primeira etapa de 540.000 kW. Esta obra, cuja capacidade final será da ordem de 1.000.000 kW, foi selecionada como o empreendimento inicial dos vários programados para o rio Iguaçu. Um dos motivos que indicaram a conveniência de sua realização imediata foi o fato de poder contar, desde os trabalhos iniciais, com o canteiro de obras existente na foz do rio Chopim, junto à Usina «Júlio de Mesquita Filho», que vem de ser concluída pela COPEL, pôsto que o Salto Osório dista apenas 14 km daquela central geradora.

A ELETROBRÁS deliberou atribuir à COPEL a administração da construção do empreendimento, no qual, segundo se estima, deverão ser aplicados cêrca de 110 milhões de dólares (Cr\$ 478,5 milhões, aos preços atuais).

Prêviamente à assinatura do respectivo convênio, a COPEL mediante entendimentos com a empresa do Governo Federal, tomou as providências iniciais relacionadas com a realização da obra, a fim de assegurar a sua entrada em operação em 1975. Contratou os serviços de engenharia do Projeto com o consórcio **Kaiser Engineers International Corporation (U.S.A.)** — SERETE S.A. — Engenharia (São Paulo). A COPEL também conduziu diretamente um programa de exploração local que propiciou a obtenção de novas informações de campo, as quais serviram para a elaboração, pelos projetistas, de dezessete alternativas para a implantação da obra. Uma destas foi escolhida como a que melhor atende às características técnicas e econômicas desejáveis para o empreendimento. Com base nessa escolha, o projeto pròpriamente dito está sendo elaborado, visando ao início efetivo da construção nos primeiros meses de 1971.

A Usina de Salto Osório deverá ser interligada à de Passo Fundo, em território gaúcho, e a Xanxerê, no Oeste catarinense, pois a energia a ser produzida deverá, desde a primeira etapa, ser irradiada aos demais Estados sulinos.

Síntese das realizações do Departamento de Águas e Energia Elétrica, durante os exercícios de 1966 - 1967 - 1968 e 1969

1.1 — Linhas de Transmissão

- 1.1.1 — Irati a Florestal (Secretaria da Agricultura).
- 1.1.2 — Ponta Grossa a Vila Velha, com 3800 m.
- 1.1.3 — Piraquara a Quatupê, com 6000 m.
- 1.1.4 — Terra Boa a Malú, com 400 m.
- 1.1.5 — Formosa do Oeste a Jesuita, com 1200 m.
- 1.1.6 — Wenceslau Bráz a Arapotí, com 37000 m.
- 1.1.7 — Lapa ao Morro do Monge, com 1800 m.
- 1.1.8 — Laranjeiras do Sul a Torre da TELEPAR, com 14000 m.
- 1.1.9 — União da Vitória a Torre da TELEPAR, com 12000 m.
- 1.1.10 — Piraquara a Vila Pernetá, com 3600 m.
- 1.1.11 — São Jorge do Oeste a Subestação da COPEL.
- 1.1.12 — Curiúva a Figueira, com 35000 m.
- 1.1.13 — São José da Boa Vista a USINA.
- 1.1.14 — Campo Largo (atendo. rural), com 3000 m.
- 1.1.15 — Quatro Barras a Borda do Campo, com 1500 m.
- 1.1.16 — Brasilândia, com 3500 m.
- 1.1.17 — Matelândia — Céu Azul — Boa Vista, com 3800 m.
- 1.1.18 — Leopólis a Jardinópolis, com 6300 m.
- 1.1.19 — Vossoroca — Tabatinga — Tijucas do Sul — Lagoinha, com 28000 m.
- 1.1.20 — Guatupê a Morro do Meio (TELEPAR), com 9000 m.
- 1.1.21 — Colônia Tomás Coelho, com 8000 m.
- 1.1.22 — Chopinzinho a São Luis, com 1700 m.
- 1.1.23 — São João a Vila Paraíso, com 8400 m.
- 1.1.24 — Figueira a Sapopema, com 14500 m.
- 1.1.25 — Ponta Grossa a Torre TV, com 2600 m.
- 1.1.26 — Guaraniaçú a Usina, com 15200 m.
- 1.1.27 — Foz do Chopim a Paranhos, com 12000 m.
- 1.1.28 — Colombo a Bocaiúva do Sul, com 20200 m.
- 1.1.29 — Planalto, com 12000 m.
- 1.1.30 — Itaqui a Bugre, com 22000 m.

- 1.1.31 — Itararé a Barreira (Sengés), com 2000 m.
- 1.1.32 — Palmas a Torre da TELEPAR, com 8600 m.
- 1.1.33 — Marimbondo a Santana do Itararé, com 24000 m.
- 1.1.34 — Santa Felicidade e Campo Magro, com 14000 m.
- 1.1.35 — Salto a Potreirinho (Bocaiúva), com 2000 m.
- 1.1.36 — Assis Chateaubriand a S. Camilo, com 800 m.
- 1.1.37 — Francisco Beltrão a Nova Concórdia, com 5000 m.
- 1.1.38 — Irati a Guamirim, com 25000 m.
- 1.1.39 — Tijucas do Sul a Rincão, com 2000 m.
- 1.1.40 — Campo do Tenente a Quitandinha, com 22000 m.
- 1.1.41 — Jaguapitã a Santa Maria, com 13000 m.
- 1.1.42 — Fênix a Estação de Recalque, com 2500 m.
- 1.1.43 — Lagoinha a Agudos do Sul, com 12600 m.
- 1.1.44 — Colombo a Santa Gema, com 1800 m.
- 1.1.45 — Colombo a Capivari, com 2500 m.
- 1.1.46 — São João a Vila Paraíso, com 10000 m.
- 1.1.47 — Agudos do Sul a Papanduva, com 5000 m.

1.2 — Rêdes de Distribuição

- 1.2.1 — Florestal (Secretaria da Agricultura) com 1 circuito.
- 1.2.2 — Vila Velha, com 3 circuitos.
- 1.2.3 — Guatupê, com 1 circuito.
- 1.2.4 — Malú, com 3 circuitos.
- 1.2.5 — Jesuita, com 3 circuitos.
- 1.2.6 — Renascença, com 4 circuitos.
- 1.2.7 — Roncador, com 1 circuito.
- 1.2.8 — Colônia Faria, com 3 circuitos.
- 1.2.9 — Curitiba, com 2 circuitos.
- 1.2.10 — Assis Chateaubriand, com 8 circuitos.
- 1.2.11 — Mariópolis, com 6 circuitos.
- 1.2.12 — Brasilândia, com 1 circuito.
- 1.2.13 — São José da Boa Vista, com 2 circuitos.

- 
- 1.2.14 — Jardinópolis, com 1 circuito.
1.2.15 — Matelândia, com 8 circuitos.
1.2.16 — Barracão, com 5 circuitos.
1.2.17 — Maripá, com 4 circuitos.
1.2.18 — Santa Clara, com 2 circuitos.
1.2.19 — Sapopema, com 2 circuitos.
1.2.20 — Amaporã, com 6 circuitos.
1.2.21 — Itaúna do Sul, com 4 circuitos.
1.2.22 — Jardim S. Camilo, com 1 circuito.
1.2.23 — Diamante do Norte, com 1 circuito.
1.2.24 — Santa Izabel do Oeste, com 3 circuitos.
1.2.25 — Boa Vista, com 1 circuito.
1.2.26 — Céu Azul, com 2 circuitos.
1.2.27 — Guaraniaçú, com 4 circuitos.
1.2.28 — Planalto, com 1 circuito.
1.2.29 — Capanema, com 1 circuito.
1.2.30 — Calógeras, com 1 circuito.
1.2.31 — Frei (Campo Magro), com 1 circuito.
1.2.32 — Ipanema (Balneário), com 1 circuito.
1.2.33 — Bugre (Campo Largo), com 1 circuito.
1.2.34 — Tomás Coelho, com 1 circuito.
1.2.35 — Campo Comprido, com 1 circuito.
1.2.36 — Cidade Central, com 1 circuito.
1.2.37 — Santana do Itararé, com 2 circuitos.
1.2.38 — Lagôa (Campo Largo), com 4 circuitos.
1.2.39 — Santa Gema (Colombo), com 2 circuitos.
1.2.40 — Cafézal, com 1 circuito.
1.2.41 — Nova Concórdia, com 2 circuitos.
1.2.42 — Boa Esperança do Iguaçu, com 1 circuito.
1.2.43 — Pinhão, com 4 circuitos.
1.2.44 — São João (Vila Paraíso), com 2 circuitos.
1.2.45 — Rincão, com 1 circuito.
1.2.46 — Campo Alto, com 2 circuitos.
1.2.47 — Tabatinga, com 4 circuitos.
1.2.48 — Tijucas do Sul, com 4 circuitos.
1.2.49 — Lagoinha, com 3 circuitos.
1.2.50 — Agudos do Sul, com 2 circuitos.

1.3 — Eletrificação Rural

1.3.1 — Arapoti:

Linha Rural construída 41.000 m, com 513 postes, correspondente a 45% do total.

Orçamento primitivo Cr\$ 308.000,00

Orçamento atualizado Cr\$ 607.000,00

Financiamento inicial do INDA —

Cr\$ 246.400,00

Solicitação ao INDA de transferência de recursos (Jaguapitã e Jaboti) — Cr\$ 130.000,00

A Cooperativa compõe-se de 58 associados.

1.3.2 — Maripá (Palotina):

Linha Rural construída 7.300 m, com 103 postes, correspondente a 55% do total.

Orçamento primitivo Cr\$ 30.000,00

Orçamento atualizado Cr\$ 37.000,00

Financiamento inicial do INDA — Cr\$...

24.000,00

A Cooperativa compõe-se de 115 associados.

1.3.3 — Projetos com Financiamento Solicitado:

a) — Antonina, para 97 interessados.

b) — Jacarèzinho, para 374 interessados.

1.3.4 — Projetos em Estudos:

a) — Tijucas do Sul.

b) — Agudos do Sul.

c) — Piên.

d) — Mandirituba.

e) — Quitandinha.

f) — Quatiguá.

g) — Castro, compreendendo Abapã, Santa Cruz, Caxambú, Pedras e Terra Nova.

1.4 — Pequenas Usinas:

1.1.1 — Cavernoso (ampliação)

Município de Laranjeiras do Sul

Altura de queda 14,5 m.

Vazão 7 m³/Seg.

Barragem de concreto com 6,70 de altura.

Tubulação forçada de 45 m.

Turbina Francis de 1150 CV com 360 r.p.m.
Gerador de 1000 kVA da G.E.
Tubulação forçada de 45 m.

1.4.2 — Melissa (ampliação)

Município de Cascavel.
Altura da queda 25 m.
Vazão 2,70 m³/Seg.
Barragem com 5,30 de altura
Tubulação forçada c/ 30m. e adutora c/ 115m.
Subestação
Casa de máquinas
Canal de fuga.
Gerador 920 kVA.
Linha de transmissão em 33.000 V.
Turbina 750 kVA de 600 r.p.m.

1.4.3 — Reserva.

Município de Reserva, no rio Maromba.
Barragem de 25 m.
Canal de 480 m em alvenaria de pedra e concreto.
Câmara de carga de 32 m³.
Tubulação forçada de 0,60 m, com 1,70 m de comprimento.
Desnível de 53 m.
Casa de máquinas.
Turbina de 200 kVA.
Gerador Century.
Quadro de Comando.

1.4.4 — Santa Clara.

Município de Guarapuava.
Barragem em alvenaria de pedras com 2,5 m de altura.
Canal adutor e câmara de carga em concreto.
Casa de máquinas em alvenaria.
Turbina tipo Francis, eixo horizontal.
Gerador Century de 75 kVA, 60 ciclos, 220/127 V.
Linha de transmissão em 6.000 V, com 1.000 m
Réde de distribuição com 2 circuitos.

TRANSPORTES

RODOVIAS

A criação da Secretaria dos Transportes, em fins de 1968, nos levou, dentro das linhas gerais do programa de desenvolvimento integrado em que se baseia a filosofia do Governo, a duas ordens relevantes de integração: a primeira entre os órgãos regionais do setor, que até então atuavam isolados e descoordenados, passando desde então a uma ação harmônica mais eficiente, e a segunda, com a política nacional de transportes, de que resultou o aceleração sem precedentes das obras federais no Estado.

Durante a campanha política, a meta que o atual Governo se propunha alcançar no setor dos transportes rodoviários, particularmente em matéria de pavimentação, foi muito criticada por demasiadamente ambiciosa. No entanto, com as obras já entregues e com as que estão em execução no corrente ano vamos não só atingi-la como provavelmente até ultrapassá-la, a menos que os esquemas financeiros montados sofram, por fatores imprevisíveis, algum colapso.

No triênio 1966/68 o total de estradas pavimentadas entregues ao tráfego ascendeu a 474 quilômetros. Com as obras concluídas em 1969 esse total passou a 646 quilômetros. Os trechos de obras em andamento, já com altas percentagens de execução concluída, se elevam a 576,94 quilômetros, num total, portanto, de 1.222 quilômetros, sem contar as restaurações de pavimentos, que praticamente representam obras novas pelo que envolvem em investimentos de recursos financeiros.

É importante considerar que o Governo do Estado não se concentrou em uma ou duas obras de vulto. Preferiu, ao con-

trário, marcar sua presença com realizações rodoviárias em tôdas as regiões, num esforço simultâneo para socorrer as diversas frentes de pioneirismo e dar-lhes condições de tráfego e escoamento da produção, em conexão com as rodovias troncos do plano federal com vistas a unificação do mercado nacional e à ligação com os terminais marítimos de exportação.

Até 1968 os investimentos do atual Governo no setor rodoviário ascenderam a Cr\$ 211.143.986,03, enquanto somente em 1969 somaram a Cr\$ 157.611.000,00, isto é, mais de metade do total do triênio, o que demonstra o ritmo acelerado dos trabalhos para execução da parte final das obras programadas, a serem entregues neste ano, último do atual quinquênio. Nos quatro anos, os investimentos foram da ordem de 368 milhões de cruzeiros.

Pela síntese que é apresentada a seguir pode-se aferir as realizações efetuadas, tanto para ampliar e aperfeiçoar a estrutura rodoviária estadual, como para manter a rede de estradas de rodagem em condições de permitir a circulação mais eficaz e compativelmente com o tráfego que se verifica nos múltiplos trechos que a constituem.

Os expressivos empreendimentos executados nas principais atividades e projetos rodoviários, resumidamente, constam da resenha a seguir exposta:

Trechos de Rodovias com implantação básica concluída.

T r e c h o	Extensão km	% Exe- cutada
1 — Pirai do Sul - Joaquim Murtinho ...	20	100
2 — Ibaíti - Ventania	54	90
3 — Marmeleiro - Barracão	70	30
4 — Pitanga - Campo Mourão	130	20
5 — Londrina - Mauá	59	70
6 — Mauá - Faxinaí	17	10
7 — Warta - Sertanópolis	28	70
8 — Sertanópolis - Pôrto Charles Naufal .	33	40
9 — Jandaia do Sul - Campo Mourão ..	102	30
10 — Morretes (de ponto da PR-52, no Passa Sete — A BR-277)	3	100

Denota-se que as porções concluídas somam 225,0 km.

Volume Escavado

Na implantação básica de novas estradas ou na terraplenagem complementar com alargamento e retificações de anteriormente estabelecidas, no transcurso do exercício de 1969, foram removidos 17.755.031 metros cúbicos, o qual, indiscutivelmente demonstra, ser elevado o índice alcançado.

Obras de Arte Concluídas

Foram, integralmente, concluídas: 707.000 metros.

Obras de Arte em Andamento

Em andamento prosseguem mais 512,00 metros de Pontes e Viadutos.

Trechos de Rodovias com Pavimentação Concluída

No transcorrer do ano de 1969 foram totalmente concluídas as pavimentações dos seguintes trechos:

Trecho	Extensão Km.
Pirai do Sul - Castro	25,04
Castro - Ponta Grossa	32,45
Rolândia - Porecatu	67,18
Jacarèzinho - Mello Peixoto	11,00
Acesso a Campo Mourão	1,00
São Luiz do Purunã - Palmeira	30,10
Acesso a Vila Velha e Kartódromo	3,57
Acesso a Rolândia	1,50
Acesso a Porecatu	0,60
S O M A	172,44

Trechos de Rodovias com as Obras de Pavimentação em andamento:

Trecho	Extensão	Porcentagem
		Executada
1 — Três Pinheiros - Pato Branco ..	137,77	90%
2 — Contórno de Ponta Grossa	16,68	20%

3 — Pirai do Sul - Joaquim Murtinho	17,48	40%
4 — Joaquim Murtinho - Jaguariaíva	34,00	70%
5 — Jaguariaíva - Sengés - Itararé	40,00	80%
6 — Maringá - Cianorte	71,92	60%
7 — Cianorte - Cruzeiro do Oeste - Umuarama	87,17	70%
8 — Umuarama - Iporã	46,90	10%
9 — Curitiba - Rio Branco do Sul	20,00	70%
10 — Ibaiti - Ventania	60,00	10%
11 — Jacarèzinho - Santo Antonio da Platina	18,02	10%
12 — Telêmaco Borba - Imbaú (pon- to da BR-376)	27,00	10%
S O M A	576,94	

Verifica-se que as porções concluídas correspondentes aos trechos em andamento somam a extensão de 340,00 Km.

O total da extensão dos trechos concluídos, com os das partes já executadas, dos trechos em andamento totalizam 512,44 Km.

Restauração de Pavimentos em Execução

T r e c h o	Extensão	Porcentagem
		Executada
1 — São Luiz do Purunã - Ponta Grossa	57,00	70%
2 — Arapongas - Apucarana	11,10	100%
3 — Apucarana - Maringá	66,94	50%
4 — Bifurcação para Uraí - Cornélio Procópio	16,69	40%
5 — Cornélio Procópio - Santa Mariana	16,00	40%
6 — Sta. Mariana - Bandeirantes ..	11,70	10%
7 — Londrina - Ibiporã	13,02	10%
T O T A L	192,44	45%

Investimentos Efetuados em 1969

Foram aplicados no exercício que se finda os seguintes investimentos, pelos principais títulos:

Obras Públicas	NCr\$	156.500.000,00
Equipamentos e Instalações	NCr\$	1.111.000,00

157.611.000,00

Resenha do Quadriênio

Quadro — 1 — Exploração, Projeto, Locação e Relocação

A n o	Extensão em Km.
Triênio 1966/68	2.472,4
1 9 6 9	1.372,7
Quadriênio 1966/69	3.845,1

Quadro — 2 — Estudos Geotécnicos — Projeto e Contrôlo de Execução.

A n o	Extensão em Km.
Triênio 1966/68	1.937,0
1 9 6 9	524,3
Quadriênio 1966/69	2.461,3

Quadro — 3 — Implantação Básica
(Const. de Rodovias)

Ano	Extensão Atacada Em Km.	Ext. Concluída Em Km.	Volume Escavado em Km3.
Triênio 66/68	1.084,0	276,0	36.928.667
1 9 6 9	808,0	408,0	17.155.030
Quadriênio 66/69	1.084,0	684,0	54.083.697

Quadro — 4 — Revestimento Primário e Melhoramentos

A n o	Revestimento Primário Melhoramentos	
	Em Km.	Em Km.
Triênio 66/68	486,3	2.419,2
1 9 6 9	50,0	300,0
Quadriênio 66/69	536,0	3.219,2

Quadro — 5 — Pavimentação de Rodovias

A n o	Ext. Atacada em Km.	Ext. Concl. em Km.
Triênio 66/68	1.350,0	474,80
1 9 6 9	875,2	602,44 *
Quadriênio 66/69	1.350,0	1.077,24

Observação

Extensão To-
tal em Km.

* 1) Rodovias com pavimentação totalmente concluída em 1969	172,44
2) Rodovias em fase de pavimentação — extensão parcialmente concluída	340,00
3) Rodovias em fase de restauração de pavimento — Extensãc parcialmente concluída	90,00
T O T A L	602,44

Quadro — 6 — Obras de Arte Especiais —
(Pontes, Viadutos, Boeiros)

A n o	Extensão Atacada em Metros	Extensão Con- cluída em Metros
Triênio 66/68	5.505,1	4.813,0
1 9 6 9	1.092,1	707,0
Quadriênio 66/69	5.805,1	5.520,0

Quadro — 7 — Resumo dos Investimentos Rodoviários

A n o	E M N C R \$		Total
	Obras Públicas	Equip. e Instalações	
Triênio			
66/68	201.576.400,94	9.567.585,09	211.143.986,03
1 9 6 9	156.500.000,00	1.111.000,00	157.611.000,00
Quadriênio			
66/69	358.076.400,94	10.678.585,09	368.754.986,03

F E R R O V I A S

Estrada de Ferro Central do Paraná

Os transportes ferroviários, presentemente, em nosso País, já começaram a apresentar notórios sinais de recuperação, porquanto é o que se ajusta em determinadas condições ao deslocamento de grandes contingentes de cargas, a grandes distâncias.

No Paraná verifica-se sério estrangulamento no sistema ferroviário entre as zonas de maiores produções e os pontos de atrações dessas cargas, sobretudo da região Norte do Paraná para os nossos Portos do Atlântico, visando à exportação.

Assim, a estupenda região do Norte do Paraná, ao experimentar notável progresso, nas últimas três décadas, a partir

das vinculações viatórias: Estrada do Cerne — Ferrovia do Norte do Paraná e Rodovia do Café, induziu de maneira categórica a necessidade de aperfeiçoamento e ampliação com o estabelecimento de uma ferrovia que lhe proporcionasse a sua vinculação ao Pôrto de Paranaguá e, em especial, à região Sul do Estado.

Não obstante esta ferrovia integradora do Norte com o Sul do Paraná fôsse essencial, infelizmente, ficou relegada com interrupções na sua execução.

Tratando-se a Estrada de Ferro Central do Paraná de uma artéria jugular, pois conectará a uma das principais bases agrícolas do Sul do País com indiscutíveis tendências de tornar-se industrializada, de importância em grau compatível com a riqueza que oferece por um determinismo econômico, estava a exigir o estabelecimento de uma ligação ferroviária mais direta, entre o Norte do Estado e os nossos portos marítimos, capaz de propiciar o conveniente escoamento de produção.

Foi considerando os imensos benefícios da Estrada de Ferro Central do Paraná, e, também, os resultados assaz favoráveis que ensejarão a sua conclusão, não somente, no sistema de transporte do Paraná, como no desenvolvimento estadual processaram alguns trabalhos de complementação de meio fôssem reiniciadas as obras.

Durante o período compreendido entre janeiro de 1961 a 10 de Janeiro de 1969, estiveram praticamente paralizados os serviços de construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Apenas na Frente Sul, entre Ponta Grossa e Ipiranga (83 Km.) processaram alguns trabalhos de complementação de meio lastro, que apresentaram ritmo lento, pela circunstância de serem reduzidos os recursos financeiros; e na Frente Norte, entre Apucarana e Marilândia do Sul (34 Km.) após ter tido o seu tráfego explorado pela R. V. P. S. C., encontravam-se completamente abandonados.

Tendo resultados efetivos as complexas negociações de financiamento, mediante contrato de empreitada financiada, entre o Governo do Estado do Paraná com a firma empreiteira C. R. Almeida S/A. Engenharia e Construções e interviniência de dois organismos financeiros internacionais, a saber Water Resources Development e Morgan Guarantee Trust Bank Of

New York, com o respectivo aval do Banco Central do Brasil, foi emitida, na data de 10 de janeiro de 1969 a 1.ª Ordem de Serviço. Tiveram início os trabalhos na etapa da conclusão da ligação ferroviária entre Ponta Grossa e Apucarana, na extensão de 330 Km., sob a fiscalização da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e execução contratada com a firma retro mencionada.

Execução realizada em 1969

Durante o ano de 1969, foram realizados os seguintes serviços:

A — Obras Novas

a) — Serviços preliminares:

Desmatção, destocamento e
limpeza, mecanizado 2.912.216,37m²

b) — Terraplenagem

Remoção da camada Vegetal 399.499.000m³

Escavação em 1ª Categoria .. 3.449.255.890m³

Escavação em 2ª Categoria .. 1.415.644.813m³

Escavação em 3ª Categoria .. 356.554.213m³

Volume total escavado ... 5.620.953.916m³

c) — Túnel nº 2 — 295 m.l. — concluído

Túnel nº 3 — 315 m.l. — em execução

Túnel nº 10 640 m.l. — em execução

Obs.: Os túneis nºs: 1, 4, 5, 6 e 9, não foram iniciados.

Os túneis 7 e 8, estão sendo embocados.

d) — Avançamento da Via Permanente

Frente Sul : 7,0 Km

Frente Norte : 8,0 Km

Foram adquiridos materiais para mais 60 Km de linha.

B — Remodelação da via Permanente:

Os serviços de remodelação abrangem 83 Km da frente Sul (Km 0-Km 83) e 30 Km na frente Norte (Km 300-Km 330) e foram executados como segue:

	Frente Sul	Frente Norte
Regularização da Plataforma	38,5 Km	29,7 Km
Drenagem superficial	38,4 Km	27,6 Km
Aparelhamento de taludes . .	38,3 Km	18,0 Km
Lastramento	6,8 Km	25,0 Km

C — Investimentos Eletuados em 1969

Foram aplicados investimentos no montante de NCr\$ 37.978.800,92, sendo proveniente das seguintes fontes de recursos:

Verba Estadual	NCr\$	14.133.329,73
Verba Federal	NCr\$	8.816,00
Financiamento em Moeda Estran- geira	NCr\$	23.836.655,22
T O T A L	NCr\$	37.978.800,95

Resenha do Quadriênio

Investimentos aplicados na Estrada de Ferro Central do Paraná, durante a gestão do atual Governo:

Ano	Verba Estadual	Verba Federal	Financiamento em Moeda Estrangeira	TOTAL
1966	771.679,93	502.413,67	—	1.274.093,60
1967	447.799,77	150.420,62	—	598.220,39
1968	584.355,00	39.257,40	—	623.612,40
1969	14.133.329,73	8.816,00	23.836.655,22	37.978.800,92
Total	15.937.164,43	700.907,69	23.836.655,22	40.474.727,34

P O R T O S

Pôrto de Paranaguá

Continuou em ascensão o movimento geral das cargas do Pôrto de Paranaguá, que totalizou a 2.140.342 toneladas no decurso de 1969.

É assinável, também, a predominância das exportações que somaram 1.143.458 toneladas, relativamente às importações que atingiram ao computo de 996.884 toneladas.

As principais cargas movimentadas pelo Pôrto de Paranaguá, em 1969, foram:

a) Produto	Toneladas
Café em grão	521.017
Milho	364.696
Pelotizados	85.449
Madeira	71.396
Soja	37.854
Farelos	21.633
Algodão	9.762
Erva-Mate	5.830
Café Soluvel	4.547
Diversos	20.373
S O M A	1.143.458
b) De Importação	
Combustíveis líquidos	924.254
Fertilizantes	22.619
Sal	18.481
Diversos	31.530
S O M A	996.884
TOTAL GERAL	2.140.342

Investimentos em Melhoramentos e Aparelhamentos

Couberam ao Pôrto de Paranaguá para serem aplicados

em investimentos no mesmo os recursos procedentes das seguintes fontes:

a) Receitas Próprias	NCr\$ 1.018.832,09
b) De Fundos Federais	NCr\$ 817.412,43
S O M A	NCr\$ 1.836.244,52

Cabe ressaltar que além das Receitas do Pôrto em aprêço ainda lhe são destinados Recursos do Fundo Portuário Nacional, que foram e vão sendo realizados através do Departamento Nacional de Pôrto e Vias Navegáveis, em Convênio — com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e a própria Administração do Pôrto de Paranaguá e para a qual a disponibilidade de recursos soma NCr\$ 34.088.000,00, que vão sendo aplicados na proporção em que o Programa de Aplicação de Meios do Fundo Portuário no Pôrto de Paranaguá é efetivado.

**a) Investimentos com Meios Oriundos da Receita Própria,
(Recursos da Tarifa)**

As aplicações somaram NCr\$ 1.018.832,09 (hum milhão, dezoito mil oitocentos e trinta e dois cruzeiros novos e nove centavos), os quais estão assim discriminados:

	NCr\$
— Obras Públicas	105.133,00
— Equipamentos e Instalações	638.612,97
— Material Permanente	31.439,72
— Construção de Silos para 10.000 toneladas, mediante ajuste com a Socepar	191.519,88
— Construção mediante ajuste com a Cia. de Petróleo Ipiranga	32.592,08
— Construção mediante ajuste com a Cia. Atlantic de Petróleo	19.534,44
T O T A L	1.018.832,09

b) Investimentos no Pôrto de Paranaguá, com meios oriundos dos Fundos Federais

No ano de 1969, totalizaram NCr\$ 817.412,43, assim distribuídos:

b. 1) Do Fundo de Melhoramentos dos Portos:

	NCr\$
1 — Dragagem dos berços de atracação do Cais Comercial	166.547,13
2 — Pavimentação em paralelepípedos de áreas portuárias	204.170,98
3 — Construção de galerias de águas pluviais	84.850,71
4 — Aquisição de 4 (quatro) tratores C.B.T.	105.594,20
S O M A	561.163,02

b. 2) Do Fundo de Depreciação

	NCr\$
1 — Aquisição de 5 tratores Valmet	86.875,00
2 — Máquinas de operatrizes	81.225,20
3 — Aquisição de 2 camionetas Rural Willis ..	23.633,84
4 — 1 Teodolito	9.602,50
5 — Aquisição de 21 motores elétricos	14.949,87
6 — Aquisição de 6 «Grabes»	39.963,00
S O M A	256.249,41
Total dos Fundos Aplicados em investimentos	817.421,00

c) Investimentos em Realização com Meios do Fundo Portuário

Os investimentos no Pôrto de Paranaguá com os recursos do Fundo Portuário, já acumulados desde janeiro de 1966, compreendem as realizações das obras que foram e estão sendo levadas a efeito através do DN PUN em Convênio com o BID e a própria Administração do Pôrto de Paranaguá, constam de aplicações plurianuais, referentes aos seguintes empreendimentos em execução:

	NCr\$
1 — Dragagem da Barra Sueste	7.000.000,00
2 — Construção de mais 500 metros de Cais	18.500.000,00

3 — Ampliação do Cáis de inflamáveis	2.500.000,00
4 — Construção de Silos para cereais com capacidade inicial de 10.000 toneladas	5.500.000,00
5 — Construção de 2 armazéns de 110 x 40 m.	588.000,00

Total dos Investimentos com os Meios do
Fundo Portuário Nacional 34.088.000,00

Obras com Recursos do Fundo de Melhoramento do Pôrto

Constituído por 40% da Taxa de Melhoramento dos Portos, criado pelo artigo 3.º da Lei n. 3.421, de 10 de julho de 1958, e cujos Programas de Aplicação de Recursos são aprovados anualmente pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e devidamente homologados por Portarias do Ministro dos Transportes, por proposta da própria Administração do Pôrto, tendo sido investidos nos últimos quatro anos:

	NCr\$
1 — Dragagem dos berços de atracação do Cáis Comercial	166.547,13
2 — Pavimentação em paralelepípedos	300.000,00
3 — Construção do Canal de Drenagem e de galerias de águas pluviais	240.000,00
4 — Aquisição de 8 tratores, sendo 4 C.B.T. e 4 Deutz	216.000,00
5 — Revisão e ampliação da Rêde de energia Elétrica do Cáis Comercial	116.240,65
6 — Construção de linhas férreas, sua ligação ao Parque do Material pesado, Arma- zéns e Vila da Madeira	44.948,33
7 — Recondicionamento de 2 (duas) locomoti- vas Diesel Elétrica de 300 H.P.	33.298,85
8 — Aquisição de um conjunto de correias transportadoras com capacidade para 150 toneladas/hora	120.000,00
9 — Aquisição de 25 pás arrastadoras para cereais	17.868,70
10 — Aquisição de (três) elevadores p/Cereais	20.374,20
T O T A L	1.275.277,86

Obras com Recursos do Fundo de Depreciação

O recurso em referência destina-se à reposição de bens e instalações depreciáveis que compõem o Patrimônio do Pôrto, criado pelo art. 8.º do Decreto n. 54.295 de 23-9-64, foram efetuados os seguintes investimentos, nos últimos quatro anos:

	NCr\$
1 — Aquisição de 2 tornos mecânicos	30.000,00
2 — Aquisição de 5 tratores Velmet	86.875,00
3 — Aquisição de 1 plaina de mesa	50.000,00
4 — Aquisição de 2 camionetas Rural Willys	23.633,84
5 — Aquisição de 6 «grabs» para fertilizantes	99.963,00
6 — Aquisição de 21 motores elétricos de 5/10 H. P.	14.949,87
7 — Aquisição de 1 teodolito	9.602,50
T O T A L	<hr/> 315.024,21

Obras com Recursos Próprios (Estaduais)

	NCr\$
1 — Construção do Quartel para a Polícia Portuária adaptado à instalação existente ..	20.000,00
2 — Construção de 1 prédio para a Inspetoria de Transporte Ferroviário	30.000,00
3 — Reforma procedida nos Armazéns da Vila da Madeira, adaptando-os a Galpões ..	8.000,00
4 — Serviços de obras civis procedidos nos Armazéns 4, 5, 8, 10 e 11	40.000,00
5 — Construções de ramais ferroviários na Vila da Madeira	25.500,00
6 — Pavimentação em paralelepípedos em áreas do Cais Comercial, Vila da Madeira e Cais de Inflamáveis	135.000,00
7 — Aquisição de 4 Volkswagens para atendimento dos serviços	19.265,15
8 — Aquisição de telefones automáticos	20.000,00
9 — Adaptação do Armazém 4-C, para a instalação das oficinas centralizadas	19.265,15

10 — Despesa com a construção dos Armazéns 2-B e 3-B, de acôrdo com o Têrmo de Convênio assinado entre o D.N.P.V.N. e a A.P.P. em 17-3-69	288.000,00
11 — Aquisição de 1 automóvel Aero-Willys, ano 1967	14.260,00
12 — Aquisição de 2 tratores marca Valmet ..	32.886,00
13 — Aquisição de carretas de 3.000 kgs. para transporte de madeira e algodão	20.000,00
14 — Aquisição de máquinas operatrizes	30.000,00
15 — Aquisição de Equip. Operacionais para cereais, constante de esteiras transportadoras, elevadoras de cereais e redlers, inclusive montagem	593.473,00
16 — Aquisição de 5 balanças de fluxo de 200 t/hora cada, para pesagem de cereais, com os respectivos implementos, inclusive montagem	350.000,00
T O T A L	1.645.649,30

Obras com meios Financiados por terceiros e Amortizáveis com parcela das Tarifas

	NCr\$
1 — Constr. de 1 silo metálico com a capacidade de 10.000 ton., financ'ado pela Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses — Soceppar	3.000.000,00
2 — Constr. de 2 tanques para derivados de petróleo, financiado pela Cia. Brasileira da Petróleo Ipiranga	250.000,00
3 — Constr. de 1 tanque para derivados de petróleo, inclusive pavimentação de áreas, financiado pela Cia. Atlantic de Petróleo	250.000,00
4 — Pavimentação em Blokret do pátio interno da Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	25.500,00
T O T A L	3.525.500,00

Movimento Geral de Mercadorias
Total Movimento por Espécies (Em Ton.)

	1966	1967	1968	1969
Granéis líquidos	700.851	750.715	895.931	924.627
Granéias Sólidos	197.368	307.725	578.549	550.732
Carga Geral	469.855	478.394	627.379	664.983
T O T A I S	1.368.074	1.536.834	2.101.859	2.140.342

Principais Mercadorias Movimentadas

a) Exportação	1966	1967	1968	1969
Café em grão	366.246	369.943	465.855	521.017
Madeira	57.958	64.625	91.943	71.396
Milho	137.398	247.462	578.549	364.696
Erva-Mate	13.658	10.533	9.395	5.830
Farelos	—.—	—.—	10.757	21.633
Soja	2.303	31.720	—.—	37.854
Palletes	—.—	—.—	—.—	85.449
Café Solúvel	—.—	—.—	2.681	4.547
Algodão	—.—	—.—	1.236	9.762
Diversos	13.058	17.364	9.739	20.373
T O T A I S	626.621	741.647	1.170.155	1.143.458

b) Importação	1966	1967	1968	1969
Comb. Líquido	700.851	750.715	895.031	924.254
Sal	18.619	20.386	16.609	18.481
Cevada	2.848	1.817	2.067	—.—
Fertilizantes	—.—	—.—	8.505	22.619
Diversos	18.476	19.808	14.592	31.530
T O T A I S	741.453	793.187	937.704	996.884

Movimento Total de Cargas

	1966	1967	1968	1969
	1.368.074	1.534.834	2.107.859	2.140.342

Movimento Financeiro

A Receita do Pôrto de Paranaguá foi de aproximadamente onze milhões de cruzeiros novos, devendo o valor exato ser fornecido por ocasião do fechamento do Balanço anual, que se dará após o encerramento do exercício.

PÔRTO DE ANTONINA

Movimento de Cargas

Fato assás interessante, sucedeu com o Pôrto de Antonina, cujo movimento de cargas permaneceu estável, porquanto, em decorrência do Paraná estar tendendo para conseguir a sua auto-suficiência em todos os setôres, especialmente no concernente a agricultura, houve redução de importações. Efetivamente, o Paraná possuindo terras férteis e clima temperado que se apresentam propícios às realizações de grandes culturas e em decorrência de providências acertadas como, por exemplo, a do incremento do plantio do trigo concorreram para elevar esta produção, que pôde suprir em maior parcela o mercado interno; redundando na diminuição da importação do trigo, em cêrca de 50% em relação ao ano anterior (1968). Na realidade foram importados, pelo Pôrto de Antonina:

no ano de 1968	110.317 ton. de trigo
no ano de 1969	57.965 ton. de trigo

Como consequência de ter sido restringida a importação do trigo houve, em contra partida, a paralização da exportação de erva mate para o mercado platino, por intermédio do Pôrto de Antonina.

Cumpre salientar que as maiores quantidades exportadas em 1969 pelo Pôrto de Itapema, em Antonina, referem-se a:

Café — com cêrca de 9.500 ton.

Madeira — com cêrca de 80.000 ton.

Outras mercadorias que circularam pelo Pôrto de Antonina, tais como geladeiras, ferro, pasta mecânica, algodão, e produtos beneficiados concorreram para que circulassem pelo referido atracadouro cêrca de 260.000 toneladas, denotando-se que não obstante a diminuição da importação do trigo em 52.352 toneladas e a paralização de exportação da erva mate, o movimento total do Pôrto de Antonina, só ficou reduzido

em cêrca de 30.000 toneladas no exercicio de 1969; logo se aduz ter havido incremento na circulação de outros produtos.

Investimentos em Melhoramentos e Aparelhamentos

Foi procedida a dragagem parcial na bacia de evolução e canal do Boião, num volume de 50.500 m3, num valor de NCr\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros novos), com recursos provenientes do Fundo Portuário Nacional, e Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. A aludida dragagem foi executada pela firma Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio, sendo que a continuidade dos serviços dependerá da conclusão dos trabalhos de sondagem, porquanto ainda restam para ser escavados 179 mil metros cúbicos de material compacto, consistente e deveras duro; com o material proveniente da descarga da dragagem em questão, poderá ser ampliada área portuária de Antonina em mais 30.000 m2, possibilitando a construção de armazéns, e de instalações do atracadouro.

Movimento Financeiro

O Pôrto de Antonina apresentou o seguinte movimento financeiro:

Receita Própria	793.440,77
Arrecadação Vinculada e para Terceiros	516.356,14
S O M A	1.309.796,91
D E S P E S A S	952.124,33

RESENHA DO QUADRIÊNIO

A — Movimentação Mensal de Mercadorias (Toneladas)

MESES	1967	1968	1969
JANEIRO	22.762	8.394	16.037
FEVEREIRO	12.913	9.607	17.764
MARÇO	14.493	22.098	15.034
ABRIL	15.386	28.423	13.890
MAIO	13.569	17.130	14.692
JUNHO	13.079	27.348	12.589
JULHO	19.867	24.338	32.843
AGÓSTO	29.021	39.487	27.509
SETEMBRO	19.646	39.301	30.808
OUTUBRO	31.063	24.823	33.618
NOVEMBRO	11.711	30.109	22.305
DEZEMBRO	28.295	21.775	22.643
T O T A L	252.805	292.833	259.732

B — Principais Mercadorias Movimentadas

Exportação	1965	1966	1967	1968	1969
Café	67.930	47.930	67.457	96.982	94.926
Cereais	72.880	7.001	16.781	26.003	2.145
Madeira	57.119	50.878	35.331	51.980	84.516
Erva-Mate	18.555	4.293	2.680	548	—.—
Diversos	4.291	790	3.495	434	10.967
T. Exportado	208.775	110.229	137.906	175.947	192.554

C) — Importações

Trigo	67.615	88.861	103.627	110.317	57.965
Sal	7.611	5.934	4.790	4.973	9.213
Diversos	40	—.—	—.—	1.676	—.—
T. Importado	75.266	94.795	108.417	116.986	67.178
TOTAIS	284.041	205.024	246.323	292.933	259.732

Setor Aeroviário

Mediante Decreto governamental, no exercício de 1969 — o Departamento Aeroviário passou a integrar a Estrutura orgânica da Secretaria dos Transportes, como órgão, subordinado à referida pasta.

Os aeroportos de GUAÍRA e de CASCAVEL foram completamente estudados e projetados no Padrão D, correspondente ao Plano Nacional de Viação — Setor Aeroviário, por intermédio do Departamento Aeroviário.

A Secretaria dos Transportes, através do Departamento Aeroviário celebrou convênio com o Ministério de Aeronáutica para a implantação do Aeroporto de CASCAVEL a realizar-se em 1970. Foi efetivada Tomada de Preços para a construção e revestimento do Aeroporto de GUAÍRA, não tendo surtido os efeitos esperados.

A pavimentação com concreto asfáltico do Aeroporto em epígrafe foi em 1969 integralmente concluída, na extensão de 1.200 metros e com a largura de 30 metros.

Mediante ajuste de cooperação com orientação técnica do Departamento Aeroviário foram executados os Aeroportos de Nova Londrina e Pitanga.

Com as obras referidas foram investidos NCr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros novos).

No período 1966/1969 foram levados a efeito:

1 — Implantação da 1ª etapa do Aeroporto de GUARATUBA, com a aplicação de NCr\$ 500.000,00;

2 — Implantação da 1ª etapa do Aeroporto de UMUARAMA, com a aplicação de NCr\$ 240.000,00;

3 — Construção da Estação de Passageiros do Aeroporto de FRANCISCO BELTRÃO, com o emprêgo de NCr\$ 5.000,00;

4 — Implantação e Pavimentação do Aeroporto de PORECATU, com a aplicação de NCr\$ 900.000,00; ampliação e melhoramentos da torre de controle do tráfego do Aeroporto de BACACHERI, em Curitiba — NCr\$ 30.000,00.

A somatória dos Investimentos no quadriênio 1966/1969, em obras e instalações aeroportuárias atinge o valor de NCr\$ 2.575.000,00.

Programa de Execução de Estrutura Viária e de Terminais de Transportes para o Exercício de 1970.

De acôrdo com o Orçamento Programa já definido, a Secretaria dos Transportes objetiva levar a efeito, no ano de 1970 os seguintes cometimentos:

SETOR RODOVIÁRIO

1 — Conclusão das obras básicas do Programa Quinquenal, a saber:

1.1 — Pavimentação do EIXO: TRÊS PINHEIROS-CEL. VIDA-PATO BRANCO, na extensão de 137,77 Km;

1.2 — Pavimentação do EIXO: PONTA GROSSA-ITARARÉ, na extensão de 165,00 Km;

1.3 — Pavimentação do EIXO: MARINGÁ-CIANORTE-CRUZEIRO DO OESTE-UMUARAMA-IPORÁ na extensão de 207,63 Km;

1.4 — Pavimentação da Rodovia: CURITIBA-RIO BRANCO DO SUL, na extensão de 20.000 Km;

1.5 — Pavimentação dos trechos da Rodovia Transbrasiliana de JACARÊZINHO-SANTO ANTÔNIO DA PLATINA e de IBAITI-VENTANIA, na extensão de 78,20 Km;

1.6 — Pavimentação da Ligação Rodoviária de TELÊMACO BORBA e IMBAU, na Rodovia do Café, de 27,00 Km;

1.7 — Implantação Básica da Rodovia de FAXINAL-MAUA-LONDRINA-WARTA-SERTANÓPOLIS-PÓRTO CHARLES NAUFAL na extensão de 150,00 Km;

2 — Definição do Programa Quadrienal Rodoviário, e Elaboração de Estudos de Viabilidade e Projeto Final de Engenharia.

SETOR FERROVIÁRIO

Conclusão da Estrada de Ferro Central do Paraná, na extensão de 330,00 Km;

SETOR PORTUÁRIO

1 — Ampliações e Melhorias das instalações dos Pórtos de

PARANAGUÁ e ANTONINA, com o fim de aumentar as suas capacidades operacionais.

2 — Definição do Anteprojeto do Novo Pôrto Oceânico no litoral paranaense, mediante a conclusão dos estudos de viabilidade já em execução.

SETOR AEROVIÁRIO

1 — Construção da 1ª etapa do Aeroporto de GUAÍRA;

2 — Construção do Aeroporto de CASCAVEL;

3 — Estudo e início da construção do Aeroporto de JACARÉZINHO;

4 — Estudo em cooperação com o Ministério da Aeronáutica do futuro Aeroporto Internacional do Estado do Paraná.

TELEPAR

Quando o atual Governo do Estado foi instalado, em janeiro de 1966, os serviços de telecomunicações no Paraná eram operados precariamente, havendo regiões inteiras isoladas do processo telefônico, não obstante os esforços desenvolvidos pelo Governo anterior, que, dois anos antes (27 de novembro de 1963), constituiu a COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ — TELEPAR, com o fim de suplementar a ação da empresa privada que explorava os serviços.

Aquela época, a Companhia Telefônica Nacional fazia as operações na Capital e em mais 82 cidades, ligando-as com os serviços interurbanos, através de linhas físicas e de sistema Carrier, com ondas portadoras de rádio sobre linhas físicas. Além disso, apenas outras 32 localidades possuíam comunicações telefônicas proporcionadas por pequenas empresas, a maioria sem registro oficial e sem condições técnicas adequadas ao fim desejado.

Até janeiro de 1966, a TELEPAR havia firmado convênio com o DCT para início da construção do trecho Curitiba-São Paulo, na linha tronco-sul Ondas Portadoras, que possibilitou um aumento de 3 canais para 24 nas ligações entre as duas Capitais. Foi construído, também em convênio com o DCT, o trecho Curitiba-Joinville. E, em dezembro de 1964, o órgão assinava contrato para fornecimento e instalação de uma central automática de 360 linhas para a cidade de Campo Largo, através de auto-financiamento.

Foi diante desse tímido quadro de providências que se iniciou a nova fase político-administrativa, em janeiro de 1966. E já o primeiro relatório exigido pelo Governo revelou a acentuada precariedade do sistema de comunicações do Paraná, caracterizada especialmente por: a) canalização insuficiente;

b) deficiências técnicas; c) multiplicidade de empresas concessionárias ou permissionárias; d) falta de comunicação interurbana na região Oeste e Sudoeste.

Com uma visão global dos problemas que afligiam a economia paranaense, no setor das telecomunicações, o Governo orientou a TELEPAR no sentido de atender a três frentes: negociar a aquisição do acervo da subsidiária da International Telephone and Telegraph Corporation, detentora das ações da Companhia Telefônica Nacional; ampliação do sistema telefônico de Curitiba; e implantação de serviços para atender em regime de emergência as regiões do Oeste e Sudoeste do Estado.

Compra da CTN

Em 3-3-67, o Governo Federal autorizou o Ministério da Fazenda, com base em solicitação do Governo do Paraná, a outorgar garantia do Tesouro Nacional para compra de 370.808 ações da Companhia Telefônica Nacional, pagáveis à ITT no prazo e nas condições estipuladas no contrato de compra, publicado no Diário Oficial da União, de 13-3-67. O valor da operação de crédito foi de US\$ 11.379.000,00. Assim, como detentora de 98,7488% das ações da CTN, a TELEPAR (assembléia geral extraordinária, em 5-8-68) a incorporou ao seu acervo, como medida para obter maior integração de sistemas administrativos e técnicos de ambas as empresas.

Ampliação do Sistema em Curitiba

Concomitantemente, com a sustentação financeira oferecida pelo Fundo Municipal de Telefones (órgão criado sob a égide do prefeito Ivo Arzua Pereira, apoiado pelas lideranças empresariais de Curitiba), que instituiu o processo de auto-financiamento, a TELEPAR promoveu o planejamento, contratação de empresas fornecedoras de equipamentos e implantação da ampliação do sistema urbano de Curitiba, que operava com apenas 10.000 linhas telefônicas. A ampliação da Central Urbana prevê o acréscimo de 20.800 linhas e introdução de serviço interurbano automático, DDD (Discagem-Direta à Distância). O novo equipamento consiste em duas modernas estações de seletores

Crossbar, geminadas e interligadas à estação existente. Os aparelhos de assinantes serão providos de dispositivo de compensação automática de nível de sinal e toda a área urbana atendida por telefones públicos moedeiros.

Rêde de Emergência

Elevada ao nível de prioridade absoluta pela política de telecomunicações do atual Governo, a Rêde de Emergência teve início em 1967 e nesse mesmo ano interligava dezenas de cidades da região Oeste e Sudoeste do Estado, a partir da nova linha Guarapuava-Laranjeiras do Sul e tronco Guarapuava-Foz do Iguaçu. Em meados de 1968, exatamente 51 cidades daquelas duas grandes regiões de produção agropecuária, que antes se encontravam inteiramente isoladas do processo econômico do Paraná, ganharam telecomunicações de eficiência técnica razoável, através de equipamentos UHF e VHF de 24 canais de capacidade.

Além das cidades atendidas por sistema telefônico interurbano, a TELEPAR criou serviços urbanos em 14 sedes municipais e ampliou os de outras 8 cidades.

As cidades onde a TELEPAR instalou serviços urbanos são as seguintes: Campo Largo, Cambira, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Laranjeiras do Sul, Mariópolis, Marmeleiro, Matelândia, Marumbi, Medianeira, Renascença, Salto do Itararé e Vitorino. As ampliações se referem : Antonina, Assaí, Cornélio Procópio, Guaratuba, Ibaiti, Ibiporã, Imbituva e Santa Mariana.

Rêde de Microondas, Rêde Integrada e Obras Civas

Embora definidas as prioridades dentro do citado Plano, a TELEPAR deu início durante o atual período governamental à construção da Rêde de Microondas, considerada a espinha dorsal do sistema de telecomunicações do Paraná e aspiração máxima da administração pública. O projeto, aprovado pelo CONTEL em 16 de dezembro de 1966, está sendo executado inteiramente por técnicos da Companhia paranaense. Seu tronco principal, ligando toda a Região Norte à rota Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá, está praticamente concluído, tendo sido executa-

dos no último trimestre os testes de propagação, ajustagem e alinhamento, tudo com resultados altamente satisfatórios do ponto de vista técnico.

A Rêde de Microondas tem capacidade para 960 canais (idêntica à Rêde Nacional de Telecomunicações, da EMBRATEL), com implantação obediente aos mais exigentes requisitos da tecnologia moderna.

É dividida em quatro tronços: Norte, Sudoeste, Alternativo e Complementar. Estes formam um anel gigantesco (Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Arapongas-Maringá-Cianorte-Goio Erê-Cascavel-Laranjeiras do Sul-União da Vitória-Lapa-Curitiba), ao longo do qual serão instaladas 24 centrais interurbanas regionais, que irradiarão transmissões telefônicas para as comunidades sob sua área de influência, abrangendo tôdas as sedes municipais do Paraná.

O projeto tem sua viabilidade econômico-financeira alicerçada em processo de auto-financiamento parcial, tendo sido firmados até hoje 78 convênios com Prefeituras Municipais. Sua execução concebe a interligação de todo o sistema de Rêde Integrada à Central de Comutação Interurbana da TELEPAR, com DDD, que proporcionará acesso de tráfego à Rêde Nacional de Telecomunicações.

Entrega de Obras

O Plano de Telecomunicações do Estado do Paraná previa para êste ano de 1969 a entrada em funcionamento de 20 mil linhas telefônicas, no sistema urbano de Curitiba, correspondentes às centrais 23 e 24, interligadas à Central de Comutação Interurbana da TELEPAR e à Estação de Trânsito da EMBRATEL, que estão sendo instaladas, em fase de conclusão, no edifício do Alto de São Francisco, possibilitando comunicações em DDD tanto no tráfego intermunicipal como interestadual. Previa-se também a entrega ao tráfego do tronco principal da Rêde de Microondas, ligando Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Cornélio Procópio-Jacarèzinho-Arapongas-Maringá-Cianorte-Paranavaí. O cronograma de obras antecipava implicitamente a inauguração do edifício do Alto de São Francisco, juntamente com a entrada em funcionamento da Central de Comutação Interurbana da TELEPAR e a Central de Trânsito da

EMBRATEL — estava com conclusão prevista para junho do ano de 1969.

O que, no entanto, não ocorreu devido a uma série de acontecimentos possivelmente imprevistos e que determinaram alterações no quadro dirigente da Companhia. A nova Diretoria, assumindo a 1º de dezembro último, procurou logo situar, definir e enfrentar as causas impeditivas do desenvolvimento do programa de obras, cujas três principais são as seguintes:

- 1º — Falhas e omissões das empresas fornecedoras de equipamentos, que se justificam alegando a explosiva expansão dos sistemas de telecomunicações em todo o Brasil, tornando insuficientes os mais ousados programas de fabricação.
- 2º — O vulto e a amplitude do Plano de Telecomunicações do Paraná, que está a exigir quantidades maciças de recursos, coincidentemente em época de contenção de créditos e financiamentos.
- 3º — Carência de «know how» técnico e administrativo para atender a um programa de tamanha envergadura como êsse preconizado pela política de obras do atual Governo do Estado e que se desenvolve em setor que alcança a mais rápida evolução tecnológica do mundo.

Denunciados os óbices, a nova direção da TELEPAR procurou equacionar as soluções compatíveis com a realidade econômico-financeira do Estado, através das quais espera o Governo cumprir a tarefa a si mesmo imposta dentro do programa de telecomunicações, no mais curto espaço de tempo possível.

Em resumo, as providências mais urgentes adotadas compreendem:

- 1º — Sanções pecuniárias, previstas em contrato, às empresas que deixaram de cumprir prazo para entrega de equipamentos, como foi o caso de multa aplicada à Standard Electric S. A., no dia 8 deste mês, no montante de NCr\$ 2.514.011,14.
- 2º — Reestudo do esquema financeiro da Companhia, visando a regularização dos débitos assumidos, e análise de perspectivas para aumentar as disponibilidades de recursos necessários ao atendimento do cronograma previsto para 1970 e seguintes.

- 3º — Ampliação do quadro de técnicos da TELEPAR, com a contratação de novos elementos que aqui venham aplicar conhecimentos adquiridos nas mais modernas escolas tecnológicas do País.
- 4º — Concentração de recursos financeiros e esforços técnicos e administrativos nos quatro sub-programas considerados prioritários pelo Governo do Estado e que são:
- a) funcionamento das 20 mil linhas telefônicas do sistema urbano de Curitiba;
 - b) funcionamento do tronco principal da Rede de Microondas, ligando todo o Norte à Capital e à Paranaguá;
 - c) prosseguimento da implantação das centrais de trânsito, que já estão sendo instaladas em Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá;
 - d) funcionamento da Central de Comutação Interurbana, com sistema DDD e conclusão do edifício do Alto de São Francisco

O programa de obras correspondente aos anos de 1970/71/72, prêso ao objetivo principal da política de telecomunicações da atual administração que é o de integrar definitivamente o Paraná, dotando tôdas as sedes municipais dos meios para falar direta e instantâneamente com as demais cidades servidas pelo Serviço Nacional de Telecomunicações.

Face às limitações do Programa Reduzido, exposto pela Diretoria ao Governo do Estado, a TELEPAR espera:

1. colocar em funcionamento, em meados de 1970, 20 mil linhas telefônicas correspondentes à ampliação da rede urbana de Curitiba;
2. concluir a chamada Rota Norte, da Rede de Microondas, ligando Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Maringá, com tráfego telefônico através do sistema DDD;
3. concluir o sub-programa do Sistema de Centrais de Trânsito, correspondente às obras civis e montagem de equipamentos nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá;

4. concluir, também em meados de 1970, o edifício do Alto de São Francisco, cuja metade dos seus 12.800 m² de área construída já se acha ocupada provisoriamente pela Diretoria Técnica, equipamentos e antenas da TELEPAR e EMBRATEL. O cronograma da edificação indica que resta 1/3 do valor dos serviços para que a obra seja realizada integralmente;
5. concluir obras da Rêde de Emergência, até atingir 98% e do Sistema Telefônico Urbano Provisório. Dêste, só resta colocar em funcionamento o sistema urbano da cidade de Laranjeiras do Sul, acontecimento previsto para o mês de janeiro de 1970. Quanto à Rêde de Emergência, é previsto no primeiro semestre o funcionamento dos seguintes enlaces: Mirassolva-Londrina, Londrina-Porecatu (via Florestópolis), Cascavel-Marechal Rondon, Laranjeiras do Sul-Pitanga, Maringá-Campo Mourão, Iporã-Umuarama, Cruzeiro do Oeste-Cianorte, Guarapuava-Entre Rios, Guaiara-Iporã e Maringá-Colorado.
6. conjuntamente com a Rota Norte, da Rêde de Microondas, a TELEPAR tem possibilidade técnica de colocar em funcionamento o sistema de transmissão de TV, que levará às emissoras de Apucarana (Canal 11) e de Londrina (Canal 3) a imagem interestadual ou internacional que a EMBRATEL conduz até Curitiba;
7. colocar em funcionamento, em meados de 1971, como parte do Sistema Telefônico Urbano, 1.100 terminais em Cascavel, 1.400 em Cornélio Procópio, mais 300 (com DDD) em Cambé e ligar a rêde urbana de Campo Largo ao tráfego em DDD;
8. estender a Rêde de Microondas até Jacarèzinho, Paranaçuá, Cornélio Procópio e Arapongas, também em meados de 1971;
9. colocar em funcionamento o enlace Paranavaí-Santo Antonio do Caiuá (como complemento da Rêde de Emergência), em janeiro de 1971;
10. e, finalmente, prosseguir as obras para implantação da Rota Sudoeste, da Rêde de Microondas, de molde a que entre em funcionamento no ano de 1972.

Em decorrência do Decreto 65.032, de 21 de agosto último,

do Ministério das Comunicações, que outorgou concessão à TELEPAR para a execução e exploração do serviço telefônico público urbano em todo o território do Estado do Paraná, pode o órgão compor um programa quinquenal, a partir do Projeto de Rede Integrada que é, afinal, a raiz para onde convergem todos os sub-programas a interligar 291 cidades (o Estado possui 228 municípios), dentro do Sistema Estadual de Telecomunicações, através da Rede e Microondas e aproveitamento dos enlaces de UHF e VHF implantados na Rede de Emergência, e instalação de redes urbanas em todas as localidades paranaenses que apresentem demanda igual ou superior a 25 linhas telefônicas. Os ante-projetos correspondentes estão sendo elaborados pela diretoria da TELEPAR e serão apresentados no início do próximo período ao Conselho de Administração.

ESTATISTICA GERAL

CAPITAL SOCIAL	janeiro de 1966	NCr\$ 2.640.000,00
	janeiro de 1970	NCr\$ 30.120.492,00

REDE TELEFÔNICA INTERURBANA		
ANO	Nº CIDADES	SERVIÇOS
1965	114	CTN e outras
1969	178	TELEPAR

A N O	Nº CHAMADAS COMPLETADAS
1965	2.689.756
1969	4.501.000

C I D A D E S	Nº DE LINHAS PARA CADA GRUPO 100 HAB.	
	H O J E	1 9 7 0
Brasília	4,0	10,0
Rio de Janeiro	6,7	8,0
São Paulo	6,5	7,5
Curitiba	1,4	4,5
Belo Horizonte	3,0	4,0
Salvador	2,1	4,0
Pôrto Alegre	2,7	3,6
Recife	1,7	3,0
MÉDIA NACIONAL	1,7	1,9

INVESTIMENTOS

	NCR\$
20.000 Linhas	33.122.181,02
Terrenos	1.177.536,39
Edifício Sede	6.132.931,08
Prédios Interior	3.258.770,92
Equipamentos Rádio	398.023,71
Equipamento Fôrça	998.842,59
Equipamento DDD	4.265.707,00
Central Automática Apucarana-Arapongas ...	589.175,40
Tôrres	547.136,28
Rêdes Integradas (Valor a ratear)	1.350.044,88
Microondas (Valor a ratear)	2.460.270,31
Construção várias rêdes Interior	2.176.607,72
VALOR TOTAL	56.477.857,30

SANEAMENTO

Durante o ano de 1969 a realização mais importante no setor do saneamento foi a conclusão da Estação de Tratamento de Água do Rio Iguaçu, inaugurada em março com a presença do saudoso Presidente Costa e Silva durante os dias da instalação de seu Governo em Curitiba.

A obra, que integra o novo sistema de abastecimento de água da Capital, tem em sua primeira etapa capacidade de 130.000 metros cúbicos por dia e 260.000 na etapa final, representando um investimento de 6,5 milhões de cruzeiros novos. Está situada a margem da auto-estrada Curitiba-Paranaguá, com área de 7.500 metros quadrados, compreendendo casa de química, depósito de reagentes, estação elevatória, decantadores, filtros e reservatório enterrado.

Com seu complemento — o reservatório do Corte Branco, — se soluciona o problema da água de Curitiba por um longo período.

Convênio com o BNH

Outro importante fato a registrar é o convênio que o Governo do Estado, através da SANEPAR, firmou com o BNH, no valor de 80 milhões de cruzeiros novos, que possibilitará a execução de um amplo programa de obras no setor de saneamento, absorvendo recursos do BNH (NCr\$ 30 milhões), do Governo do Estado (NCr\$ 30 milhões) e dos municípios beneficiados (NCr\$ 20 milhões). Esses investimentos serão concretizados através de um programa definido de aplicação para se atingir até fins de 1970 a meta de oferecer, por meio de modernos sistemas de abastecimento, água potável a 70% da população urbana do Estado.

No triênio 1966/68 o atual Governô entregou serviços em 25 municípios. Só em 1969 mais 10 foram beneficiados com serviços de abastecimento de água, elevando para 35 o número de cidades acrcidas com tais serviços, sem contar, é claro, os municípios já servidos, onde em vários dêles se realizaram obras de ampliação e melhorias substanciais.

Mais 19 projetos foram concluídos e 22 estão em fase de elaboração visando dotar novas cidades dos serviços de água e esgôtos.

Programa Estado-Município

Nos anos de 1966 e 1967 passaram à responsabilidade dos municípios os serviços nas cidades de Paranaçuá, Andirá, Jacarêzinho, Morretes, Bandeirantes, Apucarana, Ribeirão do Pinal, Araçongas, Ribeirão Claro, Santa Amélia, Uraí, Rolândia e Jundiá do Sul.

Ascendem já a 17 as cidades cujos serviços estão a cargos de suas respectivas prefeituras, dentro do programa de ação conjunta Estado-Município. Os municípios que ainda não operam seus sistemas são incentivados a criarem sociedades de economia mista ou autarquias municipais para exploração dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgôtos. As cidades não operadas pelo Departamento de Água e Esgôtos poderão receber assistência administrativa, técnica e financeira da SANEPAR.

Tais tipos de assistência são concedidas à conta das disponibilidades do Fundo de Água e Esgôtos-FAE, para a elaboração de estudos e projetos, bem como para a execução de obras a cargo do Fundo Municipal de Saneamento, que terá como principais recursos: dotações do orçamento municipal, quotas do ICM, percentagens da receita de impostos, recursos não reembolsáveis provenientes da União, do Estado e de outras fontes e a contribuição de melhoria para êsse fim específico.

Os serviços prestados serão remunerados segundo tarifa reajustável periódicamente e fixada de forma a permitir a amortização dos investimentos, a cobertura dos custos de operação e a constituição de reservas para reposições.

No decorrer de 1969 a SANEPAR concedeu 18 financiamentos novos, no valor de NCr\$ 4.848.369,18 para aplicação

nos serviços de abastecimento de água dos municípios de Santa Cecília do Pavão, Guaraci, Kaloré, Califórnia, Peabirú, Amaporã, Porecatu, Faxinal, Sertanópolis, Borrazópolis, Jacarèzinho, Nova Esperança, Andirá, Itapejara do Oeste, Japurá, Maria Helena, Jaoquim Távora e Bandeirantes.

Obras entregues

Os municípios cujos sistemas de abastecimento de água foram entregues são os que se seguem, com indicação das obras realizadas: **Andirá**, estação de tratamento de esgotos; **Curitiba**, captação, casa de bombas, adutora, reservatório elevado e rede de distribuição; **Curitiba**, estação de tratamento de água do rio Iguaçu, reservatório de acumulação do Corte Branco; **Curiúva**, obra em convênio com a CPCAN, constante de captação, casa de bombas, filtros, adutora, reservatório apoiado a rede de distribuição; **Guaira**, em convênio com a SUDESUL, ampliação da rede de água; **Porecatu**, captação em poços tubulares profundos, adutora, reservatório enterrado e elevado e rede de distribuição; **Rolândia**, reservatório enterrado e casa de bombas; **Santa Cecília do Pavão**, captação, casa de bombas, adutora, reservatório elevado e rede de distribuição.

Outras em andamento

Pelo setor de obras da SANEPAR cabe registrar a situação das seguintes obras: **Amaporã**, sistema de abastecimento de água — as obras civis estão em fase de concorrência; **Andirá**, sistema de abastecimento de água — em fase de concorrência; **Arapongas**, sistema de abastecimento de água — parte da obra com 80% executada e outra parte com 90%; **Arapoti**, sistema de abastecimento de água — estão concluídas as obras de captação e rede de distribuição, casa de bombas, 60%; adutora, 80% e reservatório elevado, 70%; **Bandeirantes**, sistema de abastecimento de água, com 90% em média concluída; **Bela Vista do Paraíso**, sistema de abastecimento de água — mais de 70% da obra já concluída; **Borrazópolis**, sistema de abastecimento de água — parte da rede em construção; **Cafelândia do Oeste** (Distrito de Cascavel) — perfuração de poço tubular profundo já com 40 metros perfurado; **Caiobá** (Distrito de Ma-

tinhas), sistema de desinfecção da água, com 30% da obra já executada; **Cidade Gaúcha**, sistema de abastecimento de água, com 60% da obra já executada; **Faxinal**, sistema de abastecimento de água — com todo o material já adquirido; **Francisco Beltrão**, com cerca de 70% da obra concluída; **Gua-raci**, sistema de abastecimento de água, com 50% executada; **Iguaraçu**, sistema de abastecimento de água, com 85% da obra concluída; **Itapejara do Oeste**, sistema de abastecimento de água — em fase de especificação para concorrência; **Ivaiporã**, sistema de abastecimento de água — 30% da obra concluída; **Joaquim Távora**, sistema de abastecimento de água — com 80% da obra concluída; **Kaloré**, sistema de abastecimento de água — com 50% da obra concluída; **Lobato**, sistema de abastecimento de água — com 60% da obra concluída; **Nova Esperança**, em fase de concorrência; **Nova Fátima**, com mais de 70% da obra concluída; **Paranaguá**, nova adutora, captação e estação de tratamento — com 20% da obra executada; **Primeiro de Maio**, sistema de abastecimento de água — com 30% de obra executada; **Rancho Alegre**, sistema de abastecimento de água — resta concluir o reservatório elevado e a rede de distribuição, respectivamente com 80% e 40% da obra executada; **Rio Bom**, com 75% da obra concluída; **Santo Inácio**, 75% concluída; **Sertãoópolis**, ampliação da rede de distribuição em fase de aquisição e assentamento do material.

Cursos Ministrados

Dando continuidade a seu programa de treinamento em assuntos ligados ao saneamento, a SANEPAR, em convênio com a USAID-Brasil, contratou com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, a realização dos seguintes cursos:

1. Curso de Administração Geral dos Serviços de Água, ministrado em Maringá, no período de 30/6 a 11/7/69;
2. Curso sobre Tarifas de Serviços de Água, ministrado em Londrina, no período de 3 a 14 de novembro de 1969;
3. Curso de Relações Públicas nos Serviços de Água, ministrado na cidade de Andirá no período de 12 a 16 de janeiro do ano em curso.

Também foi realizado, sob os auspícios da SANEPAR, o

VII Curso de Mestres de Obras em Construções de Rêdes de Abastecimento de Água, em Curitiba, no decorrer do mês de maio.

Ação do DAE

O Departamento de Água e Esgotos opera os serviços de Curitiba e de diversos municípios do Estado, tendo realizado no período de 1966 a 1969 substanciais ampliações e melhorias, com obras inclusive de vulto.

Estão a seu cargo os serviços de Curitiba, Cambará, Castro, Cornélio Procópio, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Irati, Lapa, Palmeira, Pirai do Sul, ~~Palmeira~~, Rio Negro, Santo Antonio da Platina, São José dos Pinhais, Siqueira Campos. 13/11/68

O sistema de Curitiba é composto pela Estação de Recalque do rio Irai ligada à Estação de Tratamento do Tarumã por uma adutora de 7.300 metros; Reservatório do Cajuru, que atende a zona sudoeste da cidade; Reservatório de São Francisco, que abastece o centro da cidade; Reservatório do Batel, que abastece a zona oeste da cidade; Reservatório do Bacacheri, que abastece a zona norte; Estação de Tratamento de Água do rio Iguaçu, construída pela SANEPAR e já integrada no sistema, com o Reservatório do Corte Branco ao qual está ligado por uma adutora de 3.350 metros, devendo reforçar os Reservatórios do Cajuru e do Portão.

Só em Curitiba, o Departamento de Água e Esgotos realizou obras de ampliação da rede de água num total de ... 186.827 metros e da rede de esgotos totalizando 59.754 metros.

Entre outras edificações, inaugurou em julho de 1968 o Centro de Pesquisas e Treinamento, com a finalidade de ministrar conhecimentos para a formação de técnicos em saneamento, no controle da poluição das águas de superfície, no controle das águas de abastecimento público e finalmente nas pesquisas que os serviços de saneamento vem exigindo.

Para 1970 estão previstas ampliações das rêsdes em todos os bairros da Capital, uma vez que ultimada a construção da Estação de Tratamento do rio Iguaçu e respectivas adutoras, há água suficiente para a extensão das rêsdes. Também está prevista para o corrente ano a construção do emissário de es-

gôtos do Juvevê, já iniciada, bem como ampliação das rédes com vistas ao atendimento daquele populoso bairro.

No interior do Estado, grande número de construção, de ampliações, de melhorias e reformas nos serviços operados pelo DAE possibilitou melhor atendimento às populações servidas. Sua longa e minuciosa enumeração está fora das dimensões dêste relatório.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Campanha de Reflorestamento

A expansão da agropecuária paranaense se deve, basicamente, ao esforço da iniciativa privada, que sempre tem correspondido, com sua nunca desmentida compreensão e apoio, aos programas traçados e executados pelo Governo.

O mais recente exemplo, no ano que passou, é a campanha «Por um Paraná mais Verde», lançada em agosto de 1968, com o objetivo de realizar um reflorestamento de 200 milhões de árvores em quatro anos. Tamanha foi a receptividade dessa campanha que em apenas um ano foram reflorestadas 100 milhões de árvores, o que equivale ao dobro da meta prevista.

Para tanto, a Secretaria de Agricultura cuidou de importar sementes de «pinus» em volume suficiente para atender a demanda do Estado.

Foi feita a importação de 6.00 quilos de «pinus» — sendo 2.500 quilos de Pinus Yaeda e 3.500 de Pinus Elliotti — garantindo-se desse modo a produção do Estado, havida com os incentivos fiscais, tendo em vista que aquele volume de sementes produzirão 90 milhões de mudas, cobrindo uma área de 36 mil hectares. A importação de sementes não foi maior devido à escassez delas no mercado internacional.

Para que se tenha uma idéia do desenvolvimento da campanha bastará dizer que a produção de mudas nos parques florestais do Estado foi em 1969 de oito milhões, contra 850 mil em 1965.

Replântio de cafeeiros

Merece especial destaque, no último ano, a execução de um

plano de trabalho de incentivo à cafeicultura paranaense para início de implantação neste exercício, e que prevê o replantio de 120 milhões de pés de café em três anos. Esse plano, já aprovado pelo Governo, resultou da evidente necessidade de suprir o déficit de produção de café no país decorrentes da erradicação indiscriminada de cafeeiros e conseqüente queda da produção; visa garantir ao Paraná a hegemonia cafeeira, que está sujeito a perder se medidas acauteladoras dêsse porte não forem imediatamente postas em prática.

O Governo do Paraná esteve atento para o problema da incidência do **nematoide** que em algumas regiões foi constatada nos cafezais, com trabalhos pioneiros na pesquisa da praga, instalando imediatamente, em Apucarana, um laboratório de estudos. Nesse setor e com respeito à Portaria nº 324 do Ministério da Agricultura, que interditou diversas regiões cafeeiras, proibindo a produção e comercialização de mudas de café, o Paraná por seus órgãos técnicos competentes estabeleceu normas e baixou instruções a fim de evitar que a Portaria citada viesse a se conflitar com os interesses de nossa cafeicultura.

Novas culturas

A produção de sementes básicas nas estações experimentais da Secretaria de Agricultura subiu em 1969 para um milhão de quilos. Geneticamente produzidas, essas sementes foram encaminhadas para multiplicação nos campos de cooperação, contratados com agricultores selecionados, propiciando uma produção final de 757 mil sacas de algodão, 166 mil de trigo, 158 mil de milho híbrido, 18 mil de soja, 7.300 de amendoim e 2.600 de arroz.

O fomento à cultura da soja foi uma das campanhas enstadas em 1969, com a colaboração da iniciativa privada, visando o aproveitamento sempre maior das potencialidades da produção paranaense. Esse produto, além de ter ótimas condições de comercialização, apresenta enorme facilidade de plantio em terreno cultivado com o trigo. Visando tais vantagens foi lançada a campanha «Plante Soja, Use Melhor Técnica e Ganhe Mais», que encontrou promissora repercussão na área agrícola, permitindo prever, para a próxima safra, uma pro-

dução em torno de 300 mil toneladas de soja. Vale aqui, como comparativo, assinalar que a produção de soja em 1964 foi de apenas 48 mil toneladas.

É essa receptividade do agricultor paranaense a fonte de estímulo para o Governo quando se lança em iniciativas que visam ampliar as possibilidades de produção do Paraná. Um exemplo eloquente é a campanha de calagem de solo. Iniciou-se, em 1965, com a revenda de 970 toneladas de calcáreo, a prática de calagem de solo está difundida por todo o território do Estado. Só no ano passado foram distribuídas 28 mil toneladas de calcáreo.

Equipamento Agropecuário

As vendas do Fundo de Equipamento Agropecuário tiveram, no ano que passou, um acréscimo de quase 30%. Foram revendidos no período 440 mil doses de vacina contra a febre aftosa, 660 mil contra a peste suína, 155 mil contra a raiva, 1.700.00 quilos de adubos, 80 mil quilos de inseticidas e fungicidas, 13 mil quilos de forragem e 60 mil unidades em máquinas e ferramentas.

Foram importadas 5.000 toneladas de arame farpado, de procedência belga, para atender prementes necessidades da agropecuária. Em 1969 foram revendidos 78 mil róis desse arame, para um total de 200 mil importados, o que demonstra a procura imediata do material.

Postos de Venda do Fundo de Equipamento Agropecuário foram instalados em novos municípios, a saber, Andirá, Turvo (Guarapuava), Inácio Martins, Wenceslau Braz, Centenário do Sul e Terra Rica, elevando para 145 o número total de postos em todo o Estado.

Merece especial registro o financiamento para a área rural, realizado após convênio firmado entre a Secretaria de Agricultura e os Bancos Mercantil e Industrial e do Estado do Paraná, através dos quais incumbe aos técnicos do Governo o laudo técnico para a concessão dos empréstimos. Foram realizadas 2.200 operações dessa natureza, carreando para a área rural nada menos que 12 milhões de cruzeiros novos, numa verdadeira injeção financeira visando o fortalecimento da agropecuária.

ENSINO AGRÍCOLA

São mantidos pelo Estado 2.200 alunos em 13 estabelecimentos de ensino técnico voltado para a agricultura. Em 1969 êles formaram 110 técnicos agrícolas e 13 em economia doméstica rural em todos os cursos do nível médio. Os alunos das escolas agrícolas deram sequência no ano que findou ao sistema pedagógico da Escola-Fazenda, implantado em 1968, com base na cooperativa escolar agrícola, que conta atualmente com 1.222 cooperados. A significação do sistema Escola-Fazenda pode ser avaliado ao destacarmos que os trabalhos práticos dos alunos internos tanto nos campos de produção da escola, como no das cooperativas, atingiram o total de 386.560 horas de trabalho.

Vários cursos de motivação cooperativista estão em desenvolvimento, com centenas de participantes, já agora com demonstrações práticas, através de cooperados da Cooperativa Modelo de Curitiba, instalada no Grupo Escolar D. Ático Euzébio da Rocha. A importância do trabalho pode ser medida por constantes solicitações de outros Estados interessados nos métodos aplicados no Paraná, inclusive pela missão norte-americana «Voluntários da Paz», que esteve atuando em nosso Estado.

Além disso, cumpre assinalar que com a supervisão do Departamento de Assistência ao Cooperativismo foram constituídas 88 cooperativas, sendo 24 de consumo, 26 de produção, 7 de eletrificação rural e 31 escolares. Ao mesmo tempo, vai ganhando corpo a campanha de horta, jardim e pomar na escola e no lar como mais uma contribuição à educação da infância. Esta campanha, lançada em 117 cooperativas escolares visa atingir um mínimo de 5.000 crianças.

Produção de Sementes

Em 1969 foi inaugurado em Maringá, com a presença de autoridades estaduais e municipais, o Laboratório de Análises de Sementes, que veio realmente preencher uma falta vizível existente no campo da produção de sementes melhoradas. Com uma área construída de 535,73 metros quadrados, o Laboratório conta com uma capacidade inicial de 5.000 análises anuais.

Foi construído em convênio com o IBC, representando uma inversão de 270 mil cruzeiros novos, constituindo-se no mais moderno em seu gênero no país.

Vale lembrar que desde 1968, por delegação do Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura passou a responder, no Paraná, pela fiscalização da produção de sementes e do comércio de sementes e mudas. Nêstes dois anos foram fiscalizadas dois milhões de sacas de produtos diversos.

Produção Animal

No campo da produção animal, graças ao sistema implantado de troca de reprodutores, já com um total de 10.000 animais distribuídos e representativos das melhores raças, pode o Paraná orgulhar-se de possuir hoje um rebanho qualitativo dos melhores do país. Esse desenvolvimento que as Exposições anuais no Parque Presidente Castelo Branco têm evidenciado, permitiu que o Governo do Estado possa agora voltar-se para a inseminação artificial.

Visando ainda a melhoria do plantel bovino, o Governo, por seus órgãos próprios, orientou no ano passado a importação de animais charolêses da França, todos puros de origem, e bem assim a importação de semen bovino, congelado, daquele mesmo país. Medidas sanitárias foram aplicadas em larga escala no interior, mediante campanha pregando a necessidade de vacinação dos rebanhos; foram visitadas 14.000 propriedades e atendidas nas sedes de serviço a 13.850 consultas.

A lei de combate a aftosa foi implantada no ano que passou, como outra medida a assinalar destinada à proteção e melhoria dos rebanhos.

O incentivo às exposições pecuárias, com maior ênfase a realizada no Parque Presidente Castelo Branco — a que se apresentaram 2.000 cabeças de gado — constituem atrativo crescente, atestado de interesse dos criadores por animais selecionados e melhoria zootécnica dos rebanhos. O Governo participou ativamente, prestando tóda a orientação técnica, nas exposições de Loanda, Clevelândia, Londrina, Guarapucua e Ponta Grossa, entre outras.

Em 1969 foi realizada a vacinação de mais de 100 mil cães, gratuitamente, dos quais 60 mil na Capital, em campanha que visa diminuir a incidência da raiva.

Desde o ano que findou está em funcionamento o Aviário Modêlo, situado no Parque Presidente Castelo Branco, graças a convênio firmado com a Avícola Industrial do Sul Ltda., com a finalidade de criação de matrizes e treinamento de avicultores dentro da mais moderna técnica de criação. Com êsse objetivo estão sendo criadas 35.000 aves.

Contudo, outros entendimentos estão sendo mantidos com a iniciativa privada ainda com o objetivo de desenvolver a avicultura paranaense que, de acôrdo com estudos realizados, tem condições de disputar o mercado avícola paulista, principalmente se estimulada na região de Curitiba, que oferece boas condições para um projeto dessa natureza.

Vale mencionar também, no campo da produção animal, o estímulo que vem tendo a suinocultura, através de convênio com a ACARPA, estabelecendo um programa de distribuição de matrizes a suinocultores previamente treinados, bem como o efetivo funcionamento do Centro de Suinocultores Modêlo, instalado no Parque Presidente Castelo Branco, mediante a implantação de inúmeros reprodutores de alta linhagem.

Destaque-se ainda o incentivo à criação de faisões como forma de enriquecer a fauna paranaense. Um total superior a 10 mil exemplares foram distribuídos em todo o Estado.

Previsão de Safras

A situação das principais culturas agrícolas do Estado é extremamente favorável. De acôrdo com a Comissão Estadual de Previsão de Safras — CEPRES, a produção prevista para 1970, embora faltem ainda duas previsões, principalmente em função das condições climáticas, é a seguinte:

Trigo	—	215.000	toneladas
Soja	—	300.000	"
Algodão	—	570.000	"
Milho	—	3.180.000	"
Feijão	—	310.000	"
Batata	—	130.000	"
Rami	—	25.000	"
Mamona	—	85.000	"
Girassol	—	4.500	"
Amendoim	—	90.000	"
Arroz	—	280.000	"

A previsão, como se pode verificar, vai além de cinco milhões de toneladas, sem contar a produção cafeeira que, como se sabe, será na safra 1970/71 excepcionalmente reduzida em decorrência das grandes geadas que se abateram sobre o Norte do Paraná no ano que findou.

Sementes Selecionadas

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, no desenvolvimento de seu programa de ação, desenvolveu em 1969 intensa atividade no campo da distribuição de sementes selecionadas e na motomecanização agrícola.

A implantação das unidades de preparo de sementes veio, realmente, preencher uma lacuna existente no Estado e que há muito estava pedindo solução. Quatro unidades já estão em funcionamento, em Cambará, Cambé, Paranavaí e Umuarama.

A unidade de Cambará é constituída de um armazem, escritório e laboratório de análises bem como conjunto de deslntamento, possuindo uma capacidade dinâmica para o preparo de 200.000 sacos de sementes de algodoeiro por ano; o mesmo ocorrendo com a de Umuarama. A unidade de Paranavaí, recentemente ampliada, tem capacidade para 150.000 sacos anuais, estando equipada com máquinas para padronização de cereais e conjunto deslntamento. A de Cambé destina-se exclusivamente à produção de sementes e cereais, principalmente trigo e soja, tendo uma capacidade diária de 100 toneladas; dispõe de laboratório de análises, armazens, secador de sementes, máquina de limpeza e classificação, com dispositivos para tratamento das sementes por via seca e úmida e por coluna de ar sistema Elexo, empilhadeira e ensacadeira automáticas.

Estão previstas para o corrente ano a construção de duas novas unidades em Assaí e Maringá para preparo de sementes do algodoeiro, com capacidade de 200.000 sacos anuais cada uma.

A CAFÉ DO PARANÁ mantém convênios com a INDUSFI-BRA para trabalhos de extensão e assistência à produção de sementes do algodoeiro estando prevista uma meta anual em torno de 300.000 sacos de 30 quilos; com a Secretaria da Agri-

cultura para a produção de sementes básicas destinadas à multiplicação em seus campos de cooperação; com o IBC-GERCA que está fornecendo recursos financeiros para o capital de giro e implantação da infraestrutura da Companhia (em 1969 êsses recursos ascenderam a 5,6 milhões de cruzeiros novos); com o Ministério da Agricultura para o Plano Integrado de Sementes, através do qual a CAFÉ já recebeu dois milhões de cruzeiros novos para aquisição de sementes.

Auto-suficiência algodoeira

Na presente safra deverá confirmar-se a autosuficiência da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná na produção de sementes do algodoeiro, graças a um trabalho eficiente de seus técnicos, o que está permitindo o fornecimento aos cotonicultores de um produto altamente selecionado, quer do ponto de vista germinativo, quer quanto à pureza varietal.

Nos últimos quatro anos a produção de sementes do algodoeiro teve a seguinte evolução: 1966, 91.241 toneladas; 1967, 310.473 toneladas; 1968, 871.191 toneladas e 1969, 661.904 toneladas.

A produção de sementes de trigo teve nêsse mesmo quadriênio um desenvolvimento extraordinário, passando de 9.827 toneladas em 1966 para 11.388 em 1967 e atingindo 25.037 toneladas no ano passado. O mesmo fenômeno está ocorrendo com a soja, cujo programa de expansão foi confiado a Secretaria da Agricultura.

A CAFÉ DO PARANÁ não se tem preocupado com algumas espécies de sementes, como é o caso do milho híbrido, uma vez que a iniciativa privada já está perfeitamente aparelhada para sua produção. Apresentamos um quadro anexo no qual se pode apreciar a evolução das atividades da empresa no campo da distribuição de sementes desde sua fundação até o ano próximo findo.

CAFÉ DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DE VENDAS DE SEMENTES REALIZADAS NOS EXERCÍCIOS DE

1962 à 1969

P R O D U T O	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Algodão	296.330	401.498	371.225	291.249	294.767	449.628	756.972	670.104
Amendoim	—	1.405	2.741	238	31.229	1.067	227	—
Arroz	2.411	10.790	5.991	1.173	487	2.863	3.155	3.242
Aveia	—	66	191	54	33	163	142	12
Batata	—	7.863	729	—	—	—	—	—
Centeio	—	70	250	75	28	—	—	63
Feijão	15.813	3.856	1.274	—	4.716	573	864	—
Girassol	—	—	—	—	43	74	—	—
Mamona	—	411	771	7	—	—	—	—
Milho	21.033	27.084	66.337	48.228	55.566	45.270	32.492	36.778
Soja	—	1.799	10.702	4.983	12.863	9.598	19.554	36.325
Trigo	6.193	13.367	13.685	14.065	19.015	17.396	24.029	56.748

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Com um parque de máquinas que compreende 57 tratores de esteira, 92 de rodas, 31 combinados e respectivos implementos, o setor de mecanização agrícola opera através de dez postos, a saber: Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Santo Antonio da Platina, Pato Branco, Paranavaí, Irati e Cornélio Procópio.

Os serviços realizados abrangem desmatamento, destoca, preparo do solo, plantio e colheita, construção de açudes, de estradas vicinais, conservação do solo e combate à erosão rural.

Durante a realização desses serviços procura-se promover entre os lavradores em geral uma campanha de fomento às práticas agrícolas motomecanizadas, estimulando-os a aquisição de trator próprio, a fim de que a CAFÉ DO PARANÁ possa passar às práticas de natureza mais pesada e que demandam equipamento mais oneroso, fora do alcance econômico da maioria dos proprietários ou arrendatários rurais. Dessa forma pode a Companhia atender as áreas inferiores a trinta hectares nos trabalhos de preparo do solo, que compreendem rolagem, razão, gradeação, riscação, etc.

Em 1969 o total de horas trabalhadas pelo setor de mecanização atingiu a 113.833,30 com uma redução de 13.292,45 horas em relação a 1968, o que é demonstração da utilização de maquinaria própria pela iniciativa particular.

A área preparada com serviços de destoca foi de 4.300,87 hectares, com um acréscimo de 622,33 hectares em relação ao ano anterior; em preparo do solo foi atendida uma área de 11.353,68 hectares, com uma diferença para menos de 2.903,22 hectares; a área trabalhada em plantio alcançou 728,24 hectares, predominantemente exploradas com as culturas do amendoim, arroz, algodão, feijão, milho, soja e trigo, essenciais florestais e pastagens; em relação a área beneficiada com trabalhos de colheita, num total de 3.984,95 hectares, verificou-se um acréscimo de 2.004,45 hectares, graças a aquisição de dez novas colhedoras; em terraplenagem em 1969, foram movimentadas 3.486.711, 12 metros cúbicos de terras, incluindo construção de açudes, nivelamento para exploração de culturas diversas, construções rurais, aberturas de estradas vicinais, etc.,

com um acréscimo sobre o ano anterior de 2.783.099,22 metros cúbicos.

Abertura de Estradas

Em aberturas de estrada foram movimentados no exercício que passou 1.104.260 metros cúbicos de terras, com um aumento de 376.662 metros cúbicos em relação ao ano anterior, cabendo destacar os seguintes trechos:

Apucarana -Rio Bom, 30 Km

Londrina-Tamarana-Mauá, 80 Km

Nova Aurora-Formosa do Oeste, 20 Km

Antonina-Mergulhão-Serra Negra, 75 Km

Serra Negra-Cananéia (S.P.), 24 Km

Guaraniaçu-Catanduvas, 45 Km

Ponta Grossa-Núcleo Campinas, 35 Km

Cândido de Abreu-Núcleo Rio Branco, 25 Km

Em convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem foram realizados trabalhos em centenas de outros trechos compreendendo melhoramentos em estradas já existentes.

O quadro demonstrativo que se segue dá idéia das realizações do setor de Mecanização da CAFÉ DO PARANÁ no período compreendido entre 1966 a 1969.

CAFÉ DO PARANÁ

QUADRO DEMONSTRATIVO DE REALIZAÇÕES DO SETOR DE MECANIZAÇÃO

PERÍODO — 1966 / 1969

SERVIÇOS		1966	1967	1968	1969
H. Trabalhadas	ha.	141.260,05	145.240,42	127.126,15	113.833,30
Destoca	ha.	1.605,99	2.483,84	3.608,54	4.300,87
P. do Solo	ha.	18.775,19	19.792,75	17.769,32	19.227,50
Plantio	ha.	927,24	1.019,73	1.513,13	2.183,69
Colheita	ha.	1.419,54	1.296,89	1.611,30	2.147,09
Açude	m3	33.985,00	32.635,00	51.837,00	127.076,00
Estrada	m	1.024.491,00	819.067,00	727.598,00	1.104.260,00
Terraplenagem	m3	1.434.494,00	1.376.778,00	690.970,00	361.738,00
Diversos	ha.	341,21	—	37,00	659,48

SILOS E ARMAZÉNS

A Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA tem acompanhado de perto o crescimento das safras paranaenses. Está com um estudo em andamento para levantar as necessidades de armazenagem a fim de irradiar sua organização aos centros estratégicos de produção e escoamento.

Ampliou sua capacidade armazenadora de 31.000 toneladas, existente em 1966, para 70.000 e com isso triplicou a capacidade operacional da rede.

Atuando em coordenação com outros órgãos ligados à agricultura, especialmente com a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, transferiu para esta os seus deslintadores localizados em Assaí, Cruzeiro do Oeste e Maringá, além do armazém de Paranavaí para que possam equipadas com estações de preparação de sementes do algodoeiro.

Com essa transação a COPASA conseguiu desmobilizar considerável parcela de investimento e reinjetá-la no capital de giro para maior flexibilidade da administração financeira e, inclusive, um melhor atendimento, através de pequenos investimentos, em unidades armazenadoras, localizadas nas regiões produtoras de trigo, principalmente em Guarapuava e Pato Branco.

No campo das técnicas operacional e administrativa foram introduzidas várias modificações, criadas pela necessidade de dar estrutura mais adequada ao quadro de pessoal técnico visando seu constante treinamento bem como a padronização dos serviços.

Em estreita colaboração com a Comissão de Financiamento da Produção e o Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional, através de seu agente financeiro — o Banco do Brasil — as tarifas dos serviços prestados pela empresa não sofreram alterações substanciais, mantendo-se no mínimo indispensável ao equilíbrio financeiro, sem onerar a produção armazenada.

Os grandes investimentos realizados no triênio 1966/68 na base de financiamento acarretaram compromissos financeiros, a curto e longo prazo, cujo resgate não foi ainda totalmente realizado, a fim de não prejudicar a eficiência operacional

da empresa e os novos investimentos para o aperfeiçoamento da rede.

O quadro abaixo dá posição dos recursos financeiros a fim de que se possa apreciar o movimento da Companhia no quadriênio 1966/69.

RECURSOS FINANCEIROS

ORIGEM DOS RECURSOS	1966	1967	1968	1969
B.N.D.E.	273.299,67	2.161.987,42	2.340.489,99	2.015.525,08
BADEP (ex Codepar)	230.000,00	138.700,33	—0—	—0—
CODEPAR — Créd. Financ. Invest.	—0—	320.000,00	—0—	—0—
Vendas Ações BADEP (ex Codepar)	—0—	222.757,86	—0—	—0—
GERCA	—0—	34.663,00	—0—	—0—
SUDESUL	—0—	181.000,00	—0—	—0—
Empréstimos Bancários	—0—	47.918,00	—0—	—0—
Aumento de Capital	200.000,00	115.000,00	340.500,00	61.676,76
Venda de Equipamentos	—0—	340.000,00	374.810,00	127.480,00
SUB TOTAIS	703.299,67	—0—	—0—	548.779,36
RECEITA TARIFÁRIA	357.386,01	1.400.039,19	715.310,00	737.936,12
T O T A I S	1.060.685,68	761.048,23	1.525.179,97	1.277.588,96

PESQUISAS TECNOLÓGICAS

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas tem realizado nestes últimos anos um notável trabalho de assistência e orientação das atividades agropecuárias do Estado.

Esse trabalho é particularmente relevante através das Divisões de Pesquisas Agronômicas e Pesquisas Veterinárias do IBPT que tem levado em conta o enorme desenvolvimento agrícola, o recente incremento das exigências sócio-econômicas e a necessidade do trato racional dos problemas vinculados à produção de alimentos.

O aumento da produção de inoculantes e seus experimentos superou todas as expectativas, atingindo o recorde desde a instalação desse serviço: em 1969 a produção foi de 80.000 pacotes contra 6.000 no ano anterior, estando prevista para o corrente ano de 1970 uma produção de 100.000 unidades.

Foram feitos experimentos em novas áreas do Estado, inclusive com atendimento de pedidos do exterior (Paraguai) com o fornecimento inicial de 5.000 pacotes (soja).

O problema do **nematóide** foi encarado com grande seriedade pelo IBPT, buscando-se uma solução que atenda os interesses do governo e dos cafeicultores paranaenses.

Verificou-se também um alto índice de aumento no trabalho do Laboratório de Análise de Sementes com 2.888 amostras recebidas e 8.115 análises realizadas.

Deu-se continuação ao levantamento fitossanitário do Estado, compreendendo laudos técnicos, consultas, instruções, preparações microscópicas e inspeções fitossanitárias; anteprojetos e projetos sobre o cinturão verde de Curitiba e plano integrado de estudo da região a oeste do meridiano 53°, em entrosamento com a Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, Prefeitura Municipal de Curitiba, IPEAME e FAO.

Produção de Inoculantes

No setor de inoculantes foram instalados experimentos na Granja Maria Luiza, em Guarapuava, Umuarama, Toledo, Parque Estadual de Vila Velha, Maringá, Ponta Grossa, Bandeirantes, Santa Mariana e São Sebastião da Amoreira, com a finalidade de comparar, testar, verificar o efeito da inoculação e

seleção de estirpes, nas espécies de soja, cornichão, trevo, alfafa, sigma (caupi) e lupinus. Os experimentos com forrageira apresentaram resultados bastante animadores, fazendo com que fosse ampliada a rede experimental.

O inoculante IBPT-Bacter só no ano de 1969 teve uma produção superior a 70.000 pacotes, com pedidos do exterior, num atestado da alta qualidade do produto, classificado em 1º lugar entre os similares de todo o país, inclusive recomendado pela Comissão Nacional da Soja em todos os experimentos realizados pelas instituições de pesquisas.

As seções de pedologia e de fertilidade do solo analisaram amostras de terra enviadas pelo Projeto de Recursos do Solo-CERENA, na conformidade do convênio firmado.

O número de amostras analisadas até novembro de 1969 foi de 5.950, embora esse número não represente a totalidade dos trabalhos realizados, pois é usado o sistema de «Séries Controladas», isto é, para cada 10 amostras analisadas, uma tem seus resultados conhecidos, servindo para controlar a exatidão das análises. Além disso, são feitas repetições e verificações das séries de amostras.

Na forma do convênio IBPT-Secretaria da Agricultura o Instituto administrou e orientou tecnicamente os laboratórios de Jacarêzinho e Pato Branco.

Produção de Vacinas

Em 1969 a previsão no referente à produção da vacina Cristal Violeta contra a peste suína era de 1.200.000 doses. Entretanto, devido a falta de água nos meses de abril e maio ocasionada pela reforma na rede de água e esgotos de Jacarêzinho, o Laboratório que funciona naquela cidade não teve condições de produção, produzindo somente 813.425 doses.

No mesmo Laboratório foi iniciada no ano passado a produção de sêro hiper-imune, igualmente contra a peste suína, que deverá se constituir em parte integrante e normal na linha de produção do IBPT neste ano de 1970.

Notável foi a produção de vacina anti-rábica, estando previstas inovações técnicas e científicas, a fim de produzir vacinas contra essa virose nos herbívoros, frente aos surtos verificados nestas espécies e provocados pela transmissão feita pelos morcegos hematófagos.

É propósito da Seção de Bioterapia iniciar-se muito breve a fabricação de vacina contra a febre aftosa.

Para atendimento aos criadores de diversas regiões do Estado, técnicos do IBPT percorreram os municípios de Tibagi, Cascavel, Castro, Siqueira Campos, Jacarèzinho, Marechal Rondon, Paranavaí, Ponta Grossa, Tijucas do Sul, Morretes, Bocaiúva do Sul, Rio Negro, Lapa, Araucária, Palmas e Palmeira, onde diagnosticaram diversos surtos de febre aftosa, peste suína, piroplasmoses e outras enzootias efetuando provas sorológicas para a verificação da incidência da brucelose e testes de tuberculização em bovinos.

Alguns técnicos participaram da Universidade Volante, promovida em Paranavaí, onde proferiram aulas e palestras de interesse dos criadores.

Cabe registrar, também, a participação do IBPT em simpósios e reuniões relativas à pecuária do Paraná, como o I Simpósio de Gado Leiteiro da Bacia Leiteira de Curitiba.

Outras Atividades

Evidentemente, o IBPT não esgota suas atividades na assistência e orientação à agropecuária. Atua em outros campos de pesquisa tecnológica.

Em 1969, por exemplo, iniciou a produção de cêra para assoalho e giz escolar, suprindo o Departamento Estadual de Compras e a FUNDEPAR; firmou convênio com a Comissão do Plano do Carvão Nacional para a fabricação de tijolos e telhas com aproveitamento das cinzas do carvão de Figueira; através da seção experimental de combustíveis recebeu consultas técnicas da Secretaria de Segurança, TELEPAR, EMBRATEL, de empreiteiros e inúmeros particulares; presta orientação para o aperfeiçoamento tecnológico da produção de materiais cerâmicos, prosseguindo nos estudos de matérias primas do Paraná, como argilas, caulins, filitos, feldspatos, talcos, etc.

O relato pormenorizado das atividades do IBPT não cabe porém neste capítulo, restrito às realizações do setor agropecuário.

Extensão Rural

A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná —

ACARPA, órgão executor no Estado dos programas de Extensão Rural, por delegação do Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e Governo do Paraná, elaborou um Plano Diretor com validade para o triênio 1970/72.

Esse trabalho tem como objetivo básico equacionar em sua área de ação os problemas agropecuários e sociais da zona rural, compatibilizando-o com a política de produção nacional e estadual e estabelecendo diretrizes para o trabalho de Extensão Rural.

Construirão projetos básicos e prioritários as explorações do milho, feijão, trigo, soja, café, batata inglesa, algodão, suinocultura, bovinocultura de corte e bovinocultura de leite.

A ACARPA acaba de publicar também um valioso trabalho intitulado «Contribuição ao Diagnóstico da Agropecuária Paranaense» no qual são focalizados aspectos demográficos, evolução da renda interna, infraestrutura econômica, estrutura fundiária, aspectos climáticos, principais culturas, além de aspectos sociais, saúde, alimentação e educação.

INCENTIVOS A INDUSTRIALIZAÇÃO

A transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Paraná, em dezembro de 1968 significou, também uma mudança na política de industrialização. O esforço do Governo do Estado, através do BADEP, voltou-se para as unidades de grande porte, com capacidade competitiva e de efeito complementar ao polo dinâmico do País. A nova filosofia é fruto não de simples vontade, mas do estudo acurado da posição do Paraná no contexto econômico nacional.

Ao mesmo tempo adotou-se política de consolidação do parque já existe, em especial das empresas financiadas anteriormente pelo Banco, através de concessões de crédito para novas inversões fixas ou para capital circulante, de forma a ampará-las após o período de dificuldades por que passou todo o empresariado brasileiro, à época aguda do combate à inflação.

Os resultados dessa orientação, em que se dá especial atenção à escala competitiva, já se fazem sentir através do interesse de grandes grupos industriais em se instalarem no Paraná. Contudo, eles só se tornarão visíveis a médio prazo, pela defasagem entre as atrações, estudo de financiamento, implantação e início de operações das novas indústrias.

A política do Governo do Estado no setor de industrialização está consubstanciada em documento do BADEP, que delineia alguns princípios básicos, dentro dos quais está atuando o Banco.

Esse ajustamento da política de fomento industrial é decorrente de um processo desencadeado há quatro anos. A antiga Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR, transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná, adotou, até 1965, o critério de implantar um parque industrial voltado para o aproveitamento de matérias-primas de origem

agropecuária. Esta tônica teve que encerrar seu ciclo, uma vez preenchidos os vazios existentes e no momento em que a indústria paranaense sentia os reflexos da competição do polo dinâmico do País.

Além disso, o Paraná se viu, mais do que qualquer outro Estado, envolvido pela política federal de rebaixa do preço real do café pago aos lavradores, adotada logo após a Revolução de Março. Isto significou um rude golpe na geração de renda interna, provocando repercussões as mais variadas, desde uma tendência à estagnação em diversos setores da economia paranaense, até um clima de desânimo, somente superada pela política agressiva desencadeada pelo Governo do Estado.

Passada a fase inicial, o Paraná foi se ajustando às subseqüentes modificações na política federal. No campo industrial, especificamente, o Governo do Estado foi dirigido no esforço para dotar o setor secundário de empresas de maior porte, para enfrentar o mercado nacional. Estas mudanças no comportamento se refletiram na própria estrutura da CODEPAR, culminando com sua transformação em Banco de Desenvolvimento do Paraná e na adoção da atual política de incentivos.

Os financiamentos às indústrias a preços constantes de 1969, evidenciam perfeitamente o processo. Em 1967 houve uma queda no total dos financiamentos em relação ao ano anterior — NCr\$ 20.340.038,00 contra NCr\$ 27.367.555,00. Em 1968, fruto da política mais agressiva do Governo do Estado, os financiamentos se elevaram a NCr\$ 40.480.393,00 (também a preços de 1969), com a abertura do Banco de Desenvolvimento do Paraná para campos ainda antes não explorado, como o ramo têxtil, que absorveu quase um quarto do total de créditos concedidos. No exercício de 1969, os financiamentos subiram a Cr\$ 44.916.824,00.

Não estão computados nesses totais os avais e repasses para obras públicas; apenas créditos para indústrias, que somaram, no quadriênio, NCr\$ 106.496.735,00 a preços correntes, ou NCr\$ 133.104.810,00 a preços de 1969.

FINANCIAMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE -- 1966/67

RAMO DE ATIVIDADE	1966		1967	
	Preços Cor.	Preços jul/69	Preços Cor.	Preços jul/69
Minerais não metálicos	169.900	326.046	439.000	655.260
Metalurgia	956.500	1.835.571	770.900	1.150.660
Mecânica	440.600	845.533	118.000	176.129
Mat. Elétrico/Comunic.	255.800	490.892	168.300	251.207
Material de Transporte	175.100	336.025	147.400	220.012
Madeira	303.500	582.431	376.200	561.523
Mobiliário	414.100	794.678	172.500	257.476
Papel e Papelão	1.156.400	2.219.189	1.921.000	2.867.323
Borracha	59.500	114.183	318.900	475.996
Couros, Peles e Prods. Sim.	61.200	117.445	26.900	40.151
Química	2.501.700	4.800.887	2.999.600	4.477.262
Prods. Farm. e Mec.	255.000	489.357	262.000	391.066
Prods. Perf. Sabão, Vela	69.000	132.414	—	—
Prods. Mat. Plásticas	66.300	127.233	97.800	145.978
Têxtil	1.426.000	2.736.565	764.900	1.141.705
Vest Cal. e Art. Tecidos	126.300	242.376	167.400	249.864
Prods. Alimentares	3.265.500	6.266.657	3.669.500	5.477.169
Bebidas	40.300	77.337	9.900	14.776
Diversas	155.200	297.836	95.900	143.142
Avicultura	329.500	632.326	631.600	942.738
Subtotal	12.227.400	23.464.981	13.157.700	19.639.437
BAN/FINAME	2.033.597	3.902.574	469.377	700.601
TOTAL GERAL	14.260.997	27.367.555	13.627.077	20.340.038

FINANCIAMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE — 1968/69

RAMO DE ATIVIDADE	1 9 6 8		
	Preços Cor.	Preços de jul/69	1969 *
Minerais não metálicos	2.202.800	2.646.642	213.000
Metalurgia	14.000	16.820	1.100.000
Mecânica	108.000	129.760	—
Mat. Eletr. e de Comunic.	7.300	8.770	—
Material de Transporte	12.500	15.018	—
Madeira	18.000	21.626	4.902.000
Mobiliário	200.000	240.298	753.000
Papel e Papelão	1.376.400	1.653.730	123.000
Borracha	232.500	279.346	—
Couros, Peles e Prod. Simil.	110.000	132.163	—
Química	4.396.900	5.282.831	9.959.200
Prods. Farm. e Mediciniais	613.000	736.513	450.000
Prods. Perf., Sabão e Vela	4.200	5.046	—
Prods Mat. Plásticas	1.583.700	1.902.799	—
Têxtil	7.536.000	9.054.428	7.308.000
Vestuário, Calç. e Art. Tec.	123.300	148.143	72.000
Produtos Alimentares	4.459.600	5.358.164	710.400
Bébedas	52.800	63.438	—
Diversos	131.900	158.476	—
Avicultura	138.000	165.805	—
Subtotal	23.320.900	28.019.816	25.590.600
BAN/FINAME	5.670.937	6.813.574	2.487.724
IBC/GERCA	4.700.000	5.647.003	3.888.500
FUNDECE	—	—	950.000
I. A. A.	—	—	12.000.000
TOTAL GERAL	33.691.837	40.480.393	44.916.824

(*) Até 05-11-69

FINANCIAMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE — 1966/69

RAMO DE ATIVIDADE	1966/69		
	Preços Cor.	Preços de jul/69	1969 *
Minerais não metálicos	3.024.700	3.840.948	213.000
Metalurgia	2.841.400	4.103.051	1.100.000
Mecânica	666.600	1.151.422	—
Mat. Eletr. e de Comunic.	431.400	750.869	—
Material de Transporte	335.000	571.055	—
Madeira	5.599.700	6.067.580	4.902.000
Mobiliário	1.539.600	2.045.452	753.000
Papel e Papelão	4.576.800	6.863.242	123.000
Borracha	610.900	869.525	—
Couros, Peles e Prods. Simil.	198.100	289.759	—
Química	19.857.400	24.520.180	9.959.200
Prods. Farm. e Medicinaiis	1.580.000	2.066.936	450.000
Prods. Perf. Sabão, Vela	73.200	137.460	—
Prods. Mat. Plásticas	1.747.800	2.176.010	—
Têxtil	17.034.900	20.240.698	7.308.000
Vest. Calç. e Art. Tec.	489.000	712.383	72.000
Produtos Alimentares	12.105.000	17.812.390	710.400
Bebidas	103.000	155.551	—
Diversos	383.000	599.454	—
Avicultura	1.099.100	1.740.869	—
Subtotal	74.296.600	96.714.834	25.590.600
BAN/FINAME	10.661.635	13.904.473	2.487.724
IBC/GERCA	8.588.500	9.535.503	3.888.500
FUNDECE	950.000	950.000	950.000
I.A.A.	12.000.000	12.000.000	12.000.000
TOTAL GERAL	106.496.735	133.104.810	44.916.824

(*) Até 05-11-69

Atividades no Exercício

Durante o exercício de 1969, o BADEP, com seus recursos ou repassando fundos, concedeu financiamentos da ordem de NCr\$ 44,9 milhões, concedeu aval a um repasse internacional de 20 milhões de marcos e agenciou mais NCr\$ 1,7 milhão do IBC/GERCA destinado ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Estes financiamentos representam investimentos totais da ordem de NCr\$ 100 milhões, no setor secundário.

Pelo quadro de aplicações, verifica-se uma das preocupações da Diretoria do Banco, no sentido de obter recursos externos, para complementar os estaduais — próprios e do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Com isso, além dos recursos do IBC/GERCA e FINAME, com os quais já vinha operando, o BADEP passou a agenciar o FIPEME, FUNDECE, FUNDEPRO, GECRI, REINVEST e FISANE, alguns já em fase final de entendimentos. Isto representa uma massa maior de recursos para os setores industrial, agropecuário e de infra-estrutura.

Estudos e Projetos

Para orientar o desenvolvimento industrial e sua política de incentivos, o Banco de Desenvolvimento do Paraná realiza uma série de estudos.

Nesse sentido, a equipe técnica do BADEP, durante o exercício de 1969, estudou uma série de ramos industriais, em especial o têxtil, de frigoríficos, madeira aglomerada, óleos vegetais, cimento. Paralelamente prosseguiram os trabalhos de levantamento de indicadores econômicos e o de levantamento do custo de vida, feito em acôrda com a Fundação Getúlio Vargas.

O BADEP também participa de convênios com outros organismos, mantendo Comissões de Estudos. Os trabalhos mais destacados dessas Comissões foram o de mapeamento de solos e estudos de fertilidade, a cargo da Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná — CERENA; mapeamento geológico, a cargo da Comissão da Carta Geológica do Paraná; previsão de safras, a cargo da Comissão de Estudos de Previsão de Safras — CEPRES.

No quadriênio 1966/69, os principais estudos realizados

por técnicos do Banco, encomendados a firmas especializadas ou elaborados com convênio com outros organismos estaduais e federais, foram os seguintes:

— Estudo do Clima do Paraná

— Instalação da Réde Meteorológica do Estado, cujo equipamento adquirido na Alemanha pelo BADEP deverá ser instalado em 1970 pela Secretaria da Agricultura.

— Mapeamento geológico do Estado.

— Plano de Integração Rodoviária Municipal do Paraná, que permitiu o financiamento, através do convênio FINAME/CODEPAR, de máquinas e equipamentos rodoviários às Prefeituras.

— Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal das cidades de Ponta Grossa, Londrina (preliminar), Paranaguá, Maringá, Apucarana, Leônidas Marques, Turismo do Litoral, Turismo em Foz do Iguaçu.

— Pesquisas sôbre febre aftosa, com treinamento de pessoal técnico.

— Estudo sôbre argilas refratárias.

— Estudos de previsão de safras.

— Levantamento dos solos, com análises físico-químicas de amostras e elaboração de trabalhos cartográficos de solos no Paraná.

— Estudo de viabilidade econômica para a instalação do Centro de Transportes de Curitiba.

— Através de financiamentos à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, possibilitou a realização de estudos e projetos de abastecimento de água para os municípios de Goioerê, Congoinhas, Bela Vista do Paraíso, Guaratuba, Carlópolis, e Iporã e prospecções geofísicas em Abatiá, Corbélia, Porecatu, Rio Bom e São João do Ivaí.

— Elaboração de trabalho sôbre a viabilidade da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

— Projetos e recursos florestais, com levantamento das reservas de pinheiro existentes, que possibilitou realizar plano de financiamentos a programas de florestamento e reflorestamento.

— Com a publicação da «Revista Paranaense de Desenvolvimento», o BADEP vem divulgando estudos e contribuindo para o conhecimento técnico.

III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TURISMO

A despeito das limitações de recursos, compensadas pelo irrestrito apóio e interêsse sempre manifestados pelos diversos escalões da administração estadual — a PARANATUR (Empresa Paranaense de Turismo), criada a 27 de maio de 1969, apresenta no seu acêrvo de realizações, dados que dimensionam sua preocupação em implantar uma nova mentalidade turística no Estado.

No rol de atividades da Empresa, há nestes sete meses de existência, pontos salientes, cujos destaques se tornam necessários para a avaliação de todo um contexto. A promoção de uma nova mentalidade turística no Paraná — necessidade apontada pelo atual Governo — implica, principalmente, a preparação do elemento humano, suporte e alicerce da indústria sem chaminés, e cuja presença, adequadamente motivada é garantia de sucesso na empreitada.

Assim pensando, colhendo o «know-how» dos países que fizeram do turismo a pedra de esquina de sua promoção econômica, a PARANATUR promoveu, nos primeiros dias de sua existência, o início de uma série de cursos — em colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) —, visando a oferecer à indústria turística, mão de obra técnica-mente preparada. Curso para garções, barmen, recepcionistas, camareiros, cozinheiros e copeiros marcaram o começo de um programa que brevemente atingirá todos os pontos paranaenses de valia turística. Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Maringá e Londrina — foram por motivos óbvios — o ponto de partida dos cursos que formam três centenas de homens e mulheres, agora habilitados a dispensar àqueles que procuram fazer turismo no Paraná, o máximo de atenção, prestando serviços de qualidade internacional.

Campanha Educativa

Reconhecendo que não apenas à mão-de-obra devem ser creditadas falhas imperdoáveis no trabalho de recepção do turista, a PARANATUR, na medida dos recursos pecuniários existentes — e paralelamente aos cursos realizados em colaboração com o SENAC — promoveu uma ampla campanha educativa junto a empresários, abrangendo 39 cidades localizadas no roteiro das principais estradas de rodagem do Estado. Duas centenas de restaurantes, churrascarias, hotéis e motéis mais procurados pelos turistas nas regiões Litorânea, Sudoeste, Oeste e Sul do Estado, ouviram de representantes da Paranatur sugestões para como melhorar seu atendimento, oferecendo novos atrativos e melhorias indispensáveis, bem assim recomendações — verbais e escritas — no que toca às condições de higiene locais.

Este trabalho foi feito com a colaboração da Secretaria de Saúde Pública.

Promoção Nacional

Utilizando os veículos de comunicação de massa — imprensa, rádio, televisão e «out-doors» — a PARANATUR procurou, nos seus sete meses de atividade, chamar a atenção do país para, principalmente, pontos turísticos valiosos, legítimas maravilhas da natureza localizada no Paraná, e cuja importância era, até então, apenas avaliada pelos paranaenses. Isto sem implicar esquecimento dos valores tradicionais, os quais — por sua notoriedade — são naturalmente procurados pelos turistas (Foz do Iguaçu e Vila Velha).

Descobrimo para os brasileiros e mesmo para os estrangeiros atingidos por êsse trabalho agora sistemático de divulgação, a importância histórica de Morretes, Lapa, Antonina e Paranaguá; a paisagem ímpar das Sete Quedas (Guaíra) e o roteiro inconfundível das praias, além de estâncias hidro-minerais, grutas de Bacaitava (Colombo) e Campinhos, a PARANATUR conseguiu «vender» nacionalmente a imagem de um Paraná de grande apêlo turístico e cuja importância, nêsse capítulo, não se circunscreve aos pontos espontaneamente cobertos pelas veículos de comunicação.

Jornais e revistas de todo o país responderam, assim como

emissões de rádio e de televisão, à campanha da PARANATUR, inserindo em suas páginas especializadas e em seus noticiosos de maior audiência, informações e matérias descritivas de nossas possibilidades turísticas. Os suplementos de turismo dos grandes órgãos da imprensa do Rio e São Paulo, destacadamente, e sem qualquer ônus para a PARANATUR, passaram a oferecer a seus milhares de leitores esta nova visão de um Paraná para o qual a Natureza foi muito generosa.

Ao mesmo tempo, a PARANATUR procurou atender — no mais curto prazo possível — às solicitações de agências de viagens, hotéis, emprêsas de turismo e turistas, elaborando folhetos ilustrados (Lapa, Morretes, Paranaguá, Antonina, Foz do Iguaçu, Guaíra), com texto ilustrativo e informativo (em inglês e português). A publicação do material, indispensável e imprescindível, representa a primeira parte de um programa de divulgação que a PARANATUR vem elaborando laboriosamente e que compreenderá, numa segunda etapa, a edição de um Guia Turístico do Paraná, o qual conterà tôdas as informações históricas e atuais sôbre nossos pontos turísticos. Os folhetos iniciais, a que nos referimos acima, representam edição de 35 mil exemplares, remetidos a agências de viagens de todo o país, juntamente com amplo material informativo das realizações do Governo no campo da educação, energia elétrica, crédito imobiliário, etc.

Levantamento Completo

Em colaboração com a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, a PARANATUR promoveu um completo levantamento dos valores históricos e belezas naturais do Estado. Na primeira etapa, foram atingidos Foz do Iguaçu, Lapa e Morretes; a seguir, Paranaguá e Antonina, além das grutas de Campinhos e Bocaiuva, e Águas de Santa Clara. Outrossim, as sucessivas reuniões e encontros com agentes de viagens do Paraná e de outros Estados serviram para estabelecer a inclusão de pontos turísticos em seus roteiros, tomando como polos naturais de atração Curitiba, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Paranaguá.

Como consequência desse levantamento preliminar — que

serviu como uma espécie de radiografia de nossas possibilidades turísticas, apontando os elementos básicos para quaisquer trabalhos futuros — a PARANATUR pode hoje creditar a seu empenho: a ligação asfáltica de Vila Velha à Rodovia do Café, realizada pela Setran, órgão que também construiu o kartódromo de Vila Velha, duas antigas reivindicações de todos quantos se preocupam com o turismo no Paraná e que, por motivos vários, vinham sendo sucessivamente postergadas; Vila Velha — a cidade de rochas, é, no momento, objeto de estudos que indicarão as condições ideais para que lá se ergam um motel e um hotel, além de «camping», êste a ser inaugurado no início de 1970.

Em Foz do Iguaçu, a PARANATUR promoveu, de início, uma vistoria em todos os estabelecimentos hoteleiros, abrangidos também os hotéis e motéis das cidades circunvizinhas, oferecendo-lhes sugestões várias, destacadamente ao Hotel das Cataratas que, melhorando suas condições operacionais, poderá imediatamente adquirir condições de hotel internacional. Por outro lado, o Hotel Cassino, pertencente ao patrimônio do Estado, deverá ser incorporado ao patrimônio da PARANATUR, tendo sido objeto de estudos para que a competente licitação pública se processe para a venda. Sobre a medida em questão, já se pronunciou, favoravelmente, o Conselho Paranaense de Turismo.

A exploração adequada das possibilidades turísticas de nosso litoral é uma das preocupações maiores da PARANATUR. Neste capítulo, as praias — particularmente as de Caiobá e Matinhos — mereceram maiores atenções. Como os prefeitos dos municípios litorâneos a PARANATUR promoveu encontro, cuja tônica foi a necessidade de um levantamento detalhado dos serviços de infra-estrutura necessários, sem os quais torna-se contraproducente qualquer campanha em busca do turista. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento — presente ao encontro através representante do distrito local — comprometeu-se a promover estudos com vistas ao saneamento da orla marítima, recebendo a PARANATUR, por outro lado, delegação dos prefeitos litorâneos para efetuar as necessárias demarches junto aos órgãos estaduais e federais para a solução dos problemas ventilados. O que, na verdade, vem sendo feito.

A estância hidro-climática de Águas de Santa Clara não foi esquecida neste «tour de force» aguardando a PARANATUR a conclusão da obra de infra-estrutura rodoviária que permitirá a pavimentação do acesso a rodovia Três Pinheiros-Pato Branco àquele ponto turístico. Ao mesmo tempo, as instalações locais, inclusive as do hotel existente, sofrem as remodelações necessárias à grande empreitada em busca do turista.

Participação em Congressos

Embora o mais jovem dos organismos estaduais de turismo, a PARANATUR tem sido constantemente requisitada a prestar sua colaboração em congressos, reuniões e encontros — de âmbito regional e nacional — em que o turismo, nos seus diversos aspectos e dimensões, é o tema básico. Assim ocorreu no início deste mês, quando a PARANATUR participou do II Congresso Interestadual de Turismo, em Natal (Rio Grande do Norte) oferecendo sua experiência, particularmente no campo da legislação turística, vendo, nesse sentido, diversas teses suas aprovadas naquele Congresso.

Certa de que turismo, no país, deve representar um esforço conjugado, somando esforços e explorando os roteiros de forte apêlo turístico que se interligam por motivações comuns, a PARANATUR convocou e hospedou em Curitiba, no mês de novembro último, os dirigentes dos órgãos estaduais de turismo do Sul, reunião que teve ainda a presença de representantes do BRDE, BADEP e SUDESUL. Do encontro — cujo temário todo destacava a importância de um plano regional de turismo — nasceu um protocolo compromisso que implicará a realização de estudos altamente técnicos pelos três Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com vistas a um plano regional de turismo. A secretaria-executiva, a quem caberá a coordenação e orientação dos trabalhos, foi confiada à PARANATUR.

Mais recentemente, de 16 a 18 do corrente, e como consequência do encontro anterior, a PARANATUR esteve presente, em Porto Alegre, ao I Encontro de Turismo da Região Sul, convocado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Na reunião ficou definitivamente assentado o levantamento do Pla-

no Regional de Turismo, tendo a PARANATUR assinado convênio com a SUDESUL, através do qual este organismo fornecerá os meios adequados aos estudos imprescindíveis, e cujo início está previsto para janeiro próximo.

Organizando a representação do Paraná em colaboração íntima com o BADEP e a Casa Civil do Governo do Estado — a Festa dos Estados, em Brasília, popularmente conhecida por «Festa do Candango», promovendo exposições itinerantes de obras de artes de nossos artistas plásticos no Hotel das Cataratas — em Foz do Iguaçu; enviando farto e variado material de divulgação para os congressos internacionais do Lions Clube e da ASTA (Agências de Viagens), realizados este ano, em Tóquio; acionando todos os meios ao seu dispor para a materialização do convênio firmado entre os Governos do Paraná e São Paulo com vistas à divulgação dos pontos turísticos de ambos os Estados, a PARANATUR fez-se presente, em sete meses de existência, a todos os setores de atividades relacionados à sua missão básica e pelos quais sua participação foi requisitada.

Na Feira da Providência

Uma menção toda especial cabe aqui à participação do Paraná na Feira da Providência, a mostra que anualmente se realiza no Rio, com finalidades filantrópicas e na qual todo o Brasil se faz presente. A PARANATUR, em estreita vinculação com o BADEP e Casa Civil do Estado, ofereceu sua contribuição, na montagem e coordenação do «stand» do Paraná, onde, a par de produtos típicos do Estado — postos à venda em favor da Feira — milhares de brasileiros tomaram contato com as realizações do Governo do Estado, através material de divulgação, «slides» e painéis que falaram da pujança do novo Paraná.

Conselho Nacional de Turismo

Decorridos apenas dois meses de sua instalação, a PARANATUR trazia a Curitiba os membros do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) — o órgão normativo e fiscalizador da atividade turística em âmbito nacional, além de dirigentes da

EMBRATUR. Sob a presidência do então Ministro da Indústria e Comércio, general Edmundo Macedo Soares e Silva, o CNTUR reuniu-se em Curitiba com a finalidade de apreciar várias propostas de financiamentos à indústria turística, ocasião em que foi firmado convênio com o BADEP para financiamentos à mesma atividade. Presidida pelo Ministro da Indústria e Comércio e com a presença do Governador do Estado, a reunião do Conselho Nacional de Turismo foi sobremaneira honrosa para o Paraná, porque destacou ser aquela a segunda vez que o CNTUR deslocava-se de sua sede — Rio de Janeiro — para realizar tarefa semelhante.

Conselho Estadual de Turismo

A instalação do Conselho Paranaense de Turismo (CPTUR) foi fato da maior importância, significando o início de uma fase de novas perspectivas para a atividade turística no Paraná. Presidido pelo secretário de Governo, o CPTUR — constituído pelo superintendente da PARANATUR, secretários de Transportes e Educação e Cultura, e de representantes das Federações do Comércio e do Comércio Varejista e das Federações da Indústria e Agricultura — realizou sua tarefa de órgão normativo e orientador da política de turismo no Estado, com alto tirocínio e inquestionável visão.

Há que se destacar a aprovação do quadro funcional e o regulamento da PARANATUR — exigências da mecânica administrativa —, passo importante para o pleno funcionamento da Empresa Paranaense de Turismo, dentre as decisões do Conselho Paranaense de Turismo, bem assim a aprovação da Exposição Aqui se Trabalha (mostra que se realizará em março próximo em Curitiba, reunindo pavilhões de municípios de todos os quadrantes do Estado, para testemunhar a obra administrativa do atual Governo.

«Camping» e Construção de Hotéis

Reconhecendo repousar a dinâmica do turismo em obras infra-estruturais indispensáveis, a PARANATUR norteia sua ação no sentido da implantação de uma indústria hoteleira apta a atender o turista mais exigente. Assim, graças ao em-

penho da Empresa Paranaense de Turismo duas dezenas de projetos de construção de hotéis e motéis foram encaminhados à EMBRATUR, solicitando a concessão de financiamentos à conta dos incentivos fiscais, dois dos quais — um em Foz do Iguaçu e outro em Curitiba, já aprovados. Os demais encontram-se em vias de receber um parecer definitivo da EMBRATUR.

Enquanto procura interessar o empresariado na ampliação da indústria hoteleira paranaense, a PARANATUR promove a implantação das unidades de «camping» no Paraná. São áreas verdes, adrede preparadas para a recepção do turista, vantajosas sob o aspecto financeiro, e que democratizam as oportunidades de fazer turismo. O «camping», sua implantação no Paraná, no maior número possível de unidades e atendendo aos locais de maior importância em nosso contexto turístico — é meta prioritária da PARANATUR.

Como consequência do empenho da Empresa Paranaense de Turismo, a Prefeitura de Matinhos, assinou recentemente, convênio com o Camping Clube do Brasil, encarregando-se da administração das unidades que lá está sendo construída e que representará, brevemente, um sensível alívio àquela municipalidade no capítulo da hospedagem dos turistas. Outras unidades de «camping» serão próximamente, implantadas em território paranaense, cumprindo esta meta da PARANATUR; o de Vila Velha, a que nos referimos já anteriormente; o do Parque Castelo Branco; o de Londrina e o de Maringá. Outras Prefeituras, de diversas regiões, estão sendo interessadas a enganjar-se neste programa capitaneado pela PARANATUR, a que vê no campismo uma solução simples, econômica e vantajosa para solução do grave problema de hospedagem. O «camping» de Foz do Iguaçu, iniciativa particular, estará funcionando nos próximos dias.

Guaira e Sete Quedas

Acostumada ao esquecimento a que fôra relegada pelas anteriores administrações estaduais, Guaira viu com surpresa a reunião que lá promoveu a PARANATUR com a presença das lideranças do município, para ouvir as reivindicações da cidade, com vistas a integrar Sete Quedas ao complexo turístico estadual.

Levando até Guaíra, para o encontro, representantes da TELEPAR e da Secretaria dos Transportes, a PARANATUR conseguiu traçar, com os delegados daqueles órgãos estaduais e dirigentes municipais, uma nova política de turismo para a cidade. Ligação telefônica com o resto do Estado e implantação primária do trecho rodoviário Cascavel-Guaíra, velhas reivindicações de Guaíra, se tornaram, na ocasião, próximas da realidade, graças ao contato «in loco» propiciado pelo encontro, que forneceu ainda novos elementos à PARANATUR para a edição de material de divulgação nacional da antiga «Ciudad Real».

Seis Meses de Realizações

Em linhas gerais, esta exposição fornece os elementos para aferição de um trabalho diuturno nestes sete meses de existência da PARANATUR — com vistas à formação de uma verdadeira mentalidade turística entre nós, e para o qual, órgãos públicos e iniciativa privada foram convocados e estão fornecendo sua cota de ativa participação.

Reconhecemos que as limitações naturais provocadas pela exiguidade do tempo, e as dificuldades que acompanham uma realização pioneira, tiveram peso ponderável na ação da PARANATUR, sem no entanto, toldar os caminhos traçados pela atual administração estadual. Prova disso é tudo o que mencionamos neste Relatório, atestado eloqüente da seriedade com que o Governo está encaminhando o problema do turismo, fazendo pela chamada indústria sem chaminés — em sete meses o que jamais chegou, sequer, a ser planejado pelas administrações anteriores.

Assim vemos encerrar o ano de 1969 com um saldo altamente favorável, superando as expectativas e fornecendo a todos quantos vêem no turismo uma forma de promoção econômica, as linhas mestras de uma política que quer trazer o mundo ao Paraná, vendendo seus pontos de atração internacionalmente conhecidos, e a imagem de um Estado que se preocupa com o homem em tôdas as suas dimensões.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Importantes acontecimentos marcaram, no setor da educação e cultura, o ano de 1969, que se encerrou em dezembro último com a realização do I Simpósio de Ensino do Paraná-SENPAR.

Criado pelo Decreto nº 17.145, de 5 de novembro de 1969, êsse Simpósio tem como objetivos principais discutir os resultados obtidos nas atividades educacionais desenvolvidas no Estado, conscientizar professôres para as reformulações do ensino que se fizerem necessárias e recomendar as medidas para a sua implantação.

A preocupação de reformulações profundas foi, aliás, a tônica do ano que passou no campo da educação, onde a necessidade de constante atualização não decorre sômente de novas diretrizes federais para ajustar a educação às exigências do desenvolvimento global do país, mas também das rápidas mudanças que se operam na estrutura da comunidade paranãense em virtiginoso processo de crescimento e de diversificação.

Interiorização

A valorização do homem do interior que é ponto alto da programática do atual Governo foi levada a sério pelo setor público de sorte a estender às cidades mais longínquas do Estado as possibilidades culturais até então restritas quase que sômente à Capital.

Nesse sentido vale ressaltar, no programa de reforma e estruturação do ensino superior, a criação, em 6 de novembro de 1969, pela Lei nº 6.034, das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá e da Federação das Escolas Superiores Estaduais, em Curitiba, bem como a transformação

da Superintendência do Ensino Superior em autarquia e a instituição do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa.

Vale lembrar ainda o Decreto nº 16.256, de 15 de agosto de 1969 que instituiu a Fundação Faculdade Estadual de Agronomia «Geremias Lunardelli», em Apucarana, Norte do Paraná, primeira escola a se enquadrar nas normas dos Conselhos Federal e Estadual de Educação e igualmente a primeira do interior para a formação de agrônomos.

Com o mesmo caráter de interiorização do ensino superior foi criado, pela Lei nº 6.032, de 5 de novembro, o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá, também primeira escola de engenharia operacional fora da Capital.

Vários decretos foram baixados fixando o estatuto da Fundação do Paraná Central (Faculdade de Medicina de Ponta Grossa); estabelecendo a composição dos Conselhos de Curadores das Faculdades de Agronomia, de Apucarana; de Filosofia, de Maringá; de Filosofia, de Cianorte e de Ciências Econômicas e de Administração de Ponta Grossa; preenchendo vagas de diretores de várias Faculdades do interior e criando duas comissões: uma para elaborar a divisão do Estado em distritos geo-educacionais e outra para elaborar projeto de uma Faculdade de Educação em Curitiba,

O reconhecimento da necessidade de dar ao professorado um tratamento compatível com a relevância de sua missão ficou consubstanciado no Estatuto do Magistério, grande conquista que a classe há muito tempo esperava.

Professorado

O Estatuto do Magistério entrou em vigor através da Lei nº 5.879, de 6 de novembro de 1968, que instituiu o Quadro Próprio do Magistério. Como decorrência dessa exigência legal foi estabelecida nova Lei de Classificação de Cargos (Lei nº 5.957, de 21 de junho de 1969) dispondo sobre o Quadro Próprio do Magistério e fixando as diversas carreiras de pessoal técnico e docente.

Seguiram-se a êsse ato, o Decreto estabelecendo novo regime de concessão de licença especial (Dec. nº 16.374, de 3 de setembro de 1969) e o que regulamenta o sistema de desig-

nações de diretores de estabelecimentos de ensino primário e médio (Dec. n° 14.342, de 24 de fevereiro de 1969). Pelo novo sistema, os cargos de direção desses estabelecimentos são providos através de lista triplíce, organizada pelas respectivas congregações.

Finalmente, mediante o Decreto n° 17.125, de 3 de novembro de 1968, ficou disciplinado o processo de remoções do pessoal do magistério, através de um sistema de concurso.

Todos esses atos foram reunidos na súmula «Direitos e Deveres do Professor Paranaense», publicada pela Secretaria de Educação e Cultura e distribuída entre os interessados.

O aperfeiçoamento da rede do ensino primário estadual se traduziu por uma série de medidas de caráter administrativo e pedagógico do maior alcance.

Além da criação de novos Grupos Escolares, a Secretaria de Educação firmou convênios com 212 municípios para pagamento de professores da rede municipal e estadual do ensino primário, no valor global de NCr\$ 1.271.516,20, com recursos provenientes do Plano Nacional de Educação.

A introdução do calendário agrícola adaptado às exigências do sistema estadual de ensino representou uma inovação revolucionária que faz do Paraná vanguardeiro no setor, concorrendo para reduzir o índice de evasão escolar e inclusive de repetência, uma vez que agora as crianças matriculadas em escolas da zona rural dispõem de um ano-letivo ajustado às particularidades de seu meio ambiente.

Um grupo de trabalho foi encarregado do levantamento estatístico com a finalidade de estudar a carência de professores da rede escolar primária do Estado tendo em vista o concurso para o ingresso na carreira de professor.

A Lei n° 5.871, de 6 de novembro de 1968, determinou que o cargo de professor fôsse provido mediante concurso, realizado em duas fases, no que se refere ao professor primário. A primeira fase foi efetivada durante o ano findo, através da realização da prova didática, isto é, um estágio de 100 dias letivos. Os dados recolhidos atestam que 5.704 candidatos se inscreveram tendo sido atendidos no primeiro semestre 808 escolas, com 3.803 classes e 106.844 alunos e no segundo semestre 559 escolas, com 1.901 classes e 38.197 alunos.

A prova didática desse concurso, como instrumento de

seleção dos candidatos, foi muito satisfatória, permitindo avaliar não só a adequada formação pedagógica dos estagiários como também sua assiduidade, pontualidade, espírito de cooperação, senso de responsabilidade, cultura geral e relacionamento humano.

Pesquisas Educacionais

Está em funcionamento em Curitiba a Comissão Estadual do Livro Técnico e do Livro Didático, com estrutura ainda constituída por um Centro Demonstrativo de Material Didático e Pedagógico, com uma biblioteca de 8.000 livros destinados à consulta de professores primários. Durante o ano de 1969 foram realizados cursos para avaliação e utilização do livro técnico com a finalidade de introduzir nova metodologia e criar no professor primário uma nova mentalidade em relação ao livro texto.

Pelo setor de estudos e pesquisas educacionais, a Secretaria de Educação vem acompanhando as modificações introduzidas no ensino primário do Estado pelo Decreto nº 10.290/62 e pela Lei nº 4.978/64 quanto à extensão da escolaridade primária e à matrícula de crianças de seis anos de idade na 1ª série, bem como dando continuidade à experiência de promoção automática, autorizada pela Portaria nº 13.481/68, conforme o conceito de promoção por avanços progressivos, segundo os níveis de escolaridade. Neste último aspecto, foram orientados os trabalhos de aplicação de prova de escolaridade, no início do corrente ano letivo com o objetivo de reagrupar os alunos em classes homogêneas e diagnosticar dificuldades, em Linguagem e Matemática, de cada aluno.

Outro trabalho de relevância, tendo em vista acompanhar a Reforma do Ensino Primário e a possibilidade de aprendizagem das crianças que iniciam o curso primário com seis anos de idade, foi a realização de pesquisas objetivando relacionar a idade cronológica das crianças com o rendimento escolar.

Durante o ano de 1969 foram realizados cursos de aperfeiçoamento e simpósios de ensino em 106 municípios, nos quais o professor foi sempre eixo central das atividades, tendo em vista a educação da infância e da adolescência, como parte do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário que

tem como uma de suas finalidades básicas a capacitação dos professores não titulados, em número ainda considerável no Estado.

Cultura Física

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento da cultura física dos alunos inscritos na rede de ensino estadual pode ser aquilatado pelo grande número de competições realizadas no decorrer de 1969, a saber: Jogos Colegiais Regionais em Ponta Grossa e Jacarèzinho; Jogos Colegiais do Paraná; Jogos Estaduais Brasileiros, realizado em Niteroi; Jogos Abertos do Paraná, em Cornélio Procópio; IX Concurso de Fanfarras Estudantis, também em Cornélio Procópio; XIV Jogos Estudantis da Primavera, em Ponta Grossa; III Jogos da Primavera de Umuarama; Jogos Primários de Ponta Grossa; Jogos Infantis de Curitiba; Jogos da Primavera do Colégio Estadual Rio Branco, em Curitiba; IV Jogos Abertos da Primavera de Toledo; I Jogos Infantis de Jacarèzinho; I Campeonato Estudantil de Judô, em Araçongas; IX Jogos da Primavera da União da Vitória; III Jogos Estudantis do Norte Pioneiro, em Cambará e Jogos Estudantis de Palmas.

Em todos êsses certames o Govêrno do Estado forneceu assistência técnica, material, prêmios e em muitos dêles inclusive passagens para os estudantes participantes.

Artes Plásticas

O ano de 1969 caracterizou-se por intensa atividade cultural promovida por iniciativa do Departamento de Cultura e de outras instituições oficiais que atuam dentro da jurisdição da Secretaria de Educação e Cultura.

No setor de artes plásticas merece destaque o XXIV Salão Paranaense de Belas Artes, levado a efeito no mês de dezembro, com considerável número de participantes. Em meio foi inaugurado o Atelier Livre de Gravura e Escultura, na sede do Departamento de Cultura, com amplas possibilidades para o aprendizado e o aperfeiçoamento de técnicas até então inacessíveis aos artistas paranaenses. Também merece referência o Salão do Mar, realizado em Paranaguá e o Salão de Artes Plásticas para Novos, levado a efeito em Curitiba.

Estão sendo tomadas as providências adequadas para a organização e instalação, já em princípios de 1970, do Museu de Arte do Paraná, que deverá reunir o acervo artístico existente atualmente.

Música

Além de manter uma Escola de Música, o Departamento de Cultura realiza anualmente o Curso Internacional de Música e o Festival de Música de Curitiba, considerados os dois mais importantes empreendimentos culturais realizados em nosso Estado.

O 5º Curso Internacional de Música do Paraná, realizado de 4 de janeiro a 6 de fevereiro de 1969, contou com a assessoria da Pró-Música e colaboração do Conselho Federal de Cultura, Itamarati, Universidade do Paraná, Prefeitura de Curitiba, Goethe-Institut, Consulado Geral da França em São Paulo. Participaram 326 alunos, que tiveram professores vindos da Alemanha, Estados Unidos, França e Argentina, além de categorizados mestres brasileiros.

Paralelamente ao Curso realizou-se o 4º Festival de Música de Curitiba durante o qual cêrca de 17.000 pessoas assistiram a 24 concêrtos. O repertório apresentou 15 primeiras audições, destacando-se o «Te Deum Laudamus», obra do autor brasileiro Luiz Alvares Pinto, de 1719-89, recentemente descoberta em Recife.

Durante o ano, foram promovidas audições de música coral, destacando-se o concêrto realizado em Brasília pela Camerata Ars Nova, com obras de Heitor Villa-Lobos, numa homenagem ao mestre no décimo ano de seu falecimento.

O Festival Folclórico Internacional, a maior festividade popular do Paraná, realiza-se em agôsto como parte das comemorações do dia internacional do folclôre, atraindo milhares de espectadores que não se cansam de apreciar as danças e a música dos grupos étnicos, oriundos da imigração estrangeira e que continuam a cultivar no Paraná as tradições de suas pátrias de origem.

Patrimônio Histórico

No setor do patrimônio histórico, artístico e paisagístico

prosseguem as restaurações de edificações do período colonial. O belo templo da Ordem III de São Francisco das Chagas (1784) está com os trabalhos adiantados, enquanto a Igreja de São Benedito foi totalmente restaurada em 1967.

Foram realizadas pesquisas sobre a vida e a obra dos historiadores paranaenses Romário Martins, Rocha Pombo, Moyses Marcondes e Ermelino de Leão.

Estão em processo de tombamento o Teatro Santa Isabel, na cidade da Lapa e o antigo Moinho de Mate, para organização do futuro Museu do Mate, no Distrito de Rondinha (Campo Largo), no Km 18 da Estrada do Café.

Através da Casa de Alfredo Andersen foram realizadas em 1969 a Semana de Estudos e Ciclo de Palestras sobre Arte e Educação; Concurso de Contos para estudantes de grau médio; concurso de textos para o Teatro de Fantoques e o Teatro Folclórico de Fantoques.

Biblioteca

Na Biblioteca Pública do Paraná várias inovações de importância foram introduzidas no curso do ano que passou. Foram inaugurados o Museu da Imagem e do Som, a Sala de Livros em Braille e a Sala de Jogos Educativos, sendo ainda aberta ao público a Discoteca, com aparelhagem moderna de som, bem como discos e fitas gravadas.

O movimento na Biblioteca pode ser aquilatado pela estatística até outubro do ano passado:

Leitores inscritos	9.057 (Novos)
Livros consultados	509.539 "
Livros emprestados	209.451 "

O carro-biblioteca visita nove bairros da Capital, com bastante resultado. As duas sucursais da Biblioteca Pública do Estado, no Bacacheri e Portão, atuam eficientemente naqueles bairros, inclusive com empréstimos domiciliar. O Centro de Treinamento é utilizado especialmente para estágios de encarregados de biblioteca da Capital e do interior.

O acervo da Biblioteca do Estado ascende a 102.193 volumes, incluindo livros, revistas, jornais, folhetos, diafilmes, dispositivos, filmes, mapas, partituras, discos e manuscrito.

Museu Paranaense

O valioso patrimônio de peças históricas pertencentes ao acervo do Museu Paranaense exige cuidados permanentes. A instituição estava mal instalada, em prédio que não oferecia requisitos essenciais quer para conservação, quer para exposição e visitas.

Em meados do corrente ano o Museu estará com novas instalações, no antigo edifício da Prefeitura de Curitiba, cedido ao Estado, mediante convênio; reparações e melhorias serão realizadas no referido edifício, que já constitui, por si só, um imóvel histórico, a fim de permitir que o Museu Paranaense ali se instale de maneira adequada para continuar a prestar os grandes serviços à cultura nos seus quase cem anos de existência (foi fundado em 25 de setembro de 1876).

O Museu Paranaense participou, em 1969, da promoção «Tempo de Cultura» que visa a interiorizar a cultura, levando a várias cidades um valioso material de exposição ligado a distintas épocas do passado paranaense, para conhecimento das novas gerações e das novas correntes de população que se fixam no interior do Estado.

Nos últimos quatro anos, apesar da precariedade das atuais instalações, foi o seguinte o movimento de visitantes:

1966	3.051
1967	12.777
1968	21.170
1969	18.261 (até outubro)

Teatro Guaira

Com sua inauguração prevista para fins do corrente ano, constitui capítulo a parte a aceleração das obras do Teatro Guaira, que deverá ser um dos maiores do Brasil.

O Auditório Salvador de Ferrante, também chamado Pequeno Auditório, já em funcionamento há alguns anos, tem sido um propulsor da cultura, com várias realizações e programas anuais, entre os quais cabe ressaltar, em 1969, as peças montadas pelo Teatro de Comédia do Paraná: «O Santo e a Porca», de Ariano Suassuna e «O Livro de Cristovão Co-

lombo», de Paul Claudel, ambas para adultos, e «Romão e Julinha», de Oscar von Pfühl e «O Príncipe da Meia Noite», de Léa Benvenuto, ambas infantis; apresentações do Curso de Danças Clássicas do Teatro Guaira no I Festival Paranaense de Ballet; apresentações do Curso Permanente de Teatro e apresentações do Corpo de Baile, não só na Capital, como no interior do Estado.

Várias companhias teatrais se apresentaram no Pequeno Auditório, a saber: Grupo Elmo do Círculo Militar do Paraná; R. L. Rodrigues Produções, Companhia Dramática Independente, Companhia Paulo Autran, Companhia Maria Della Costa, Teatro Princesa Isabel, Teatro Oficina, Teatro de Equipe da Guanabara, Teatro de Câmera Alemão, Teatro Princesa Isabel (segunda apresentação), Teatro de Equipe da Guanabara (segunda apresentação), Teatro Santa Rosa e recitais de Rubens de Falco e de Turíbio Santos.

O total de espectadores a essas apresentações ascendeu a 37.617.

Além disso, o Teatro Guaira prestou apoio a grupos profissionais e de amadores: Conjunto Amadores de Teatro de Jacarèzinho, SEISNART, Teatro Jovém do Paraná, Circo Queirolo, Escala Laboratório de Cultura, Gruta, Companhia Dramática Independente e Teatro Ensaio.

Tendo em vista a próxima conclusão das obras do Grande Auditório e a expansão de suas atividades, o Governo do Estado transformou o Teatro Guaira em fundação, pela Lei nº 6.049, de 3 de dezembro de 1969. De acôrdo com o Estatuto da Fundação Teatro Guaira, também já aprovado, êle se compõe do Conselho Deliberativo, Diretoria, Departamentos, Serviços e Assessorias. Os diretores terão mandato por três anos e o pessoal empregado será regido sob regime da legislação trabalhista. A Diretoria Técnica compreende: Teatro de Comédia do Paraná, Corpo de Baile, Biblioteca e Publicações, Curso de Danças Clássicas, Coral, Orquestra, Curso Permanente de Teatro e Curso de Formação Vocal.

Tempo de Cultura

A promoção «Tempo de Cultura», iniciada em março do ano findo, com o objetivo de interiorizar as atividades cultu-

rais, foi levada às cidades de Ponta Grossa, Fóz do Iguaçu, Palmas, União da Vitória, Maringá, Londrina, Bela Vista do Paraíso, Jacarèzinho e Campo Mourão. Excepcionalmente, realizou-se também uma apresentação em Assunção, Paraguaçu, como iniciativa amistosa de intercâmbio com a República vizinha.

A promoção compreende exposição de artes plásticas, palestras e mostras sôbre o patrimônio histórico a cargo do Museu Paranaense, recitais de canto, concertos de canto coral, espetáculos de ballet, biblioteca ambulante, cursos de xilogravura, pintura para crianças, conferências diversas, exposições fotográficas, distribuição de livros doados pelo Instituto Nacional do Livro.

Concurso de Contos

Consolidando uma iniciativa que projetou o Paraná no cenário das letras brasileiras, foi promovido em 1969 o 2º Concurso Nacional de Contos com o objetivo não só de revelar novos valores mas inclusive revitalizar um gênero literário que, desde Machado de Assis, projetou grandes talentos nacionais.

O primeiro concurso, que confirmou no país as qualidades de contista de Dalton Trevisan, atraiu concorrentes de todos os Estados. Em 1969 sua penetração estendeu-se ao Brasil inteiro, com cêrca de mil participantes.

Os trabalhos concorrentes foram selecionados e julgados por uma comissão de alto nível, constituída pelos escritores Raymundo Magalhães Junior, Odylo Costa Filho, Antônio Cândido, Fausto Cunha e Temístocles Linhares. A maior lãurea — o Prêmio Paraná — coube a Rubem Fonseca. Outros prêmios revelaram ou confirmaram as qualidades literárias de jovens autores paranaenses e brasileiros.

Ao todo, foram distribuídos trinta e seis mil cruzeiros novos em prêmios, o que coloca o Paraná como um dos Estados que maior incentivos está oferecendo às letras brasileiras.

Por ocasião da entrega dos prêmios, por três dias consecutivos, realiza-se em Curitiba, paralelamente ao Concurso Nacional de Contos, o Seminário Nacional de Literatura (foi o segundo em 1969) com participação de intelectuais brasileiros de vários Estados e cêrca de 400 participantes inscritos em 1969.

Em novembro do ano passado foi lançado o III Concurso Nacional de Contos, em novas bases, visando valorizar o escritor paranaense, para o qual foi criado um prêmio especial.

O total da premiação subirá, desta vez, a cinquenta e quatro mil cruzeiros novos.

Atividades da Fundepar

No decurso de 1969, a FUNDEPAR preencheu um papel dinâmico para a execução da política educacional do Estado. Cêrca de 20.000 crianças e jovens, em tôdas as regiões do Paraná, vão se beneficiar com os empreendimentos no setor da expansão da rêde escolar, mediante a incorporação de mais de 250 salas de aula, resultantes de novos estabelecimentos de ensino ou da ampliação dos existentes.

Expansão da Rêde Escolar

Nas obras de expansão da rêde escolar, somando-se as obras de construção, ampliação e reparos, foram investidos NCr\$ 3.301.820,23, recursos provenientes do Fundo Estadual do Ensino e, no caso das obras desenvolvidas na área do ensino primário, também da quota-parte estadual do salário-educação. A ação da FUNDEPAR, porém, não se limita à expansão da rêde escolar.

Esforços e recursos foram concentrados em setores destinados a aprimorar os padrões do ensino, elevando os níveis qualitativos do sistema educacional paranaense. A FUNDEPAR também atua no setor da cultura, financiando ou promovendo empreendimentos que colocam o Paraná em posição de destaque no cenário nacional.

Ensino Primário

No setor do ensino primário foram investidos NCr\$ 1.486.056,18 em obras de construção de novas escolas. Mais NCr\$ 731.085,03 foram destinados à ampliação de escolas existentes. Em reparos, foram gastos NCr\$ 388.850,40. NCr\$ 460.400,00, foram aplicados pela FUNDEPAR para equipar as

novas escolas ou reequipar as já existentes: mobiliário, máquinas de escrever, mimeógrafos e outros tipos de equipamento figuram nesse item. NCr\$ 673.000,00 foram gastos com a aquisição de material didático distribuído aos escolares de todo o Paraná, incluindo-se centenas de milhares de cartilhas, dois milhões de cadernos, lápis, réguas, borrachas, à rede escolar para excepcionais foram destinados NCr\$ 300.000,00. NCr\$ 150.000,00 foram dedicados à alfabetização de adultos e adolescentes. Nos programas de aperfeiçoamento dos professores do ensino primário foram gastos NCr\$ 361.000,00. No desenvolvimento da Campanha de Educação Sanitária com a impressão de 300.000 cartilhas para distribuição aos escolares e álbuns especiais para uso em classe, além de material complementar, foram gastos NCr\$ 285.000,00. Nos programas de recuperação dos alunos com média insuficiente no ano letivo foram aplicados NCr\$ 100.000,00. NCr\$ 80.000,00 foram canalizados como auxílio às Inspetorias Regionais de Ensino. NCr\$ 60.000,00, foram gastos com o desenvolvimento de programas de educação física e desportos.

Ensino Médio

No setor do ensino médio, a ação da FUNDEPAR se concentra no financiamento de grandes obras, tais como o Instituto de Educação do Paraná, onde foram aplicados NCr\$ 800.000,00. No Centro de Treinamento do Magistério foram investidos NCr\$ 280.000,00. Para equipar ou reequipar os estabelecimentos de ensino médio (mobiliário, laboratórios, oficinas, máquinas de escrever, mimeógrafos), a FUNDEPAR utilizou NCr\$ 100.000,00. Autorizou também a utilização de NCr\$ 3.489.626,33, arrecadados pelos próprios estabelecimentos de ensino através da cobrança de anuidades escolares, e utilizados em benefício dos próprios alunos, através de melhorias nas instalações escolares, no equipamento didático, assistência social e atividades extra-curriculares.

Ensino Superior

No setor do ensino superior, a FUNDEPAR concedeu NCr\$ 70.000,00 aos universitários paranaenses, na forma de bolsas

de estudo. Igual importância foi concedida como auxílio às escolas estaduais de ensino superior.

Pesquisa e Planejamento Educacional

Entre as mais importantes atividades da FUNDEPAR, no ano de 1969, situa-se a atualização do cadastro escolar, mediante o processamento eletrônico, pelo CELEPAR, de cem mil cartões que registram todos os dados e elementos estatísticos da estrutura educacional paranaense. Ao mesmo tempo, equipes de especialistas mobilizados pela FUNDEPAR, desenvolveram trabalho de campo destinado à atualização correspondente ao ano de 1970. O cadastro escolar mantido pela FUNDEPAR forneceu os principais subsídios para a elaboração do anteprojeto do Plano Estadual de Educação, aprovado em dezembro de 1969 pelo I Simpósio do Ensino do Paraná, movimento de conscientização coletiva que colocou o Paraná em condições de assumir a vanguarda da planificação educacional no País.

Estímulo à Cultura

No que tange às atividades desenvolvidas no setor da cultura, merecem destaque a concessão de recursos para promoções, como o Curso e o Festival Internacional da Música, o Concurso Nacional de Contos e o Seminário Nacional de Literatura. NCr\$ 134.100,00 foram concedidos ao Teatro Guaíra. NCr\$ 40.000,00 foram atribuídos como auxílio a diversas promoções do Departamento de Cultura. Para a realização do programa «Tempo de Cultura», que leva as manifestações artísticas às mais distantes regiões do Estado, foram concedidos NCr\$ 110.000,00. Para a ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca Pública do Paraná foram concedidos NCr\$ 70.000,00. E para a manutenção e ampliação do acervo do Museu Paranaense foi concedida a importância de NCr\$ 30.000,00.

Retrospecto

Criada em 1962, em função das novas perspectivas abertas à implantação de novos organismos no setor educacional pela Lei de Diretrizes e Bases, a FUNDEPAR consolidou-se definiti-

vamente neste quadriênio como instrumento básico de financiamento da política educacional e cultural. Enquanto no triênio 1963/64/65 os investimentos da FUNDEPAR somaram NCr\$ 7.226.915,00, no triênio 1966/67/68 totalizaram NCr\$ 28.422.166,00. No triênio 1966/67/68 as realizações da FUNDEPAR foram decisivas para reduzir o «deficit» de matrículas, assegurando mais de 150.000 novas vagas nas escolas paraenses: três vezes mais do que o número de matrículas abertas em 1963/64/65 pelas salas de aula incorporadas à rede escolar.

Respectivas

A tendência é a da expansão constante. Em 1970 será dado um verdadeiro salto, com a intensificação de atividades geradas por uma disponibilidade de recursos muito superior à registrada em 1966. A programação para 1970 prevê uma aplicação global de NCr\$ 46.901.000,00, dos quais NCr\$ 24.400.000,00 se destinam à expansão da rede escolar, sendo objetivo básico implantar mais 828 salas de aula, que proporcionarão 57.960 matrículas.

Recursos substanciais serão também aplicados nos programas de treinamento do professorado e nos projetos culturais, dentro das diretrizes de desenvolvimento integrado e humanização que constituem a filosofia de governo da administração Paulo Pimentel.

SAÚDE PÚBLICA

A interiorização dos serviços de saúde pública tem sido a preocupação máxima do atual Governo.

É sabido que as deficiências do setor decorrem menos da falta de instalações, de recursos e de profissionais capacitados que de sua excessiva centralização nos grandes centros. É claro que não basta estender os serviços a todos os pontos do Estado. É preciso dar-lhe também aparelhagem e pessoal a altura da complexidade própria que caracteriza a assistência sanitária, numa época como a nossa em que os avanços da ciência são incessantes, a exigirem esforço permanente de atualização.

A proteção da população, mediante campanhas de erradicação de endemias que antes representavam verdadeiro flagelo público, constituem um dos cuidados básicos, manifestado através de vacinações em massa contra a varíola, a difteria, o tétano, a poliomielite, a febre amarela, etc.

No interior é apreciável a incidência da esquistossomose, sendo extensa, de outro lado, a área chagásica. Essas e outras endemias tem levado o Estado a mobilizar a máquina da Saúde Pública, inclusive em cooperação com o governo federal, como é o caso do convênio firmado com o Departamento Nacional de Endemias Rurais para a vacinação contra a febre amarela em vasta área do Estado.

Implantação de Unidades Sanitárias

Para atender, em caráter permanente, a população do interior havia necessidade de aumentar o número de Unidades Sanitárias nos municípios.

Até 1965 existiam 120 Unidades no Estado para um total de 288 municípios, o que quer dizer que na sua grande maioria

não havia nenhum tipo de assistência oficial, sendo de notar que num quarto dêles sequer havia um único médico, mesmo em caráter particular.

O esforço realizado nêsse campo permitiu que o Estado implantasse nada menos que 122 Unidades Sanitárias novas, isto é, mais do que o total até então existente, de sorte a aumentar para 242 o número daquelas Unidades, o que constitue verdadeiro recorde nos últimos quatro anos.

Tal cometimento foi possível graças à integração de esforços dos três níveis de govêrno firmados com as Prefeituras e os órgãos federal e estadual de previdência social. Só em 1969, 39 novas Unidades foram construídas mediante êsse sistema, que, basicamente, envolve as seguintes obrigações:

1. Pelas Prefeituras Municipais: construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, em alvenaria, com área de 92 ou 146 m², incluindo a residência para o médico;
2. Pelo Govêrno do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública: orientação técnica, supervisão e avaliação das atividades a desenvolver pelos Distritos Sanitários, equipamento em móveis e utensílios e manutenção, incluindo material de expediente, enfermagem, limpeza, medicamentos e sôros, custeados pelo Fundo de Saúde;
3. Pela Previdência Social (INPS e IPE): credenciação de médicos em municípios onde não existissem profissionais.

O resultado dessa política integrada se refletiu imediatamente na crescente expansão das Unidades Sanitárias, como se pode verificar pela estatística do quadriênio:

1965	—	120	Unidades Sanitárias
1966	—	121	" "
1967	—	142	" "
1968	—	204	" "
1969	—	242	" "

Além disso, foram também instalados nos municípios Laboratórios de Análises Clínicas, com a finalidade de possibilitar melhores diagnósticos e conseqüentemente um atendimento clínico mais eficiente.

Em 1966 existiam apenas 13 laboratórios dêsse tipo, ele-

vando-se em 1969 para 75, o que quer dizer seis vezes mais, com consideráveis benefícios para a melhoria dos serviços de saúde pública no interior.

No setor da assistência odontológica foram extraordinários os progressos realizados tanto na Capital como no interior do Estado. Até 1965 somavam 32 os consultórios odontológicos mantidos pelo Estado. Nêstes quatro anos foram instalados 146, elevando para 178 o número de consultórios existentes, sem contar mais 22 a instalar, quando aquele número subirá para 200.

Não estão computados nêsse total os consultórios que funcionam na Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, entidades voluntárias, colégios, etc., nos quais a Secretaria de Saúde mantém profissionais e fornece o material de consumo.

Fundação Hospitalar

Outra iniciativa do atual Govêrno, que teve em 1969 seu primeiro ano de funcionamento efetivo, foi a Fundação Hospitalar do Paraná, criada pela lei nº 5.799, de 26 de junho de 1968, com a incumbência da administração da rede hospitalar oficial, antes a cargo da Divisão de Organização e Administração Hospitalar da Secretaria de Saúde Pública.

Nêsse primeiro ano os resultados já se fizeram sentir de maneira muito proveitosa, com a racionalização dos custos de manutenção dos hospitais do Estado, que representam hoje cerca de 20% do total de leitos disponíveis, incluindo o atendimento das camadas menos favorecidas da população e de indigentes notórios.

O Paraná possui 434 hospitais, totalizando 15.277 leitos, número ainda insuficiente para atender os reclamos mínimos da população. Segundo os especialistas, as comunidades carecem de 4 a 6 leitos por mil habitantes. Estamos abaixo dêsse índice de 4% considerado como razoável. Apenas Curitiba está acima com o índice de 5,8% pois o caso do 2º Distrito Sanitário, que abarca os municípios vizinhos da Capital, com o índice de 6,7%, não indica real capacidade hospitalar da área; nela estão situados três grandes hospitais — São Roque,

Adauto Botelho e São Sebastião — com 2.290 leitos destinados a atender grande parte do Estado, incluindo a Capital.

Na medida dos recursos que foram sendo postos a sua disposição, caberá à Fundação Hospitalar do Paraná ampliar a rede oficial, notadamente no setor de leitos especializados destinados a doentes mentais, hansenianos, tuberculosos, doenças transmissíveis e pediatria.

A rede hospitalar paranaense, oficial e particular, está distribuída em 183 municípios, o que quer dizer que em 105 não existe nenhum estabelecimento hospitalar, o que é compreensível num Estado como o Paraná de recentíssimo desbravamento, com grande número de cidades recém-criadas, que infelizmente ainda não reúnem os requisitos mínimos para êsse tipo de investimento.

Combate à tuberculose

O problema da tuberculose, que apresenta aspectos graves no Estado, tem sido objeto da melhor atenção do Governo através de seus órgãos especializados de saúde pública.

Em 1969 entraram em funcionamento mais dois novos dispensários em Apucarana e Cornélio Procopio, elevando para 13 o número desses serviços no interior, a saber: Antonina, Paranaguá, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Campo Mourão, Maringá, Londrina, Apucarana, Cornélio Procopio, Jacarèzinho e São José dos Pinhais.

Há o melhor empenho do Governo no sentido de que tôdas as sedes de Distritos Sanitários sejam dotados de dispensários de tuberculose com caráter regional, aos quais incumbirá também a supervisão das Unidades Sanitárias integradas no trabalho de combate à doença, uma vez que os dispensários são sabiamente organismos de onerosa instalação e manutenção.

Trata-se, em última análise, de fazer o diagnóstico da tuberculose por meios mais simples que não a abreugrafia e cujos resultados são, praticamente, os mesmos obtidos com tal método. Para isso, é claro, há necessidade de um melhor treinamento para preparo conveniente do pessoal, que é o que está fazendo a pasta da Saúde Pública. Por ora, estão em funcionamento técnicas menos onerosas de diagnóstico nas

Unidades Sanitárias de Rolândia, Bela Vista do Paraíso, Telêmaco Borba e Pirai do Sul, com resultados promissores a encorajar sua extensão a outros municípios.

Pela primeira vez no Paraná procedeu-se ao levantamento tuberculínico no meio escolar — primeiras e últimas séries — em Curitiba, Paranaguá e Londrina. Em Curitiba, através do Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde, o trabalho foi muito proveitoso, embora os resultados finais ainda não estejam totalmente concluídos, pois continua em execução o rastreamento de focos, através de equipe preparada para esse fim.

Mediante prévio entendimento com a Inspeção Regional de Ensino da Capital, foi exigido o exame abreugráfico de todo o corpo docente e funcionários dos estabelecimentos escolares onde se realizou o teste tuberculínico.

A fim de melhor coordenar e entrosar a luta contra a tuberculose no Paraná, os dispensários estão atendendo os previdenciários e beneficiários do INPS, mediante acôrdo firmado com o referido Instituto.

A endêmia leprótica permanece inalterável, apesar dos esforços no sentido de extingui-la. A Secretaria de Saúde Pública, através da Divisão de Profilaxia da Lepra deverá assumir praticamente quase todo o contrôle da doença no Estado, em face do desaparecimento do Serviço Nacional Contra a Lepra, que durante vários anos teve a maior parte dos encargos em nosso Estado.

Entretanto, com o novo esquema de trabalho de profilaxia e a possível absorção dos médicos leprologistas bem como o material permanente daquele antigo Serviço, provavelmente se poderá elaborar um plano para o combate do mal de Hansen com melhores resultados.

Digno de nota foi o convênio já firmado entre a Secretaria de Saúde Pública e a Universidade do Paraná para que o Centro de Estudos Leprológicos «Souza Araujo» supervisione a profilaxia no Estado.

O Hospital Colônia «São Roque», situado em Piraquara passou à administração da Fundação Hospitalar do Paraná, embora tènicamente permaneça subordinado à Divisão de Profilaxia da Lepra, pela Secção de Sanatórios e Dispensários,

ficando assim melhor distribuídas as responsabilidades de atendimento no setor.

Durante o ano que passou foram realizados levantamentos na grande maioria dos municípios do Estado, totalizando 6.433 doentes.

Bom trabalho foi realizado no setor de fiscalização de entorpecentes, com maior número de visitas de controle a estabelecimentos farmacêuticos, hospitalares e depositários; ampla divulgação; entrevistas e palestras nas Faculdades, como também nas emissoras de televisão; sessões de orientação, na Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, com grande interesse pelo uso de psicotrópicos e entorpecentes, além de autuações de vários estabelecimentos que comerciavam ilegalmente com esses produtos, que culminaram com apreensão e recolhimento de estoques. Chegou-se a perfeito entrosamento com o Departamento de Polícia Federal, assegurando ampla orientação no controle e distribuição de «amostras grátis».

Laboratórios

Hoje, o Laboratório Químico-Farmacêutico da Secretaria de Saúde está bem aparelhado e com capacidade para atender, dentro de sua linha de produção, a todas as necessidades do Estado.

Foi a seguinte a produção durante o ano de 1969:

Ampolas diversas	—	689.200
Comprimidos	—	12.800.000
Pós	—	2.691.563
Soluções e xaropes	—	24.420.700
Receitas aviadas	—	81.637

Mediante entendimento com as Prefeituras Municipais, que fornecem a matéria prima, o Laboratório confecciona os produtos de que elas necessitam, por preço bastante reduzido. Dessa maneira, as Prefeituras estão atendendo um número bem maior de necessitados, inclusive indigentes. Até agora já foram firmados convênios com 220 Prefeituras, que constantemente renovam seus pedidos, demonstrando sua satisfação pela prática adotada.

Por sua vez, o Laboratório Geral, graças às reformas em suas instalações, reequipamento e recuperação de aparelhos,

aperfeiçoamento do pessoal e elevado nível de suas atividades técnicas, prestou relevantes serviços no decorrer de 1969.

Ministrou dois cursos de iniciação às técnicas de laboratório para funcionários leigos de 92 Prefeituras, com duração de 75 dias, bem como um curso de pós-graduação para universitários, com duração de seis meses; editou manual de técnicas de laboratório visando a padronização dos métodos, material e equipamentos em todos os laboratórios de clínicas instalados pela Secretaria de Saúde e iniciou a instalação do setor dedicado a virulogia, modificando e aprimorando o Biotério com apreciáveis resultados econômicos.

Ambulatórios

No setor de saúde mental, o Serviço de Triagem foi procurado por 4.879 pessoas que desejavam, por si ou por seus responsáveis, serem internados. Dêsse total, foram encaminhados ao Hospital Colônia Adauto Botelho 2.764 pessoas, o que representou 56,65% das solicitações.

No Hospital Shangri-lá de Londrina foram internados no ano que passou 933 pessoas enquanto no Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, em Ponta Grossa, verificaram-se 152 internamentos e na Clínica de Nervosos de Londrina 385. Todos êsses internamentos, em hospitais particulares, na base de 15 e 10 cruzeiros novos por leito-dia, foram custeados pelo Estado.

Mais importante do que simplesmente internar é o atendimento em ambulatórios, locais preparados para receber aqueles que necessitam de tratamento ou orientação. Funciona, inclusive, como consultório para aqueles que não podem procurar médicos particulares ou não são assistidos por institutos de previdência ou organizações semelhantes. Outro trabalho importante dos laboratórios é o de funcionar como Clínica de Egressos, isto é, dar assistência aos que estiveram internados e que devem continuar o tratamento fora do hospital, mas ainda sob orientação especializada.

O Governo do Estado mantém três ambulatórios: o de Curitiba, o de Londrina e o de Ponta Grossa. Só na Capital foram dadas 13.279 consultas. O Serviço Nacional de Doenças Mentais mantém em Curitiba, já há muitos anos, o seu ambulatório, que funciona agora em íntima colaboração com o am-

bulatório do Estado, a bem dizer formando um único serviço, com dupla participação, federal e estadual.

O Departamento Estadual da Criança prossegue em suas atividades dentro dos objetivos da assistência ao binômio «mãe-filho», nos quais cabe ressaltar o criterioso plano de distribuição de recursos, num trabalho conjugado do Conselho de Assistência Social, das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e demais órgãos que atuam no setor.

Durante o ano de 1969, na Capital e no interior do Estado, os atendimentos médicos totalizaram 499.278 crianças; através do Lactário foram distribuídas 569.765 latas de leite e a Farmácia do Departamento forneceu 280.654 unidades de medicamentos.

A verba distribuída às entidades de assistência à maternidade e à infância subvencionadas pelo Governo do Estado ascendeu a NCr\$ 541.779,52, das quais 47 estão situadas na Capital e 213 no interior.

Em maio do ano que passou foi realizado, no período de 15 a 24, o IV Curso para Orientadoras de Clubes de Mães, do qual participaram 46 municípios paranaenses e um de Santa Catarina (Lages). A finalidade desse Curso é o de preparar técnicos para o desenvolvimento da campanha educativa dos Clubes de Mães, visando combater a mortalidade infantil e promover a família através da conscientização da mulher para os princípios de higiene, puericultura, educação familiar, social, cívica e religiosa.

De 6 a 10 de outubro realizou-se o II Curso de Higiene e Puericultura com a colaboração da Legião Brasileira de Assistência e da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes.

Durante o ano de 1969 a Escola de Saúde Pública realizou os seguintes cursos: Curso de Educador Sanitário, Curso de Auxiliar de Saneamento em Maringá, Cornélio Procópio, Londrina, Jacarèzinho e Curso de Inspetor de Saneamento em Curitiba, Curso de Iniciação em Laboratório, Curso de Operador de Raio «X», Curso de Socorrista Rural em 33 municípios. Além disso a Escola de Saúde Pública concedeu bolsas de estudos e publicou diversos trabalhos.

A Unidade Sanitária e Centro de Treinamento do Tarumã,

na Capital, desenvolveu atividades de medicina de comunidade e treinamento de pessoal. A avaliação dessas atividades deixou um saldo altamente animador, encorajando o Governo a continuar nêsse campo tão vasto e quase virgem da educação sanitária.

POLÍTICA HABITACIONAL

A política habitacional do Estado vem sendo executada através da Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná — CREDIMPAR e da Companhia de Habitação Popular — COHAPAR.

Ambas, atuando em faixa própria, entregaram nos últimos quatro anos 5.239 unidades residenciais, estando em andamento para entrega próxima mais 3.350, num total previsto para o quinquênio que poderá atingir 9.000 unidades.

A CREDIMPAR, criada em meados de 1967, a rigor operou apenas em dois exercícios, enquanto a COHAPAR até o início do atual Governo nada de efetivo havia realizado.

A entrega de 9.000 unidades residenciais em cinco anos positivamente não é muito se considerarmos o **déficit** crescente de habitações em decorrência de um fenômeno de «explosão urbana», que corre paralela à «explosão demográfica». Mas é bastante onde nada se tinha feito até então para minorar um problema que no Paraná tende a se agravar de maneira dramática se não fôr atacado com o maior empenho e realismo.

Atuação da CREDIMPAR

A CREDIMPAR foi organizada para operar no sistema financeiro de habitação, dentro da sistemática do Plano Nacional de Habitação. Obteve carta patente do Banco Central nº 4-67-1967 de 27 de junho de 1967 e autorização do Banco Nacional de Habitação sob nº 30.

Iniciou suas atividades com um capital de 700 mil cruzeiros novos, passando em seguida a 1,5 milhões. Em setembro de 1968 já seu capital se elevava a 2,4 milhões de cruzeiros novos. Em junho do ano passado, tendo em vista o vertiginoso

desenvolvimento da companhia, o capital foi novamente elevado, desta vez para 4,6 milhões, dos quais 1,5 milhões com entrada em dinheiro e 525 mil cruzeiros novos oriundos de reservas próprias.

Nêste ano a CREDIMPAR pretende promover nova elevação de capital, para 6 milhões de cruzeiros novos, quando se tornará o agente do sistema financeiro de habitação de maior capital social.

Recursos Financeiros

Para atender à demanda de financiamentos a Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná conta com cinco fontes de recursos, a saber:

- I — Capital — Aumentos constantes de capital proporcionam à Companhia uma fonte de recursos para sua receita, evitando a corrosão inevitável da inflação;
- II — Letras Imobiliárias — As letras imobiliárias CREDIMPAR representam excelente investimento de capital e além disso constituem uma forma prática e eficiente de combate à inflação; até dezembro de 1968 o valor das letras adquiridas pelo público ascendia a 13 milhões de cruzeiros novos, passando em dezembro de 1969 a 35 milhões;
- III — Assistência financeira do BNH — Com base nas aplicações ativas da CREDIMPAR o BNH já adquiriu letras imobiliárias da Companhia no valor de 4,6 milhões de cruzeiros novos; em 1969 a assistência financeira do BNH sob a forma de caução de créditos hipotecários totalizou 7,4 milhões de cruzeiros novos;
- IV — Depósitos de Poupança — Esses depósitos representam um salutar hábito de poupança, inculcando no espírito do brasileiro o sentimento de gastar com parcimônia, poupando parte de sua receita pessoal ou familiar para expansão da economia particular. O número de depositan-

tes em dezembro último estava em torno de 3.700, representando um depósito no valor de 2,1 milhões de cruzeiros novos;

V — Retorno de Capital — Esse recurso é oriundo do pagamento das amortizações dos financiamentos concedidos, ascendendo em dezembro de 1969 a 3 milhões de cruzeiros novos correspondentes a 1.001 prestamistas.

Financiamentos

Nos dois anos e meio de atividades da CREDIMPAR foram realizados 1.340 processos de financiamentos distribuídos em diversos planos. Cerca de 40 cidades no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num total de 3.317 unidades residenciais, equivalentes a 56,4 milhões de cruzeiros novos, proporcionaram possibilidade de casa própria a 18.026 pessoas. A área edificada das 3.317 unidades residenciais soma 382.868,06 m².

Natureza das Aplicações

Os financiamentos, segundo a natureza das aplicações, se distribuíram em três programas:

I — Programa Aquisição, através do qual foram financiadas 753 unidades, com área edificada de 88.984,33 m², representando 27,3% dos financiamentos aplicados;

II — Programa Construção Simples, com 387 unidades financiadas, perfazendo uma área edificada de 67.033,35 m², representando 14,27% dos financiamentos;

III — Programa Empresário e Condomínio, com a construção de 53 conjuntos habitacionais, dos quais 31 em Curitiba, 9 em Londrina, 3 em Maringá, 1 em Ponta Grossa e 9 em outros Estados, num total de 2.177 unidades, com área edificada de 226.950,28 m², representando 58,42% dos financiamentos concedidos.

Agências

Conta a CREDIMPAR com quatro agências, além da ma-

triz em Curitiba. Duas delas — Florianópolis e Curitiba — foram instaladas em 1969 enquanto as outras duas — Londrina e Maringá estão em funcionamento desde 1968.

Convênio com o BNH

Tem participado em planos oriundos do BNH destinados a atender faixas de demanda fora dos habitualmente operados pelos agentes financeiros.

Dentre eles se destacam os Projetos-Empresa. Atualmente estão dois projetos desse tipo, nos quais a CREDIMPAR funciona como agentes repassadores e fiscalizadores: o da Usina Metalúrgica Joinvile S.A., com 242 unidades habitacionais e o da Fundação Tupy S.A., com 532 unidades, ambos no Estado de Santa Catarina, representando uma aplicação de 5,2 milhões de cruzeiros novos.

Recentemente, a Companhia foi designada gestora hipotecária do BNH para operar na 8a. Região desse Banco, que compreende Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Através de convênio ela administra os financiamentos já efetuados ou por efetuar nessa área. Até dezembro de 1969 esse atendimento se eleva a 815 financiamentos diretos do BNH pelo regime de cédulas hipotecárias.

Além dos convênios citados, a CREDIMPAR é agente repassador do Programa «RECON» (financiamento de materiais e para acabamento de residências) e agente fiduciário do BNH.

Conclave em Curitiba

No período de 23 a 26 de julho do ano passado realizou-se em Curitiba, com o apoio da CREDIMPAR, o II Encontro das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, cuja finalidade foi debater assuntos relativos à política habitacional do país, avaliando seus resultados.

Contou com o comparecimento de cento e trinta delegados que propuzeram medidas para aprimorar o sistema brasileiro de poupança e empréstimo. À sessão de encerramento esteve presente o Ministro Costa Cavalcanti, titular da pasta do Interior, à qual está afeta a política habitacional.

Patrocinou cursos de treinamento aos seus empregados,

além de participar de reuniões e conferências promovidas pela Associação Brasileira de Entidade de Crédito Imobiliário e Poupança e Superintendência de Agentes Financeiros do Banco Nacional de Habitação.

Atividades da COHAPAR

A COHAPAR, empresa de economia mista, integrante do Sistema Nacional de Habitação, opera como agente do BNH na faixa popular, tendo como campo de ação todos os municípios do Estado do Paraná.

A falta de planejamento e de execução da infra-estrutura fornecimento de água e luz, meio fio, galerias de águas pluviais, preparo do terreno, inclusive sua legalização através de compra e doação ao BNH — à cargo das Prefeituras, dificultou a dinamização das atividades da COHAPAR no interior.

Apenas alguns municípios completaram suas tarefas no ano de 1969; nêles a construção dos conjuntos populares já foram iniciados, com data fixada para entrega.

O advento da nova política do BNH, que criou recentemente o Plano de Equivalência Salarial, abolindo as correções monetárias trimestrais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1970, levou a COHAPAR a aguardar essa data para enquadrar os novos processos de construção, de sorte a oferecer melhores vantagens aos mutuários.

A Companhia concedia financiamento de moradia isolada, à conta de seus próprios recursos. Atualmente, o desenvolvimento desse tipo de operação é desaconselhável, razão pela qual procurou-se dar andamento apenas às diversas obras paralisadas e aos financiamentos interrompidos, visando completar as operações, a legalização dos investimentos e o retorno do capital empregado.

Capital social

Em dezembro de 1968 o capital social da Companhia de Habitação Popular do Paraná era de 5 milhões de cruzeiros novos, sendo elevado no exercício de 1969 para 11,3 milhões, dos quais 6 milhões estão representados por subscrição do Governo do Estado e o restante pela incorporação da COHAB-

-PONTA GROSSA. Dêse total resta a integralizar 3 milhões de cruzeiros novos correspondente à cota do Estado.

Aplicações

As aplicações até dezembro de 1969 somaram 7,7 milhões de cruzeiros novos, representados por empréstimos hipotecários, enquanto na Carteira Imobiliária as aplicações ascenderam a 13,4 milhões.

Dêse total são recursos do BNH 4,2 milhões de cruzeiros novos; 7,5 milhões representam a incorporação da COHAB-PG.

As despesas gerais montaram em NCr\$ 1.092.102,59.

Foram concluídas obras numa área de 10.243,42 m², no valor de 1,7 milhões de cruzeiros novos, estando em execução 8.525,25 m², no valor de 1,4 milhões.

Até 1969 a COHAPAR construiu e entregou, com recursos próprios e do BNH 1.922 unidades. Estão em andamento projetos de conjuntos habitacionais, totalizando 1.070 unidades, nas cidades de Antonina, Cambará, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Jandaia do Sul, Loanda, Laranjeiras do Sul, Mal. Cândido Rondon, Pato Branco, Porecatu, Santo Antônio da Platina, Tolêdo, Uraí e Bandeirantes, no valor de 8,4 milhões de cruzeiros novos.

O plano de obras para o corrente ano prevê a construção de 1.608 casas populares num montante de 13,3 milhões de cruzeiros novos, significando que no quinquênio a COHAPAR terá construído 4.600 unidades residenciais.

1070
1022

1048

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os objetivos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social dizem respeito à promoção do homem, através das atividades relacionadas com o amparo e estímulo ao trabalho e serviço social, realizadas em regime de estreita colaboração com as entidades particulares que têm idênticas finalidades. Orienta-se no sentido de conferir à comunidade a iniciativa da execução dos programas, com a supervisão e cooperação do Estado que, sem omitir-se do setor, procura perder as antigas características assistencialistas de entidade paternal para assumir funções especialmente normativas.

No setor do trabalho, cuja legislação é toda de origem e competência federal, as atividades do Estado se concentram nos campos da higiene e segurança do trabalho, assistência ao trabalhador, incluindo assistência sindical, e colocação de mão-de-obra de acôrdo com o fluxo do mercador de trabalho.

No Paraná existem 2.600 emprêsas com mais de 100 empregados, obrigadas, por lei, a instalar comissões internas de prevenção de acidentes. Das 152 CIPAS, 109 foram organizadas e instaladas pelo Departamento do Trabalho da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Em 1967 foram criadas 29; em 1968, 40 e em 1969, 40. Dêsse total, 73. situam-se em Curitiba; 9 em Ponta Grossa; 8 em Londrina e as demais em outros municípios do interior. Há ainda um grande déficit a suprir, o que se espera fazer com maior ação junto às Federações patronais.

Através da Divisão de Mão-de-Obra, o número de inscritos em 1969 era de 5.973, contra 4.983 em 1968. Dêsse total foram colocados 780 em 1969 e 551 em 1968.

A assistência judiciária ao trabalhador se processou, no último quadriênio, através de 749 reclamações ajuizadas, 420 acórdos, 2.311 consultas, 12 mandados de segurança, 194 assistências administrativas junto do INPS, 1 habeas-corpus, totalizando 3.687 atendimentos. No mesmo período, as audiências realizadas e acompanhadas nas 1a. e 2a. Juntas de Conciliação e Julgamento somaram 1.032.

Por fatores conjunturais diversos, a evolução dos serviços sociais foi passo a passo estruturando uma rede de serviços e equipamentos, que em vários aspectos e em função de concepções mais altas, necessita reformulação e aperfeiçoamento a fim de cumprir os seus propósitos.

De um modo geral, o aparelho assistencial do Estado pode ser considerado como basicamente voltado para três grandes grupos de atendimentos: a assistência social geral, que enfeixa a imensa variedade de pequenos problemas de atendimento ou encaminhamento imediatos e, de outro lado, aquêles casos de duração mais longa, em que a assistência é prestada de forma intermitente, o chamado atendimento de «casos»; a assistência à velhice, em sua quase totalidade na forma de asilamento e, finalmente, a assistência à infância, que conta com uma estrutura diversificada, coordenada pelo Instituto de Assistência ao Menor, dentro das normas ditadas pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor.

É bastante recente a adoção de um enfoque mais racional, em que o Governo passa gradativamente da atuação de cunho paternalista para uma posição de elemento coordenador e supletivo das soluções, que cabem, cada vez mais, à comunidade onde afloram os problemas.

Com essa diretriz surgiu, no atual Governo, a concepção dos núcleos do P.A.I.S. — Programa de Ação Integrada de Serviços — que atuam como centros de educação comunitária, orientando as camadas mais responsáveis da população nas formas de melhor se organizar para atender aos problemas sociais. Os núcleos do P.A.I.S. tem uma função mais ampla que a da assistência social, pois atendem aspectos de educação, saúde, recreação e outras mais. Já cobrem 7.500 famílias com cerca de 40.000 membros.

Para a assistência social geral já estão implantados em Curitiba o Centro Social de Vila Guaira, a Agência de Servi-

ço Social do Tarumã, a Agência de Santa Felicidade e, mais recentemente, o Núcleo Social de Vila Feliz, órgão do P.A.I.S. com mais cinco programados em Curitiba, além de diversos no interior.

A assistência à velhice é dada basicamente pelo internamento, numa faixa de idade que varia de 40 a 70 anos, notadamente entre 50 e 70, constituída no geral por indigentes, com um histórico pessoal de anos de subnutrição e mazelas diversas, donde resulta um envelhecimento prematuro. Atualmente, o número de asilados anda em torno de 2.000.

A assistência à infância, a cargo do I.A.M., compreende uma rede de estabelecimentos oficiais, além de grande número de estabelecimentos mantidos por entidades particulares, que recebem anualmente o auxílio do Estado.

Assistência ao Servidor Público

Após ampliação dos serviços através das agências do interior, o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE decidiu dinamizar o Departamento de Aplicação de Capital com a construção do Centro Previdenciário, em Curitiba, Centro Previdenciário Setor Norte, em Londrina e reformas nas dependências da Escola Maternal.

Melhorou também o padrão de atendimento do Departamento de Assistência Médica, para dar vazão à sua grande expansão, causa maior dos problemas que surgem no seio dos contribuintes.

No setor de pensões, foram concedidas até novembro de 1969, 335 pensões, num total de NCr\$ 268.000,00, com média de 33,4, superior a do ano de 1968, que foi de 20,3.

No mesmo período, foram preparados 443 processos de pagamento de seguro, num total de NCr\$ 1.162.337,70 e mais 256 processos de pagamento de auxílio funeral, estes somando NCr\$ 160.520,00.

Os lançamentos em fichas individuais — cerca de 65.000 mensais — de prêmios, jónias e adicionais, manteve-se em dia, com uma arrecadação da ordem de NCr\$ 2.254.679,38. A despesa com pagamentos de pecúlios e quotas funerais, atingiu a NCr\$ 1.323.077,70. O confronto da arrecadação com a despesa acusou um saldo positivo de NCr\$ 931.601,68.

O seguro de compromisso imobiliário relativo aos mutuários que obtiveram financiamento através do Departamento de Aplicação de Capital teve sua implantação e vigência a partir de outubro de 1968, com uma arrecadação de prêmios no período de janeiro a novembro da ordem de NCr\$ 87.511,62. Durante esse período ocorreram somente dois sinistros, num total de NCr\$ 9.080,00, com um saldo favorável de NCr\$... 78.431,82. Tramitaram 898 processos diversos, todos solucionados dentro das normas existentes.

O seguro contra fogo foi implantado em março de 1969 a fim de dar cobertura aos imóveis adquiridos através de financiamento contra riscos de incêndio e suas consequências.

A partir de julho de 1968 foi iniciado o sistema de expedição de carteiras plastificadas, com atualização do cadastro, sendo entregues no exercício de 1969, 24.668 de servidores e 43.332 de dependentes, somando 68.000. Para as agências do interior foram enviadas 7.916 de servidores e 14.266 de dependentes, totalizando 22.162, portanto, um total global de 88.182 carteiras expedidas.

A Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça foi criada pela lei 4.975, de 2.12.64, com regime obrigatório para os serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos. Está anexa ao IPE, porém, é independente e tem autonomia financeira própria. Por ela tramitaram 517 processos diversos.

Subordinado ao Departamento de Aplicação de Capital, a Divisão de Empréstimo Hipotecário sofreu total transformação na sua estrutura técnica e administrativa a fim de fazer frente aos programas habitacionais dentro das normas e regulamentos do Banco Nacional de Habitação.

Cerca de 126 processos de poupança foram liberados de acordo com a CREDIMPAR, Caixa Econômica Federal e Bamerindus, dando condições para que as famílias beneficiadas possam ter sua casa própria. Para o próximo exercício, as liberações serão provavelmente da ordem de 1.200, nos planos poupança, aquisições e construções de habitações.

Com a implantação de novos tipos de empréstimo simples, o IPE concedeu no último exercício um total de 2.457 empréstimos para fins hospitalares, aquisição de aparelhos ortopédicos e anatômicos, natalidade, tratamento médico fora do Esta-

do, educação, auxílio funeral e casamento, num total superior a um milhão de cruzeiros novos.

A construção do Centro Previdenciário de Curitiba está em fase adiantada, cobrindo uma área de 18.500 m², com previsão de conclusão para dezembro de 1970. A de Londrina, com área de 2.180 m² também está prevista para entrega na mesma ocasião.

A Farmácia do IPE passou por grande reestruturação, apresentando um movimento crescente, em média diária de 530 servidores e anual de 159.000, com uma venda global no ano em torno de NCr\$ 1.560,00.

Assistência ao Trabalhador Rural

A Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural tem desenvolvido eficiente atuação junto do homem rural, nas comunas do interior, em coordenação com órgãos da Secretaria de Saúde Pública, de Educação, de Agricultura, bem como com o INDA, o DMERu, movimentando suas equipes inclusive em cooperação com as Prefeituras Municipais.

Um grande trabalho foi realizado na campanha de combate à Doença de Chagas e esquistossomose, merecendo referência também a instalação de aparelhagem de Raio X na Fundação «Casa do Trabalhador» e um laboratório de análises, bem como a instalação de um dispensário de tuberculose em Apucarana, considerado uma grande aquisição para a região no campo da saúde pública.

Novas instalações foram inauguradas em diversos municípios para maior eficiência dos serviços das equipes locais. Essas equipes têm estado presente e ministrado devotados socorros em casos de calamidade pública, como ocorreu com a última grande enchente no Município de Morretes, assistindo os flagelados.

A Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, além dos trabalhos de rotina, participou de diversos congressos, simpósios, reuniões e certames realizados com a finalidade de equacionar a problemática de assistência às populações rurais e elevar a eficiência desses encargos.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

No setor de terras e colonização um dos fatos mais importantes a registrar no exercício de 1969 foi o Convênio firmado com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA para ratificação das concessões de áreas de terras na Faixa de Fronteiras.

Desde o início da atual gestão, o Estado vinha insistindo vivamente na concretização desse ato, que finalmente vem eliminar as áreas de possível atrito, as controvérsias de ordem jurídica e o risco de inúmeros litígios naquela Faixa.

Comissão Mista

A execução do Convênio está confiada à Comissão Mista Para as Terras da Faixa de Fronteiras do Paraná - COFFIPAR, integrada por elementos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização — D.G.T.C. e do IBRA.

Anteriormente, verificava-se uma verdadeira confusão quanto à legislação que definia o domínio de terras na Faixa de Fronteiras. Hoje não mais existem terras devolutas e as pequenas áreas remanescentes da colonização ali realizada estão inteiramente ocupadas. Tendo em vista que a lei federal nº 4.947, de 6-4-66, no seu artigo 5º subordinava à jurisdição do IBRA a regularização do domínio das áreas situadas nos 150 quilômetros da faixa com os países vizinhos, estava obstada a ação do D.G.T.C. naquela região como também ameaçada de serem invalidadas as concessões anteriormente feitas pelo Estado.

Constantes invasões de elementos originários dos Estados sulinos que, sem documentação alguma se estabelecem desordenadamente na terra, motivam tensões provenientes da

disputa com relação ao domínio, provocando, muitas vezes, a formação de minifúndios prejudiciais ao progresso das áreas atingidas.

Com o Convênio firmado, a ação do Estado se torna exequível através da COFFIPAR, que já instalou seus serviços e iniciou suas atividades.

Nas demais regiões do Estado, o Governo vem definindo o direito de propriedade através da outorga de documentos que asseguram domínio pleno que não só elimina as tensões e a eclosão de movimentos sociais como possibilita a valorização da terra, a tranquilidade no meio rural e o aumento da produtividade agrícola, mediante a obtenção dos financiamentos oficiais destinados ao fomento da produção.

Títulos de Domínio

No último exercício, através do D.G.T.C. foram expedidos 463 títulos de domínio de terras e expedidas 90 autorizações para medição e demarcação de novas áreas. Foram também concluídos 71 processos de medições, num total de 240.986.070 m², em áreas situadas, na sua maior parte, na região central do Estado.

Nos muitos casos em que o Estado não pôde conceder o domínio, por se tratar de área em litígio, já extremada das terras públicas, tem sido eliminada a disputa em tórno de terras, lançando mão do recurso extremo da desapropriação, depois de firmado seu prático e legal cabimento.

Graças a essa medida tem sido possível, através do Conselho de Desapropriação e Colonização, restaurar a ordem e a tranquilidade em áreas rurais nos imóveis Rio Verde, Loanda, Chopim e mais recentemente na área de 1.195 alqueires que constitui o quinhão n° VII da Fazenda Ribeirão Bonito, no município de Cornélio Procópio, onde mais de 100 famílias, ali radicadas há muitos anos, estiveram às vésperas de despejo, julgado e sentenciado através de acordão da Suprema Córte do País, após demanda de mais de 40 anos.

Também merece especial menção o término dos trabalhos, decorrente de convênio celebrado entre o IBRA e o Estado do Paraná, para regularização da ocupação da área do imóvel Chopim, localizado no Sudoeste, onde foram medidas e demar-

cadras 10 glebas, constituidas de 1.068 lotes coloniais, numa área de 17.722,6 hectares. Tão logo seja efetuada a transcrição no registro imobiliário competente da escritura que transfere o domínio do imóvel Chopim ao IBRA, o Estado, na qualidade de delegado, expedirá os títulos de domínio aos ocupantes.

Cabe também mencionar a conclusão dos serviços de levantamento cadastral dos ocupantes da gleba Flôres e Conceição, situada no município de Barracão, em colaboração com o Escritório Regional do IBRA (DEZ-01) de Cascavel, bem como estudo dominal, apresentando relatório das conclusões encontradas. Trata-se de área já estremada do domínio público desde 1851, com a área de 36.300 hectares, onde 1.782 famílias, que mantem ocupação baseada, em sua maioria, em direito de posse, litigam com os atuais detentores do domínio, a Industrial Colonizadora Erechim Ltda.

Por se tratar de área dentro dos limites da Faixa de Fronteiras, a solução do litígio cabe a COFFIPAR, estando os documentos e providências em fase final.

Mapeamento

O mapeamento plano-altimétrico do território brasileiro é atribuição específica de órgãos da administração federal — a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército e o Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação I. B. G. E.

Tendo em vista o elevado custo desses serviços, bem como as dimensões continentais do país, as perspectivas de contarmos com as cartas referentes a nosso Estado, pelo menos a curto prazo, se prescindissem da participação efetiva do Estado, seriam bastante remotas.

Assim, para resolver a questão cartográfica, estabeleceu-se uma coordenação com aqueles órgãos federais e, através de convênios, foi possível chegar a resultados do maior alcance.

Convênios foram celebrados com os seguintes órgãos:

- 1) Instituto Brasileiro de Geografia para a confecção de 56 folhas topográficas, escala 1:50.000, referentes a 60.000 Km² do território paranaense. Os trabalhos sob a responsabilidade do Estado, a cargo do D.G.T.C., estão concluídos;

- 2) Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, constante de mapeamento planimétrico, com apoio em triangulação radial, com 20 folhas na escala de 1: 50.000. Os trabalhos igualmente estão concluídos;
- 3) Auxílio financeiro do I.B.C. para mapeamento em escala de 1:50.000 no valor de NCr\$ 280.000,00;
- 4) Auxílio financeiro do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP para mapeamento, no valor de NCr\$ 50.000,00.

Graças à êsses entrosamentos e auxílios, foi elaborado um plano de trabalho visando a conclusão do mapeamento em escala de 1:50.000 do Estado do Paraná, no prazo de 3 anos, em ação conjunta com o D.G.T.C., a Fundação I.B.G.E. e a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

Em 1969 o Governo promoveu a publicação do Mapa do Estado, em edição de 40.000 exemplares, baseado em elementos aerofotogramétricos, com cêrca de 8.000 topônimos, considerado um dos mais preciosos do país; executou, em convênio com o Departamento de Águas e Esgôtos, o mapeamento planialtimétrico, em escala de 1:2.000, da bacia de captação do rio Cacaiguava, visando o seu aproveitamento no refôrço de abastecimento de água de Curitiba; planejou e iniciou os trabalhos de campo, visando o mapeamento cadastral de Curitiba, em escala 1:2.000, em convênio com a Prefeitura de Curitiba (IPPUC) e Departamento de Águas e Esgôtos, trabalho êsse que inaugura uma nova fase no setor cartográfico, qual seja o mapeamento cadastral de cidades.

Desapropriação e Colonização

Criado pela lei nº 4.596, de 2 de julho de 1962, o Conselho de Desapropriação e Colonização — C.D.C., tem por finalidade a aplicação do Fundo de Desapropriação e Colonização, instituído pela mesma lei e destinado a garantir em juízo o pagamento de indenizações fixadas em processos extrapropriatórios de terras em litígio e custear a execução dos serviços necessários ao acerto da situação dos ocupantes das áreas expropriadas.

No exercício que findou suas principais realizações foram as seguintes:

1. Desapropriação do quinhão VII, da Fazenda Ribeirão Bonito, município de Cornélio Procópio, com a área de 1.195 alqueires, mediante indenização de NCr\$ 568.400,00, beneficiando cêrca de 84 famílias;

2. Estudo, elaboração de tabela de preços, condições de pagamento e plantas de loteamento da subdivisão dos lotes ordinários da Gleba n° 21 da Colônia Paranavaí.

3. Reformulação da estrutura executiva do C.D.C. e respectiva implantação.

4. Solução do litígio na região de Loanda, através de desapropriação amigável, para posse e domínio da área. Foram demarcados os lotes conflitados e atualmente está se procedendo a transmissão das propriedades aos seus legítimos ocupantes. O Fundo Rotativo, usado para indenização daquelas áreas, permanece integralizado com o recebimento dos ocupantes das importâncias correspondentes às despesas realizadas.

Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

No período compreendido pelos anos de 1966, 1967, 1968 e 1969, a Fundação concentrou a maior parte de suas atividades na Colônia «E» — Bocaiuva do Sul, a qual, somando 45.000 hectares, reclamava, de há muito tempo, os trabalhos e investimentos necessários para seu aproveitamento.

O plano de colonização da referida área apoiou-se em motivações de ordem social e econômica, representadas pela construção do Núcleo João XXIII, pela instalação de serrarias (duas), da Granja Avícola e por obra de infra-estrutura: estradas e medições.

Em outras áreas, já colonizadas, a Fundação teve suas atividades a regularização de terras e de posses. Cabe fazer uma observação aos serviços realizados, em 1966 e 1967 e 1968, por duas concessionárias da Fundação na «Parte Oeste» da Colônia Santa Helena e Sol de Maio.

Esses serviços possibilitaram a integração econômica e social de extensa área daquela Colônia, e cujos resultados se medem em termos de surgimento de novas comunidades como

foi o caso de Santa Helena, recentemente tornada sede de município. Atualmente, a ação da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, na Colônia Santa Helena e Sol de Maio, vincula-se ao disposto no Convênio, celebrado entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Estado do Paraná, para regularização de terras de Faixa de Fronteira.

A Colônia «O» — Pôço Bonito foi, no ano de 1969, objeto de importantes serviços topográficos para melhor adaptá-la ao loteamento e aproveitamento.

Um quadro bastante elucidativo refere-se à regularização de terras, o qual denota o esforço da Fundação no sentido de se fazer efetivamente a diversos. (Epaminondas Grecca, Luiz Blanquier, Viúva Bulle), regularizando-se, inclusive, a situação de posseiros localizados nessas áreas, todas elas na Colônia «A» — Guaraniaçu.

O reflorestamento e a extração de madeira são, duas atividades importantes desenvolvidas na Colônia Bocaiuva do Sul. A extração de madeira é feita por duas serrarias em regime de concessão.

As atividades de técnica agro-pecuária, são orientadas por engenheiro agrônomo. A assistência médica localiza-se no Núcleo João XXIII.

A Escola, sediada no Núcleo João XXIII, vem sendo frequentada por 28 alunos em média, que são, inclusive, atendidos pela merenda escolar.

A reconstrução da parte do Rio Capivari (40 metros), estimada em NCr\$ 5.000,00, veio solucionar um velho problema que decorria das más condições oferecidas pela ponte ao tráfego de veículos pesados.

No setor judicial devemos anotar a existência de algumas demandas que dizem respeito notadamente a velha discussão do domínio das terras compreendidas na Faixa de Fronteiras.

D. G. T. C.

SETOR DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS

ANEXO I

A T I V I D A D E	1966	1967	1968	1969	TOTAL
1. Vistorias realizadas	10.000	4.500	9.892	4.000	28.392
2. Autorizações de serviços expedidas pelo D.G.T.C.	80	94	44	79	297
3. Valor das autorizações do D.G.T.C. em (NCr\$)	332.139,00	343.321,80	237.910,00	156.842,00	1.070.212,80
4. Tramitação de processados de Glebas e tratos isolados	876	575	522	674	2.647
5. Firmas contratantes registradas	20	11	11	8	50
6. Processos de pagamento encaminhados	180	211	240	103	734
7. Valor dos processos (NCr\$)	241.822,10	327.780,43	420.404,52	226.081,30	1.216.148,35
8. Expedientes Administrativos	950	674	707	463	2.794

D. G. T. C.

SETOR DE GEOGRAFIA

ANEXO 2

A T I V I D A D E	1966	1967	1968	1969	TOTAL
1. Mapeamento aerofotogramétrico na escala de 1:250.000 e 1:50.000	20	26	32	27	05
2. Mapas Municipais executados	78	85	33	44	182
3. Mapas do Estado — exemplares impressos	40.000	25.000	—	34.000	99.000
4. Demarcação de divisas municipais	10	20	15	12	57
5. Confeção de Boletim da Divisão de Geografia	1	3	2	1	7
6. Convênios com entidades interessadas em Mapeamento plano — altimétrico	—	—	6	—	6
7. Fôlhas confeccionadas para o Atlas Escolar	—	4	1	1	6
8. Aperfeiçoamento de pessoal	1	1	1	4	7
9. Cópias de fotografias aéreas	2.800	3.500	2.600	1.200	10.100

D. G. T. C.

SETOR DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

ANEXO 3

ATIVIDADE	1966	1967	1968	1969	TOTAL
I — D.G.T.C.					
1. Processos examinados e aprovados	131	146	105	166	548
2. Quilometragem em ml.	3.067.385,45	4.620.763,77	5.680.399,23	1.922.799,61	15.291.348,07
3. Faturas informadas	64	124	198	116	502
4. Processos de Medição aprovados	—	60	73	88	221
5. Cópias heliográficas diversas	—	—	6.500	5.950	12.450
II — G.E.T.S.O.P.					
1. Processos examinados e aprovados	101	74	51	41	267
2. Quilometragem em ml.	10.087.893,37	8.101.657,94	2.792.905,80	1.647.013,72	22.629.470,83
3. Faturas informadas	74	94	51	34	253
4. Processados de Medição aprovados	—	63	30	21	114
5. Cópias heliográficas	—	—	9.800	5.800	15.600

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Os assuntos concernentes ao Interior e Justiça estão afetadas à pasta dêsse nome, compreendendo o processamento de naturalizações, a assistência às autoridades municipais e consulares, o provimento das serventias e órgãos auxiliares da Justiça, os atos da Imprensa Oficial, a ação do Arquivo Público e os contactos de natureza política e administrativa com os poderes legislativo e judiciário.

O Governo tem estado empenhado no aumento de seu eleitorado, mediante uma campanha em todo o Estado, com a cooperação do Tribunal Regional Eleitoral e das Prefeituras, com vistas a conscientizar politicamente o povo e assegurar uma representação parlamentar compatível com a expressão sócio-econômica do Paraná.

Os êxitos alcançados na primeira etapa dessa campanha encorajaram o poder público a redobrar de esforços no último ano para elevar ainda mais a importância político-eleitoral do Estado. Esse esforço, em pleno desenvolvimento, encontram acolhida muito favorável no interior, permitindo antecipar resultados acima das metas previstas.

Através da Secretaria do Interior e Justiça, o Governo prestou toda a ajuda ao seu alcance para a estruturação definitiva dos partidos políticos, nos termos do Ato Complementar nº 54, orientando os municípios sobre o processo de filiação partidária, requisito essencial de um regime representativo das correntes de opinião.

Processos de Naturalização

Pelos órgãos próprios, com delegação de poderes do Ministério da Justiça, foi prestada ampla assistência nos proces-

sos de naturalização de estrangeiros, orientando as partes interessadas, mantendo atualizados livros especiais de registro de certificados, bem como fichários com as anotações de tramitação.

Durante o ano deram entrada nas repartições competentes 420 processos de naturalização. Exatamente 393 foram encaminhados ao Ministério da Justiça e 221 certificados de naturalizações enviados aos juízos de Direito das Comarcas do Estado, ao mesmo tempo em que as Carteiras de Identidade, Modelo 19, foram remetidas à Delegacia de Estrangeiros para fins de cancelamento.

Arquivo Público

O Arquivo Público do Estado está em fase de reorganização, a partir das novas instalações que foram destinadas a esse importante serviço.

A introdução do sistema de microfilmagens, já parcialmente montado, vai possibilitar economia de espaço bem como maior facilidade de consulta dos documentos públicos.

Com o advento da lei federal nº 5.433-68 que regulou a microfilmagem de documentos oficiais, se autoriza a incineração de originais microfilmados, desde que a qualidade dos filmes seja garantida e as condições de conservação ideais. Dessa autorização o Estado ainda não se pode valer pois, para tanto, deverão ser complementados os equipamentos e as instalações do arquivo de filmes, material esse já solicitado pela Diretoria do Arquivo Público.

Continua em elaboração o fichário geral dos atos oficiais, de grande valia para os serviços e alvo de constantes consultas por parte de vários órgãos da administração, inclusive de particulares.

Especial atenção tem sido dedicada a antigos documentos históricos, a partir da criação da Província do Paraná, em 1853, encadernados, selecionados e catalogados, constituindo uma rara coleção e uma preciosa fonte de pesquisa, objeto aliás de amplas consultas por estudantes e professores da Universidade do Paraná e do Colégio Estadual.

Imprensa Oficial

Pela lei nº 5.970, de 15 de julho de 1969 o Departamento de Imprensa Oficial foi erigido em autarquia estadual, com uma estrutura funcional dentro das mais modernas técnicas de organização.

Paralelamente, foi iniciada a construção de edifício próprio e autorizada a aquisição, por importação direta dos Estados Unidos, de novo maquinário para impressão dos diários oficiais do Estado, ao custo de US\$ 102.301,80. Provavelmente no final de 1970 o Diário Oficial do Estado do Paraná será o primeiro do país a ser impresso em sistema «Off-set».

O orçamento prurianual de investimentos para o triênio 1970-72 consigna para esse órgão recursos financeiros da ordem de NCr\$ 1.350.000,00 a serem aplicados em maquinário gráfico moderno. Esse reequipamento deverá permitir além da melhoria dos serviços normais, a produção de formulários contínuos, hoje de uso obrigatório nas repartições estaduais e, principalmente, a confecção de cadernos e cartilhas escolares, distribuídas gratuitamente nas escolas primárias do Estado.

Durante o ano que passou a renda industrial da Imprensa Oficial ascendeu a NCr\$ 1.700.000,00 com um superavit econômico da ordem de NCr\$ 169.932,24.

Assistência aos Municípios

Além de prosseguir em suas atividades normais de assistência técnica aos municípios, sempre que solicitada, para organização e racionalização administrativa, técnica orçamentária, tributação, contabilidade municipal, elaboração de estudos, projeções e especificações de obras, planos de urbanismo, minutas de editais e concorrências públicas, pesquisas, análises e programação, o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios — D.A.T.M. coordenou e participou, em 1969, dos seguintes conlaves:

— Seminário para Prefeitos eleitos em 1968, realizado em cooperação com a SUDESUL, no período de 6 a 11 de janeiro, na Faculdade de Direito de Curitiba, com a participação de 170 Prefeitos e 90 Vereadores:

— Reunião da Associação Paranaense de Municípios, no

dia 16 de março, no auditório do D.E.R. com a presença de 217 Prefeitas;

— Seminário para Prefeitos e Administradores Municipais, no dia 24 de março, em colaboração com o SENAM, dos quais participaram 210 Prefeitos, 41 Presidentes de Câmaras Municipais e 30 Vereadores;

— Seminário para Prefeitos e Administradores Municipais, em Apucarana, nos dias 2 e 3 de junho, com a colaboração do SENAM, comparecendo 87 participantes;

— Seminário para Prefeitos e Administradores Municipais, nos dias 5 e 6 de junho, em Francisco Beltrão, com a colaboração do SENAM e participação de 101 congressistas;

— Debates Municipais da VII Universidade Volante, realizada em Paranavaí, no dia 24 de outubro, em coordenação com a Universidade Federal do Paraná, com 27 inscritos entre Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores.

Defesa dos interesses do Estado

Através de sua Consultoria Geral, o Estado está aparelhado para neutralizar medidas postas em prática contra seus altos interesses. Em 1969 nada menos de 115 pareceres foram emitidos, afora meia centena aproximadamente de outros pronunciamentos interlocutórios, versando sôbre as mais diversas matérias de Direito Administrativo, notadamente aquelas referentes ao pessoal do serviço público; nêsse sentido, procura-se uniformizar a orientação administrativa a fim de evitar desigualdade de tratamento e prejuízos à Fazenda Pública.

Nas questões administrativas e judiciais relativas ao patrimônio imobiliário estadual, cabe à Consultoria propor as ações cíveis e oferecer contestações às que forem propostas contra o Estado; no ano que findou foram movimentados 395 processos; nas ações judiciais o órgão foi observante dos prazos, assistiu as audiências, interpôs e contrariou recursos com o maior zêlo e dedicação.

Pela sua Divisão de Recursos, foram interpostos 116 recursos extraordinários e respectivas razões, inclusive impugnações e contra-razões, além de 124 petições várias, 44 agravos de instrumentos e respectivas minutas e contra-minutas, 5 agravos regimentais, 4 recursos de revista, 3 embargos infringentes, bem

como 60 apelações interpostas, ações propostas e outras contestadas, recursos ordinários e informações diversas em mandado de segurança, memoriais, embargos de declaração, agravos de petição, suspensão de liminares, etc.

Cabe-lhe também defender e acompanhar em primeira instância todos os feitos relativos à matéria fiscal na Capital e nas Comarcas do interior.

Dos feitos mais importantes destacam-se os concernentes à exigência do I.C.M. nas vendas de madeira para o exterior e que estão sendo julgados em desfavor do Estado no Supremo Tribunal, o que não desmerece o trabalho desenvolvido pelo Estado, porque concordes com opiniões valiosos, como a de Pontes de Miranda e Alfredo Buzaid.

Uma das mais importantes questões judiciais se refere ao mandado de segurança no qual foi impetrante o I.B.C. com o objetivo de eximir-se do pagamento do I.C.M. devido ao Estado e incidente sobre as saídas de café promovidas por aquela autarquia, quer para o mercado interno, quer para o externo.

A 1ª Vara Federal concedeu a liminar requerida pelo I.B.C., cujo despacho concessivo foi comunicado à Fazenda Estadual em vésperas de vultosos embarques de café e do início da safra cafeeira 1969/70.

Incalculáveis prejuízos adviriam para o Estado. A segurança requerida pelo I.B.C. acabou sendo concedida a despeito de parecer contrário oferecido pelo Procurador da República.

Em recurso oferecido contra a segurança, tão prejudicial ao Paraná, recebeu integral acolhida junto ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, sustando-se a execução da sentença, que representaria grave lesão à economia estadual (cêrca de NCr\$ 147.319.000,00).

Dessa forma, a arrecadação orçamentária prevista em 1969 sobre a tributação do café, pôde ser mantida, o que constitui uma vitória de significativa expressão jurídica e de alto valor econômico para a administração estadual. Acresce observar que os reflexos positivos dêsse caso ainda perdurarão para o exercício financeiro de 1970, tudo levando a crer, por outro lado, que o plenário do Tribunal Federal de Recursos, ao apreciar o agravo de petição interposto também decidirá favoravelmente ao Estado do Paraná.

Essa previsão otimista se fundamenta no fato de que a citada Côrte, ao julgar o recurso de agravo requerido pelo I.B.C., contra o despacho que lhe foi contrário proferido pelo seu Presidente, manteve-o por unanimidade de votos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Os problemas da segurança pública no Paraná são todos êles decorrentes da crise de crescimento que domina o Estado, determinando uma inevitável defasagem entre a eficiência do organismo policial no duplo aspecto do combate ao crime comum fortuito e ao crime organizado pela subversão.

A deficiência não se origina somente da falta de pessoal em termos quantitativos senão também, e principalmente, de pessoal qualificado para a complexidade cada dia maior das funções numa sociedade de massas.

Naturalmente é preciso contar igualmente com instalações adequadas, dentro de um mínimo de organicidade, para que os serviços possam se desenvolver e atingir suas finalidades, o que por sua vez exige investimentos vultosos em consonância com os recursos disponíveis.

Nada disso se realiza da noite para o dia, num Estado de crescimento explosivo, como é o caso do Paraná, onde os reclamos públicos mais evidentes têm igual prioridade, não comportando protelações sob pena de se agravarem e implicarem em custo demasiadamente excessivo.

O problema não é específico do Paraná, sendo observado inclusive em outros Estados, com estrutura mais antiga e que não sofreram, como o nosso Estado, os efeitos de um fenômeno vertiginoso de explosão demográfica e de explosão urbana.

Em dezembro último, na reunião de Secretários de Segurança da Região Sul, realizado em Pôrto Alegre, constatou-se que os problemas são comuns a todos os Estados, recomendando-se maior entrosamento entre Polícia Civil, Polícia

Militar e Guarda Civil, triáde em que se assenta a segurança no âmbito estadual.

Nêstes últimos anos o Estado não interrompeu a construção de novas obras no setor da Segurança, inclusive retomando e concluindo obras que estavam paralizadas. No entanto, as instalações são rapidamente superadas pela pressão de novas exigências.

Alguns exemplos podem ser apontados na faixa abrangida pelo Departamento de Estabelecimentos Penais: a Prisão Provisória de Curitiba, com capacidade para 350 detentos, está com uma população carcerária de 800; a Penitenciária Central do Estado, com capacidade para 400, abriga o dôbro; a Colônia Penal Agrícola, com instalações para 100 prêsos está com 350; o Manicômio Judiciário, obra que o atual Governo retomou e concluiu, já tem sua capacidade inicial esgotada.

Da mesma forma, os serviços de cúpula estão instalados, na sua maioria, em prédios inadequados, dispersos em diferentes pontos da Capital, dificultando o fluxo administrativo.

Dáí a determinação do Governo ao Departamento de Edificações para a elaboração de um projeto de construção do Centro de Investigações da Polícia Civil, em área de propriedade do Estado, compreendida entre as ruas Marechal Floriano, Travessa da Lapa e Pedro Ivo, que deverá abrigar o Gabinete da Secretaria de Segurança, a Diretoria da Polícia Civil, os Institutos de Polícia Técnica, de Identificação, Departamento Médico Legal, Rádio Patrulha, Divisões da Capital e do Interior, Investigações Criminais, bem como as Delegacias especializadas.

Provisoriamente a Polícia Civil deverá ocupar o atual prédio do IPE, enquanto a solução definitiva não vier, abrigando também as delegacias que tem grande contacto com o público, como as de Vigilância e Capturas, Polinter, Delegacia de Estrangeiros, Delegacia de Crimes Contra a Fazenda, talvez parte do Instituto de Polícia Técnica e Corregedoria da Polícia Civil.

O problema do pessoal é igualmente muito sério, bastando dizer que o efetivo da Polícia Civil data de quase dez anos. Vencimentos relativamente baixos para funções que envolvem tantos riscos, não oferecem maiores atrativos a profissionais qualificados, o que portanto não se resolveria com a simples

abertura de novos concursos, senão com melhor treinamento do pessoal existente.

Trabalho meritório

Consideradas essas deficiências estruturais, grande é o mérito dos atuais quadros da segurança pública no Estado, que tem atuado no combate ao crime com devotamento digno de louvor.

Bastará mencionar alguns exemplos que revelam o eficiente trabalho dos órgãos subordinados à segurança pública.

A Delegacia de Furtos de Automóveis, com apenas 24 funcionários, recuperou 681 veículos, de um total de 698 furtados durante o ano de 1969. Somente dos veículos furtados e recuperados a cifra atinge NCr\$ 3.369.500,00.

A Delegacia de Vigilância e Capturas, com 33 funcionários, registrou 855 queixas, procedeu a 400 intimações e deteve 1.144 pessoas.

Pela Delegacia de Furtos e Roubos foram efetuadas 2.087 detenções e fichadas 3.168 pessoas. De 1.495 queixas de furtos simples registrados, foram solucionados 886 e de 1.348 queixas de furtos qualificados foram solucionados 548.

A delegacia de Vigilância deteve 9.854 mulheres, das quais 5.149 foram fichadas por «trottoir» malicioso.

A Delegacia de Ordem Política e Social trabalhou no desbaratamento do MR-8, movimento subversivo longamente focalizado pela imprensa. Com a prisão de vários subversivos, em poder dos quais foram encontrados valores, e por confissão posterior foi possível recuperar cerca de NCr\$ 100.000,00 que se encontravam escondidos no Rio de Janeiro.

O MR-26 por sua vez tinha finalidade de expropriação de Bancos em nosso Estado.

No combate direto ao «jogo do bicho», a Polícia Civil teve o mérito de «estourar» uma das maiores fortalezas, pertencentes a um grupo influente, que juntamente com mais 23 contraventores foram condenados pela justiça.

A Divisão Policial do Interior é constituída de 14 subdivisões policiais, 28 Delegacias Regionais, 247 Delegacias de Polícia e 373 Subdelegacias. Durante o ano de 1969 foram movimentados 13.992 expedientes diversos.

O movimento do Instituto de Polícia Técnica vem num crescendo ininterrupto: em 1966, 1.131 casos; em 1967, 1.449; em 1968, 1.605 e em 1969, 1.920 casos.

O mesmo se pode dizer do Instituto Médico Legal: em 1967, 5.627 exames; em 1968, 6.979 e em 1969, 9.497.

Muito meritórios foram também os serviços da Delegacia de Plantão, da Subdivisão de Rádio Patrulha, da Polinter e dos demais órgãos que integram a Polícia Civil.

A Escola de Polícia levou a efeito, durante o ano de 1969, cursos de Aperfeiçoamento e Segurança Interna de Emprêsas, de Aperfeiçoamento de Guardas - Civis, Intensivo de Medicina Legal, de Extensão de Investigador, de Criminologia, de Psicometria de Guardas de Trânsito.

A Secretaria de Segurança está elaborando o Estatuto da Polícia Civil, a ser submetido ao Chefe do Poder Executivo, no qual deverão estar previstos as normas e medidas destinadas à reestruturação do pessoal e dinamização de seus serviços com vistas à melhoria do setor de segurança pública do Estado.

Trânsito

O Departamento de Trânsito funcionou com um quadro misto de pessoal, civil e militar, na parte executiva externa e pessoal próprio de seus quadros na parte administrativa e executiva interna na Capital do Estado. No interior os serviços afetos ao DETRAN são executados por pessoal estranho a seus quadros, cabendo-lhe tão somente o controle desses trabalhos, através do órgão central por meio das circunscrições de trânsito.

O DETRAN está trabalhando com pessoal reduzido, muito menor em 1969, que em anos anteriores, não obstante o notório aumento dos serviços a seu cargo. Em parte isso se deve a racionalização dos serviços, com as inovações introduzidas com a mecanização como fruto do contrato firmado com a CELEPAR. Nesse sentido, vale assinalar que em 33.668 licenciamentos procedidos no período de 1º de janeiro a 31 de março do ano passado, em 453 horas de trabalho, a média de atendimento dispendeu o tempo de 49 segundos cada um. Novas melhorias serão introduzidas em 1970.

O quadro abaixo dá uma visão da movimentação do DETRAN nos últimos quatro anos:

ANOS	Licença de Veículos	Habilitações de Condutores	Carteiras Expedidas	Acidentes	Arrecadação (Cr\$)
1966	156.479	8.077	20.588	2.000	3.419.091
1967	168.567	7.199	29.081	—	7.160.720
1968	181.860	9.551	32.700	4.213	8.609.530
1969	197.000	10.615	28.678	5.387	12.300.000

Observação: O movimento relativo ao exercício de 1969 abrange onze meses, de janeiro a novembro.

Polícia Militar

A Polícia Militar tem como campo de atuação a manutenção da ordem pública e a segurança interna do Estado. Sua ação se manifesta através de policiamento ostensivo fardado em todo o território estadual.

Compete-lhe, através de vigilância permanente, atuar de maneira preventiva como força de dissuasão em locais onde se presume ser possível a perturbação da ordem que, se consumada, exige a ação repressiva, procedendo-se ao eventual emprego das Forças Armadas.

No atual Governo o programa para a Polícia Militar visava atingir os seguintes objetivos a curto prazo:

- a) — fardar a tropa;
- b) — aumentar o número de pavilhões e construir a Academia Militar de Guatupê;
- c) — aumentar o número de veículos;
- d) — aumentar o efetivo e criar novos batalhões.

Todos esses objetivos já foram atingidos. No corrente ano de 1970 está prevista a conclusão da Academia da Polícia Militar, no Guatupê.

IV — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDIFICAÇÕES E OBRAS ESPECIAIS

Se considerarmos 300 dias úteis para cada ano, o atual Governo está construindo, somente no setor de edificações, a cargo do D.E.O.E., a média de uma obra para cada 36 horas.

Nos quatro anos (1966-1969) foram concluídas 995 obras, que representam uma área de 329.987,05 metros quadrados; estão em andamento, para conclusão no corrente ano, mais 53 obras, que elevarão a área edificada para 405.354,75 metros quadrados, totalizando 1.048 edificações.

Dêsse total, 687 obras foram destinadas ao setor da Educação, muitas delas de grande porte, como é o caso do novo Instituto de Educação de Curitiba, com área total prevista de 24.000 metros quadrados. Pela ordem de importância, o segundo setor em área edificada está sendo o da Saúde Pública, dentro da preocupação de dotar, principalmente o interior do Estado, de instalações e serviços adequados à assistência sanitária da população.

Algumas obras, paralizadas há mais de dez anos, foram concluídas ou estão em fase final de conclusão, como é exemplo o Sanatório de Londrina, já em funcionamento, e o grande auditório do Teatro Guaíra, a ser inaugurado no segundo semestre deste ano.

Obras em 1969

Durante o ano de 1969 foram concluídas 118 obras com área de 81.798,70 metros quadrados e iniciadas 53 com área prevista de 75.367,70. Para a execução dessas obras dispen-

deram-se NCr\$ 14.787.853,37 dos quais NCr\$ 9.803.657,39 na Educação e o restante em benefício dos seguintes setores:

Setores	Cruzeiros Novos
Segurança	751.990,99
Saúde	205.030,13
Governo	909.040,17
Judiciário	669.683,45
Fazenda	226.323,93
Assist. Social	910.853,23
Pais	747.615,79
Agricultura	563.658,29
Educação	9.803.657,39
Total	14.787.853,37

Em serviços de reparos e melhorias em próprios estaduais, foram aplicados através do D.E.O.E. NCr\$ 2.667.375,00. As 18 Residências desse Departamento executaram, pelo regime de administração direta, serviços de reparos e melhorias na importância de NCr\$ 848.554,10.

Em aquisições de imóveis, destinado à execução de obras programadas foram procedidas 33 avaliações, num montante de NCr\$ 3.426.262,00 e em 1969 e NCr\$ 3.310.057,22 nos três anos anteriores, totalizando NCr\$ 6.736.319,22 no quadriênio.

Combate à erosão

Em 1969 foi dada continuidade às obras de combate à erosão, sob a forma de sistemas de galerias de águas pluviais, poços de queda e visita, de coleta, bocas de lobo, bocas de leão e dissipadores de energia, com a aplicação de NCr\$.. 199.283,27, recursos êsses oriundos do Estado.

Nos três anos anteriores, com recursos oriundos de con-

vênio com o D.N.O.S., com a SUDESUL e Prefeituras, as aplicações em obras de combate à erosão foram as seguintes:

Fonte do recurso	Cruzeiros Novos
Estado	740.560,31
D.N.O.S.	869.380,76
SUDESUL	143.000,00
Prefeituras	222.168,00
Total	1.975.109,07

As obras executadas beneficiaram os seguintes municípios: Alto Piquiri, Centenário do Sul, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Colorado, Florestópolis, Itaguagé, Rancho Alegre, Santa Fé, Santo Inácio, Iguaraçu, Alto Paraná, Diamante do Norte, Castelo Branco, Florai, Mandaguaçu, Nova Esperança, Nova Londrina, Paranavaí, Paraíso do Norte, Pôrto Rico, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, Cidade Gaúcha, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, Maria Helena, Pérola e Umuarama.

Triênio 1966/68

As obras realizadas no triênio 1966/68, a cargo do Departamento de Edificações e Obras Especiais — D.E.O.E., podem ser apreciadas no quadro-resumo que damos abaixo:

Setor	1 9 6 6		1 9 6 7		1 9 6 8	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Educação	142	72.122,36	338	73.420,03	136	62.719,93
Saúde	5	2.940,30	6	10.564,62	9	2.002,47
Segurança	7	1.369,72	2	150,60	4	575,27
Judiciário	10	3.499,80	3	1.396,80	1	1.673,60
Pais	—	—	2	1.889,00	1	1.908,00
Agricultura	—	—	8	11.446,05	1	510,00

Conclusões previstas em 1970

As obras em andamento, com conclusão prevista para 1970 no setor do D.E.O.E. constam do quadro seguinte:

SETOR EDUCAÇÃO	Nº		.	Nº		Soma das
1.969	Unid.	Salas	M2	Unid.	Salas	Áreas M2
Instituto de Educação	2	—	17.580,00			
Faculdade Ampliação	1	—	2.441,23			
Auditório	1	—	782,23			
Ampliação U.E.	2	—	2.039,22			
Casa Zelador	3	—	260,00	9	—	23.093,45
U.E. 2 Ampliação	1	2	274,66			
U.E. 3 Ampliação	2	6	553,00			
U.E. 4 Ampliação	1	4	265,74			
U.E. 6 Ampliação	7	42	4.320,33			
U.E. 9 Ampliação	1	9	1.045,00			
U.E. 10 Ampliação	2	20	2.465,00			
U.E. 12 Ampliação	4	48	5.671,00			
E.N. 12	1	12	1.446,55			
I.ó. 6	1	6	755,80			
C. A. I.	1	—	480,00	31	149	17.277,08
SETOR SAÚDE P.S.	3	—	2.577,38	3	—	2.577,38
SETOR FAZENDA D.R.F.	2	—	1.160,70	2	—	1.160,70
SETOR GOVERNO	2	—	8.125,00	2	—	8.125,00
SETOR ASSISTENCIA N.S. PAIS	3	—	5.560,00	3	—	5.560,00
SETOR ASSISTENCIA DIV. OBRAS	2	—	5.821,81	2	—	5.821,81
SETOR SEGURANÇA DIV. OBRAS	8	—	9.918,86	8	—	9.918,86
SETOR JUDICIARIO DIV. OBRAS	3	—	1.833,42	3	—	1.833,42
				23	—	34.997,18

T O T A L 75.367,70 M2

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

	Pág.
I — A CONJUNTURA PARANAENSE	
— Economia e Finanças	3
II — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	
— Energia Elétrica	15
— Rodovias	39
— Ferrovias	45
— Portos	49
— Setor Aeroviário	59
— TELEPAR	62
— Saneamento	71
— Agricultura e Pecuária	77
— Incentivo à Industrialização	94
III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
— Turismo	103
— Educação e Cultura	113
— Saúde Pública	127
— Política Habitacional	137
— Assistência Social	143
— Terras e Colonização	148
— Justiça e Segurança	157
— Segurança Pública	163
IV — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
— Edificações e Obras Especiais	171